

Diário do Legislativo de 22/12/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 89ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 90ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 89ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/12/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Carlin Moura; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.669/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.670/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.671/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.688/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.701/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.706/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.707/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.718/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.719/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.720/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.721/2010; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.736/2010; aprovação - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009; requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.066/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 762/2007; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.159/2010; apresentação da Emenda nº 1; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro; deferimento; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda e destaque; aprovação; votação do art. 50 da Lei nº 15.424, de 2004, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.916/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.917/2010; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.074/2010; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.311/2008; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei Complementar nºs 45/2008, 59 e 66/2010 e os Projetos de Lei nºs 113, 294, 558, 684, 955, 965, 978 e 1.610/2007, 2.122, 2.139, 2.215, 2.428 e 2.525/2008, 3.399, 3.725, 3.784, 3.786, 3.857, 3.953 e 4.032/2009, 4.137, 4.138, 4.145, 4.146, 4.223, 4.257, 4.326, 4.543, 4.498 e 5.027/2010, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlin Moura solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.311/2008 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.413/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.669/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Joaquim o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.670/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.671/2010, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.568, de 9/12/2009, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itambacuri o imóvel que especifica e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.671/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.688/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Patrocínio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.701/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Boa Esperança o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.706/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro do Melo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.707/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brumadinho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.718/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pequi o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.719/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campanário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.720/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.721/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brumadinho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.736/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta de emenda à Constituição na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.066/2009, do Deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação, a ampliação e o desmembramento de parques florestais e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.066/2009 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 762/2007, do Deputado Célio Moreira, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição do dia 17/12/2010.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada uma emenda dos Deputados Luiz Humberto Carneiro e Carlin Moura, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 762/2007 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.159/2010, do Deputado Carlos Gomes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.424, de 30/12/2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição do dia 17/12/2010.

ACORDO DE LÍDERES

A maioria dos Líderes com assento nesta Casa acordam seja apresentada emenda do Deputado Carlos Gomes ao Projeto de Lei nº 4.159/2010, em 2º turno.

Sala das Reuniões, 16 de dezembro de 2010.

Vanderlei Miranda, Líder do PMDB - Mauri Torres, Líder do Governo - Inácio Franco, Líder do BPS - Carlos Pimenta, Líder do PDT - Luiz Humberto Carneiro, Líder do BSD - Domingos Sávio, Líder da Maioria - Almir Paraca, Líder da Minoria - Padre João, Líder do PT.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 16 de dezembro de 2010.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão foi apresentada ao projeto uma emenda dos Deputados Gilberto Abramo e Lafayette de Andrada, que recebeu o nº 1 e que, por conter matéria nova, vem apoiada por Acordo

de Líderes. Informa ainda que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda será submetida a votação independentemente de parecer. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando a votação destacada do art. 50 da Lei nº 15.424, de 2004, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1. A Presidência defere requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o art. 50 da Lei nº 15.424, de 2004, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.159/2010 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, exceto o art. 50 da Lei nº 15.424, de 2004, a que se refere o art. 1º do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.916/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte no Estado e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.916/2010 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.917/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a liquidar débitos de precatórios judiciais mediante a realização de acordo direto com seus credores, nos termos do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.917/2010 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.074/2010, da Mesa da Assembleia, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 16.658, de 5/1/2007, que fixa o subsídio do Governador do Estado, do Vice-Governador do Estado, de Secretário de Estado e de Secretário Adjunto de Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.311/2008, do Deputado Célio Moreira, que altera dispositivos da Lei nº 15.025, de 19/1/2004, que dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidor público ativo, inativo e pensionista do Estado e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição do dia 17/12/2010.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada emenda do Deputado Sebastião Costa, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida à votação independentemente de parecer. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.311/2008 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado Marcus Pestana - Sr. Presidente, quero fazer um agradecimento a todos os amigos Deputados e Deputadas pelos dez meses de convívio e pelo apoio que recebi de toda a Casa quando ocupei, por sete anos, a Secretaria de Estado de Saúde. Como amanhã será uma pauta muito densa, os companheiros Deputados já estão preocupados com o quórum de amanhã - estarei aqui disciplinadamente, às 9 horas, para votar os importantes projetos que teremos -, mas queria, do fundo do coração, agradecer o aprendizado, que será essencial para o exercício do meu mandato como Deputado Federal. Fui Vereador muito jovem, em 1982, e tive seis anos de experiência parlamentar, e depois disso, tive uma trajetória marcada pela presença nos Executivos Municipal, Estadual e Federal. Quero agradecer muito os companheiros de todos os partidos pelo convívio, pela amizade e pelo aprendizado que me proporcionaram nesta Casa, que serão uma referência fundamental no exercício que iniciarei, em fevereiro do próximo ano, como Deputado Federal representando Minas Gerais. Deputado Doutor Viana, nosso Presidente, a todos os Líderes e Deputados, muito obrigado por esses anos de convívio, por essa experiência compartilhada. Um grande abraço a todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, o Sr. Presidente encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 17, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 90ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/12/2010

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Doutor Viana e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.004/2009 e 5.017/2010 e dos Projetos de Lei nºs 294, 335 e 684/2007, 2.122, 2.333 e 2.344/2008, 3.126, 3.218, 3.391, 3.540, 3.666, 3.777, 3.783, 3.785, 3.787, 3.814, 3.935, 3.963 e 4.032/2009, 4.222, 4.249, 4.255, 4.256, 4.462, 4.513, 5.035, 5.038 e 5.050/2010; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Padre João e Mauri Torres; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 4.999/2010; discursos dos Deputados Padre João e Carlin Moura, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados André Quintão, Alencar da Silveira Jr., Antônio Júlio, Weliton Prado e Adalclever Lopes; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; ratificação da aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.177/2007; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010; encerramento da discussão; questão de ordem; votação nominal da proposta, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009; discursos dos Deputados Padre João e Carlin Moura; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Padre João; deferimento; votação nominal da proposta, salvo emendas e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal das Emendas nºs 1, 2, 4 e 5; aprovação; votação nominal da Emenda nº 3; discurso do Deputado Padre João; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.770/2010; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.094/2010; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de

Resolução nº 5.075/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 58/2010; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 66/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.482/2007; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.728/2010; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.708/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.894/2010; discurso do Deputado André Quintão; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3 a 8, 25, 28, 32, 33, 51, 55, 80, 81, 83, 87, 92, 99, 113, 114, 134, 135, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169 a 171, 178, 183, 201, 203, 208, 209 e 218; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.895/2010; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 43 a 48, 50, 53, 80, 103, 129, 187, 188, 192 a 195, 385, 501, 512 a 514, 564 a 572, 578 a 581, 626, 628, 663 e 675; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição - Declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final das Propostas de Emenda à Constituição nºs 54/2009 e 63/2010, dos Projetos de Resolução nºs 4.698, 4.770, 4.999, 5.075 e 5.094/2010, dos Projetos de Lei Complementar nºs 45/2008, 58, 59 e 66/2010 e dos Projetos de Lei nºs 113, 558, 762, 955, 965, 1.177, 1.482 e 1.610/2007, 2.139, 2.215, 2.311, 2.428 e 2.525/2008, 3.399, 3.708, 3.725, 3.784, 3.786, 3.791, 3.857, 3.953, 4.036, 4.037, 4.047, 4.066, 4.071, 4.085, 4.086 e 4.102/2009, 4.137, 4.138, 4.145, 4.146, 4.159, 4.182, 4.223, 4.257, 4.283, 4.326, 4.413, 4.489, 4.498, 4.543, 4.613, 4.669 a 4.671, 4.688, 4.701, 4.706, 4.707, 4.718 a 4.721, 4.728, 4.736, 4.916, 4.917, 5.027, 5.074, 4.894 e 4.895/2010 - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.004/2009 e 5.017/2010 (À promulgação.) e dos Projetos de Lei nºs 294, 335 e 684/2007, 2.122, 2.333 e 2.344/2008, 3.126, 3.218, 3.391, 3.540, 3.666, 3.777, 3.783, 3.785, 3.787, 3.814, 3.935, 3.963 e 4.032/2009, 4.222, 4.249, 4.255, 4.256, 4.462, 4.513, 5.035, 5.038 e 5.050/2010 (À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010 seja apreciada em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Mauri Torres em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 4.894 e 4.895/2010 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 4.999/2010, da Comissão de Justiça, que delega ao Governador do Estado atribuição para elaborar leis delegadas dispendo sobre a estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos termos que menciona. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, infelizmente chega o momento em que será apreciado o

projeto de resolução. Desde o início da sua tramitação, ainda na formatação de projeto de resolução, quando era mensagem do Governador, nós da Bancada de Oposição, do PT e do PCdoB, manifestamo-nos contrariamente ao governo do Estado legislar durante o período do recesso parlamentar. Delegar amplos poderes para o Governador legislar é abrir mão do nosso dever, da prerrogativa do Deputado e da Deputada. Não é concebível delegar esse poder a um governo que está vigorando há oito anos, cujos núcleo e equipe são os mesmos, inclusive o Governador eleito ou reeleito, que está no planejamento desde 2003. Por que essa reforma administrativa, que alega ser urgente, não foi feita antes, com a participação da Assembleia Legislativa, a fim de dar oportunidade aos servidores públicos de se manifestarem? A única abertura existente para a participação do servidor público é aqui, com tramitação dos projetos na Assembleia Legislativa e por meio das Comissões. Assim, há a possibilidade de participação, até porque Secretarias importantes como a de Educação nunca recebem os servidores ou os sindicatos, não dão oportunidade de o servidor público se manifestar e de construir o melhor para o Estado de Minas Gerais. Nossa defesa é em favor do Estado de Minas Gerais, dos servidores do Estado e das entidades da administração direta e indireta do Estado. Por isso, somos contra esse projeto de resolução.

Votaremos contrariamente a esse projeto de resolução por entender que legislar à revelia da Assembleia Legislativa é uma prática da ditadura, de um governo autoritário. Não me venham comparar lei delegada com medida provisória, porque nem a emenda que apresentamos ao longo da tramitação, desde o início da mensagem - posteriormente essa emenda foi reapresentada pelo Deputado Carlin Moura - foi acolhida. De acordo com essa emenda, concedemos poder ao Governador. Quantas leis delegadas teremos? Dez? Vinte? Trinta? Não sabemos. Mas qual era a oportunidade que havia na emenda que apresentamos a esse projeto de resolução? Que cada lei fosse apreciada pela Assembleia Legislativa, mesmo com grande restrição da Constituição, que não permitiria nenhuma emenda. Poderíamos votar contra ou a favor daquela lei; derrubá-la ou mantê-la. A medida provisória é apreciada pelo Congresso, mas aqui nem isso poderemos fazer. Até a possibilidade de apreciarmos cada lei nos foi tirada, mesmo com a restrição de não podermos apresentar nenhuma emenda. Nós, Deputados, não devemos transferir ao Governador uma missão nossa, um dever confiado pelo povo, a perspectiva de legislar a favor dele, a favor de um Estado de Direito. Não poderemos ter um recesso tranquilo se não soubermos o que pretende a equipe do governo, de um gabinete fechado, trancado, porque não há abertura para a participação dos servidores. Em nosso entendimento, isso ainda é inconstitucional, porque altera a administração indireta, quando na resolução fica claro que se podem mudar os objetivos, que se pode mudar tudo. Então, o rótulo será um, e o conteúdo será outro. Pode, por exemplo, acabar com as administrações fazendárias no interior. Isso está claro na lei, e vão poder fazê-lo. Depois, seremos procurados pela base: "E agora, como vamos fazer? Estou neste Município há 20 anos, há 30 anos trabalhando aqui; estruturei minha família aqui". A área de trabalho, como administração fazendária, pode ser extinta, e mesmo na administração indireta.

Não sabemos o que será da Emater, da Epamig, da Cemig, da Copasa, do próprio Ipsemg, por isso não podemos abrir mão da prerrogativa de legislar. Aqui são sintetizados os interesses do povo mineiro, com diálogo, com debate, com a busca de entendimento. Aqui existe abertura para a participação da sociedade civil organizada, para os servidores públicos. E não é apenas abrir mão da nossa prerrogativa, mas impedir a participação popular no processo legislativo. Seria omissão de nossa parte e, para mim, omissão é sinônimo de covardia. Assim, rogo aos nobres pares que votemos contra essa resolução, não simplesmente porque estamos contra o Governador, mas porque queremos participar. Não podemos abrir mão de uma missão que nos foi confiada pelo povo para estar com ele, defender os interesses dele, o interesse de uma coletividade. Não podemos admitir que o governo que está aí seja exemplo de gestão e de planejamento. Se assim o fosse, essa reforma administrativa já teria sido feita com a participação desta Casa e dos servidores públicos. O meu apelo é que não abramos mão dessa prerrogativa de legislar. Podemos muito pouco como Deputado Estadual, e ainda querem nos tirar esse pouco que podemos? Não podemos permitir isso. Esse é o nosso apelo e o da nossa Bancada do PT, com a participação da Bancada do PCdoB. Agora temos a oportunidade de externar a sua indignação em defesa do Estado Democrático de Direito. Se garantirmos ao governo amplos poderes para legislar, estaremos ferindo a democracia. Esse é o meu apelo aos nobres pares. Só poderemos ir tranquilos para o recesso se derrubarmos essa resolução, porque não sabemos o que será feito com a administração direta e, sobretudo, com a indireta, e com a vida dos servidores. Dizer que não se pode mexer com servidores concursados é uma mentira, uma farsa, porque a própria resolução dá essa abertura. Quando há extinção de um órgão da administração indireta, é necessário fazer o remanejamento desses servidores, portanto a vida deles será atingida. Peço aos nossos colegas que votem contra essa resolução pelo povo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, ilustres colegas Deputadas e Deputados, chegamos à fase final da tramitação da resolução que autoriza o Governador do Estado a elaborar leis delegadas, a fazer leis durante todo o mês de janeiro sem ouvir, sem consultar o Parlamento de Minas Gerais. Durante toda a tramitação do projeto em 1º turno, Sr. Presidente, nas discussões das Comissões, demonstramos a nossa posição contrária ao projeto de resolução. Essa posição se fundamenta em alguns princípios que consideramos essenciais. O poder para que o Governador faça leis atinge e ofende especialmente o Parlamento e isso é muito grave. Toda vez que enfraquecemos o Parlamento também o desprestigiamos. O interessante, Sr. Presidente, é que este é o momento mais inapropriado para se pedir autorização para o Governador elaborar leis, porque, de forma legítima e soberana, ele conseguiu eleger ampla maioria nesta Casa. Então, é altamente contraditório eleger-se uma maioria e, ao mesmo tempo, afastá-la do seu poder legítimo e institucional, que, no caso, é justamente fazer leis e exercer a sua função legisladora. É ruim, isso fere a soberania popular, que elegeram 77 Deputados para a 17ª Legislatura. É um momento inapropriado, Sr. Presidente, porque a Assembleia de Minas está fortalecida. Tanto isso é verdade que o povo elegeram Vice-Governador o nosso grande Presidente, o Deputado Alberto Pinto Coelho. Então, não faz sentido, neste momento, autorizarmos o Governador a elaborar leis delegadas.

O segundo argumento é o da continuidade, que foi discutido aqui. O Governador escolhido pelos mineiros é um Governador de continuidade, está no poder há oito anos, é mola mestra, é o cérebro pensante de uma concepção de gestão. Por que, após oito anos de continuidade de gestão, há necessidade de um instrumento tão excepcional como este das leis delegadas? Por quê? Será que o Governador mudará tudo que está aí? Será que não podemos discutir com mais vagar e cautela a reforma administrativa? Não somos contra a reforma administrativa; não somos contra o direito legítimo e a necessidade legítima que o Governador do Estado tem para algumas alterações na estrutura do governo; somos contra, definitivamente, o afastamento da Assembleia. Quando um dos Poderes da República deixa de funcionar, o que deixa de funcionar é o poder republicano.

Imaginem se pedíssemos - em tese, porque não existe essa figura - um recesso do Judiciário durante 30 dias. Nesse caso, o Governador do Estado ficaria responsável pelo julgamento dos processos. Isso seria um escândalo. Por que isso pode acontecer no Legislativo? Não podemos compactuar com isso, é um péssimo exemplo, é uma péssima utilização de um instrumento que somente poderia ser adotado em último caso, em situações excepcionais.

O terceiro argumento é o da agilidade. O Governador pede leis delegadas sob o argumento de que necessita de mais agilidade. Esse argumento é falacioso, falso, desrespeitoso, porque, quando se fala em agilidade, tenta-se impor-nos a pecha de não sermos ágeis, e a Assembleia Legislativa fica enfraquecida. Como não somos ágeis nesta Casa? O próximo projeto que votaremos, após essa resolução, é uma proposta de emenda à Constituição - PEC - que estabelece o princípio da ficha limpa: qualquer cargo no Executivo, de livre nomeação do Governador - Secretário de Estado, Secretário Adjunto, Diretor de autarquia ou fundação -, deve ser preenchido por pessoa que apresente uma ficha limpa, que não esteja condenada, em 2ª instância, por algum crime de improbidade administrativa ou de ordem penal. Essa PEC foi uma iniciativa deste Parlamento, uma proposta desta Casa, que discutiu, fez encaminhamentos e ouviu sugestões. Será votada e aprovada em 2º turno. Esta Assembleia Legislativa não é pouco ágil, porque, quando quer, sabe fazer o seu trabalho.

É inadmissível; não podemos concordar com essa atitude, porque fechar esta Casa por um mês não é uma medida salutar, saudável. Então, não podemos concordar com isso, somos contra essa resolução que autoriza o Governador do Estado a elaborar leis delegadas. O problema central, Sr. Presidente, é muito mais grave que todos os outros. Entendo a gravidade. Com todo esse contexto favorável ao Governador nesta Casa, qual é o motivo para esse pedido?

Com todo o contexto favorável nesta Casa, por que ele quer leis delegadas? Na verdade, Sr. Presidente, só posso entender que a situação financeira do Estado seja grave, especialmente a de sua dívida pública, que foi mal negociada na década de 90 pelo ex-Governador Azeredo, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele negociou a dívida pública do Estado de Minas Gerais em condições extremamente desvantajosas, com juros de 7,5% sobre o principal e na Tabela Price. Todos os números mostram que o governo não está conseguindo manter o serviço da dívida em dia. Está difícil fazer hoje uma reforma administrativa, porque o cobertor está curto. A dívida do Estado é tão grande que o Governador não dá conta de fazer o que quer. A dívida não vai lhe permitir fazer muitas coisas. Ele terá de fazer corte de salários e de benefícios de servidores.

Parece-me que esse debate, o Governador não quer fazer, mas nos colocamos disponíveis. Não somos oposição ao Estado de Minas Gerais. Se o Governador quiser fazer um debate franco, utilizando a figura ilustre e magnânima do Vice-Governador, que hoje é o Presidente desta Casa, estaremos disponíveis. Ajudaremos o Estado de Minas Gerais; ajudaremos os Poderes constituídos do Estado a repensar, a pedir uma renegociação da dívida pública. Mas, para isso, a reforma administrativa tem de passar pelo Plenário da Assembleia Legislativa. Leis delegadas não contribuem para esse debate, não contribuem para a democracia nem reforçam o parlamento. No momento em que o parlamento está sendo questionado por aumentos abusivos de salário, o que vamos dizer ao povo sobre as leis delegadas? O que o povo vai pensar de nós? Vai querer que fiquemos fechados o resto da vida.

Leis delegadas só enfraquecem o parlamento. Não podemos compactuar com elas. Somos contra, contra, contra a aprovação de leis delegadas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero concordar com todos os argumentos mencionados pelo nosso Líder, o Deputado Padre João, e pelo Deputado Carlin Moura.

Quero acrescentar que recebemos um documento detalhado do Sind-UTE, que é o nosso Sindicato, pois sou professora aposentada, bem como dos vários sindicatos que acompanham o trabalho desta Casa. Eles se colocam em posição contrária à lei delegada. Por tudo o que foi dito, sabemos que não há necessidade de lei delegada neste momento. Nesta Casa, a grande maioria é da base do governo, e, por isso, não haveria nenhuma dificuldade em se aprovar lei.

Esta Casa tem-se firmado, em nível nacional, como a Casa de debates e de participação popular. Está ali o grande companheiro Deputado André Quintão, que é Presidente da Comissão de Participação Popular e pode confirmar o que estou dizendo. A Mesa tem dado abertura para que esta Casa seja o espaço da democracia, da participação popular; mostra exatamente o contraditório, para que haja decisões verdadeiramente definidas pela ampla maioria.

Quero deixar registrado, como representante da mulher mineira do PT, nosso posicionamento contrário à lei delegada. Ontem, nesta Casa, ponderei a questão da atual Secretaria de Educação. Como professora, quero registrar, mais uma vez, o meu posicionamento. Espero que o ilustre Governador, que é professor, possa olhar, com muito carinho, este momento de transição. Enquanto as várias secretarias de Estado participam do debate, estão sempre presentes, a Secretaria de Educação tem deixado muito a desejar. Existem vários questionamentos, não apenas da Oposição, mas também do movimento social. Quero reafirmar a necessidade de que o tema seja pautado pelo novo governo neste momento de discussão, porque, se temos em Minas Gerais uma eferescência na participação popular, a educação tem de ser o carro-chefe, tem de ser a área que lidera realmente a participação popular no Estado, o que não tem acontecido. Que haja, então, uma discussão aprofundada dessa questão, que está sendo posta na Casa neste momento oportuno de mudanças. Mais uma vez, reafirmo nosso voto contrário às leis delegadas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desde a chegada à Casa desse projeto de resolução que autoriza o governo estadual a proceder a várias readequações administrativas sem passar pela Assembleia Legislativa, temos manifestado nossa posição contrária de maneira muito clara, por vários motivos. O primeiro deles diz respeito à conveniência e necessidade de o governo usar neste momento esse expediente previsto na Constituição Estadual, num cenário em que o Governador foi reeleito, a Assembleia Legislativa está em pleno funcionamento, não há nenhuma calamidade pública, emergência ou situação que provoque a necessidade de um arranjo administrativo sem os procedimentos usuais e rotineiros da democracia. O mecanismo da lei delegada é previsto para situações excepcionais, e não, para ser adotado como um instrumento de rotina. Esse é o primeiro aspecto. Poderíamos até arguir a inconstitucionalidade da medida, uma vez que não há nenhum fator excepcional que provoque a edição da lei delegada.

O segundo aspecto é a questão do fortalecimento deste Poder. O Poder Legislativo representa a pluralidade das ideias, opiniões e posicionamentos da sociedade. Ao escolher os partidos e eleger os Deputados e as Deputadas, a sociedade está também externando uma opinião, uma sintonia com determinada forma de pensar. E é aqui no Legislativo, na apreciação dos projetos de lei, que essas posições se manifestam. Quando o Governador retira do Poder Legislativo essa possibilidade, a sociedade está sendo também prejudicada no seu propósito de influenciar as decisões aqui tomadas.

Tenho dito que o governo reeleito tem todo o direito de promover as adequações administrativas, tem todo o direito de ajustar a máquina pública, tem todo o direito de tomar aquelas decisões a bem do interesse público. Mas essas decisões têm no Poder Legislativo seu espaço maior de debate público. Aqui é a arena da discussão coletiva.

Aqui é o lugar onde os movimentos sociais, os servidores, os sindicatos, os Deputados e as Deputadas têm espaço para opinar. Então, na medida em que o governo retira a Assembleia Legislativa desse debate, as decisões perdem em legitimidade. Um governo reeleito, que teve o apoio das urnas, mas que, no seu ato inaugural, no primeiro mês de mandato exclui a Assembleia Legislativa do processo decisório perde em legitimidade.

Sr. Presidente, ao falar do terceiro aspecto, dirijo-me particularmente aos Deputados do governo. Quando o próprio governo impede que a sua base de sustentação opine sobre os destinos do nosso Estado, é porque ela está enfraquecida. É como se fosse um atestado de desconfiança em relação às inteligências aqui presentes; é como se o governo olhasse para a Assembleia e dissesse que ela não tem capacidade para arbitrar, discutir, influenciar projetos de relevância para o Estado. É como se alguém, no gabinete do Governador, dissesse a S. Exa. para mandar a lei delegada, alegando que o pessoal da Assembleia é goela larga, causa muita confusão, cria tantas emendas que desvirtuam o propósito dos projetos. Assim o Governador acha melhor deixar a Assembleia de lado para ficar mais fácil aprovar o que ele quer. Sinceramente, se eu fosse Deputado da base de governo ficaria ofendido politicamente. Se o governo tem uma maioria incontestada, uma maioria expressiva que aprova tudo que quer, por que, então, não apresentar esse projeto aqui na Assembleia Legislativa?

E, como último argumento, todos nós, seja Deputado da Oposição, seja Deputado da Situação, temos experiência, trajetória, capacidade para opinar sobre o destino das políticas públicas no Estado de Minas Gerais. Ademais, todos nós representamos segmentos e regiões. Fomos excluídos desse processo democrático exatamente quando o governo vai começar uma nova etapa e quando os Deputados que acabaram de ser eleitos e reeleitos poderiam apresentar sugestões, melhorar os projetos e até discordar de alguns pontos. Sabemos da baixa credibilidade que os Legislativos em geral têm hoje no nosso país. Exatamente no momento em que o Legislativo pode se afirmar, vem uma proposta que

retira essa possibilidade.

Sr. Presidente, quero tentar, talvez num último esforço, apesar de ser difícil, fazer esse apelo. A Oposição até assumiu o compromisso de votar, até o final do ano, sem obstrução, qualquer projeto que fosse apresentado, mas, lógico, apresentando emenda a favor ou contra a matéria. Firmamos esse compromisso para não atrapalhar o governo porque sabemos ganhar e também perder. Sabemos que o governo foi eleito, mas também fomos eleitos, também obtivemos votos. Os Deputados e os partidos obtiveram votos.

Há aqui muitas pessoas importantes e experientes, inclusive com propostas que devem ser votadas hoje, como a relativa à ficha limpa. Deveríamos ter o mínimo de autonomia e não dizer amém a tudo o que o governo quer. Nós, que ajudaremos o governo votando o Projeto Ficha Limpa, também poderemos ajudá-lo votando contrariamente a autorização da lei delegada, para que as nossas inteligências também possam ajudar na reforma administrativa que o Governador deseja fazer.

Por fim, Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, quero cumprimentá-lo. Não estava presente ao discurso de V. Exa. Estivemos em campos distintos no processo eleitoral, por decisões partidárias, mas quero dizer, de público, que V. Exa. foi um excelente Líder de Governo e Presidente exemplar. V. Exa. está à altura dos desafios de Minas Gerais, e a Assembleia Legislativa está muito bem representada no governo com a presença de V. Exa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, vou encaminhar favoravelmente. Não estou entendendo o que a Oposição diz: o governo deu resultado, teve aprovação popular, deu banho nas urnas. Há oito anos o Governador está trabalhando. Sabemos perfeitamente da sua responsabilidade para os próximos quatro anos: superar o governo que aí está, tentar melhorá-lo. Sr. Presidente, com satisfação, votarei favoravelmente. Mas vou lembrar aos meus companheiros que o choro é livre. Podem falar o que quiserem. Temos certeza de que veremos, mais uma vez, que valeu a pena.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, em relação ao Projeto de Resolução nº 4.999/2010, sempre que queremos discutir lei delegada, alguém diz que o Governador teve 68% dos votos, que houve aprovação. Se for seguida essa lógica, deveríamos fechar esta Assembleia e cada um ir embora para a sua casa. Assim o governo poderá legislar e executar suas prioridades sozinho, já que teve votação espetacular. Mas essa não é a lógica na política. Houve disputa, ele ganhou, mas não governará sozinho: precisa compartilhar o governo com esta Assembleia. As leis delegadas são um equívoco. Só porque acha que teve votação fantástica vai poder fazer as mudanças que quiser e, mais uma vez, prejudicar o funcionalismo público? Aí está o grande engano. Quando tiver dificuldade com os funcionários e de administrar, precisará da Assembleia.

Às vezes, fico incomodado quando alguns Deputados dizem que o Governador foi aprovado. Pode até ter sido aprovado nas urnas, mas terá quatro anos para comprovar que tem capacidade de administrar, de ser um bom Governador. Talvez o governo do Aécio tenha sido bem avaliado equivocadamente pela população de Minas, porque comprou e amordaçou a imprensa, não deixou que fossem divulgadas as suas dificuldades.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, fico preocupado, quando leio algumas notas que fazem publicidade da segurança pública e afirmam que o governo diminuiu os crimes violentos no Estado. Ao ligarmos o rádio, todos os dias, ouvimos notícias de que houve, pelo menos, três ou quatro assassinatos em Belo Horizonte.

Em Pará de Minas, ocorreram mais de 15 assassinatos neste ano. No entanto, só aparecem 3 ou 4 nos dados estatísticos da polícia. Na verdade, não é considerado assassinato brutal, já que a pessoa não morreu assassinada na hora, mas somente no hospital e houve a transferência.

É um governo que enganou todos nós. Quando se fala em lei delegada... Indaguei ao Prof. Anastasia, que hoje é Governador, se enganou o povo mineiro e todos nós quando falou sobre o choque de gestão e o propagou por todo o Brasil. Temos de reconhecer o avanço do governo na questão da gestão, mas não foi toda essa maravilha como pensam. Tanto é que estamos mudando todos os dias e há insatisfação generalizada do funcionalismo público. Construiu a Cidade Administrativa na lógica de que estaria economizando aos cofres públicos R\$85.000.000,00 por ano, mas teve de reduzir a carga horária dos que lá trabalham em 25%. Quanto custa isso aos cofres públicos? Deixa-se de produzir durante duas horas no Estado.

Portanto essa é a discussão que queremos fazer. Na verdade, essa discussão da lei delegada é um equívoco da Assembleia Legislativa. Até para encerrar a nossa participação nesse processo, repito que, em 1964, em plena efervescência do golpe militar, Magalhães Pinto tentou fazer uma lei delegada. O próprio partido dele não autorizou nem a Assembleia. O governo precisou enviar o pedido a esta Casa para fazer as reformas que, naquela época, queria fazer.

Então, nem o golpe militar conseguiu aprovar lei delegada. No entanto, num regime democrático, a lei delegada parece que passou a ser a tônica da ditadura, que é aquela que não depende do Parlamento para nada. Essa submissão e omissão da Assembleia Legislativa custará muito caro não só ao Parlamento, mas também ao Poder Executivo. Quando as leis são feitas apenas pelos técnicos, geralmente não funcionam, possuem equívocos e trazem dificuldades para o governo. Alguns técnicos querem criar leis na sua lógica, não respeitam a lógica do conjunto dos trabalhadores, principalmente os da educação.

Estamos preocupados. Votarei contra o Projeto de Resolução nº 4.994/2010. A Assembleia está abrindo mão das suas prerrogativas. Repito: isso é um equívoco. Hoje já há leis delegadas de mais. Alguém poderá dizer: "Mas V. Exa. ajudou a aprovar a primeira lei delegada do Aécio". Realmente ajudei a aprová-la, mas apoiado em uma lógica apresentada, na época, pelo Governador Itamar Franco e depois pelo próprio Governador Aécio Neves, que estava eleito. Aliás, disse-lhe que era contra leis delegadas, pois o Parlamento tem de ter a responsabilidade de votar as matérias que aqui chegam. Se o governo queria fazer outra reforma administrativa, é sinal que as outras não deram certo. Foram editadas 130 leis delegadas. A proposta do Parlamento era aprovar, neste período até dezembro, todas as leis delegadas que aqui vieram. O governo preferiu usar a sua autoridade maior e o seu autoritarismo - aliás, autoridade e autoritarismo são duas peças bastante distantes -, porque não quer ter essa discussão na Assembleia. Na verdade, prefere fazê-la com meia dúzia de pessoas, tomar as decisões e criar as leis delegadas que nada mais são do que um decreto-lei e um ato institucional equivocado do próximo governo.

Por isso nos manifestamos contra esse projeto de resolução. Mais uma vez, a Assembleia está omissa e submissa. Não podemos concordar. Esperamos que, no próximo mandato, tenhamos uma Assembleia e uma imprensa mais independentes e que, no dia 1º de janeiro, o espírito de Tancredo Neves no Palácio da Liberdade, no Prof. Anastasia, para que cite as mesmas palavras de Tancredo quando assumiu o governo de Minas: "O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade". Espero que, quando assumir definitivamente no dia 1º, o Prof. Anastasia possa devolver realmente ao Estado de Minas a sua liberdade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Saúdo a todos. Concordo com o posicionamento de vários Deputados e com o que foi dito pelo Deputado Antônio Júlio e pelos Deputados do Bloco PT-PMDB-PCdoB. Já tentei imaginar mil e um motivos para o Governador enviar a lei delegada a esta Casa, mas não consegui encontrar nem um justo. Ele já estava efetivo no cargo de Governador, mas quis a reeleição. Então, não consigo conceber os motivos que o levaram a encaminhar a esta Casa a lei delegada, que, infelizmente, interfere na autonomia e na independência desta Assembleia.

Sempre tivemos boa-vontade. Votamos favoravelmente muitos bons projetos para o Estado de Minas Gerais nesta Casa e, até mesmo, os melhoramos. Não votamos contra projeto bom para o Estado. Aprovamos várias proposições, melhoramos algumas e ajudamos na obtenção de quórum para votá-las. Se não houvesse Oposição nesta Casa, muitos projetos não teriam sido aprovados por falta de quórum.

Fico pensando, mas não encontro motivos. Terminamos a legislatura chateados. Quando ingressamos nesta Casa, na legislatura anterior, o orçamento do Estado estava em torno de R\$17.000.000.000,00. Hoje a previsão é de quase R\$50.000.000.000,00, ou melhor, R\$45.000.000.000,00 e, infelizmente, o governo não conseguiu garantir a inclusão social, isto é, a inversão de prioridades no orçamento para oferecer dignidade às pessoas que mais precisam. Na área da saúde, não conseguimos o cumprimento da Emenda nº 29, que ainda precisa ser regulamentada em Brasília. Não estão previstos, na peça orçamentária, recursos necessários estabelecidos por essa emenda. Minas Gerais poderia sair na frente e dar o exemplo, mas isso não acontecerá. Hoje, no Estado, a saúde está um caos, mas já poderíamos ter sinalizado melhorias significativas nessa área.

O mesmo acontece com a segurança pública. Uma das maiores preocupações da população é o aumento da criminalidade e da violência. Os recursos previstos não são suficientes nem para dar dignidade aos profissionais, aos policiais que não recebem auxílio-periculosidade, nem para garantir uma estrutura mínima, como equipamentos, coletes e armamentos. É preciso dar autonomia e independência às nossas polícias. Defendo o projeto do Deputado Sargento Rodrigues, o qual prevê um fundo estadual de segurança pública, para que recursos arrecadados na área de segurança pública, sejam gastos com segurança pública, e não desviados para o caixa único do Estado. É fundamental a aprovação desse fundo.

Lamento principalmente o grande gargalo de terminarmos esta legislatura com os nossos professores e vários servidores recebendo um salário de fome, com o qual não é possível sobreviver. Refiro-me a um salário que não oferece dignidade aos servidores nem as mínimas condições às famílias deles, que não conseguem pagar aluguel, conta de energia - uma das maiores do País - ou de água. A situação é muito difícil. Ontem aprovamos o Plano Decenal de Educação, que é muito importante. Apresentamos emendas que garantiriam dignidade aos servidores, mas, infelizmente, elas não foram aprovadas; foram rejeitadas, principalmente aquelas relativas à implementação do piso nacional inicial, que garantiriam aos servidores direitos adquiridos com muita luta.

Fica aqui a nossa posição. Voto contrário à lei delegada. Deixamos aqui uma mensagem de muita luta e força para que realmente o conjunto dos servidores e o movimento social continuem mobilizados, pois, como sempre digo - e repetirei -, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, e o Parlamento, em nosso país, funciona como feijão, sob pressão. A mobilização permanente é fundamental para fazermos a transformação tão necessária, e ela deve continuar. Não podemos ficar parados, quietos, senão os poucos direitos que temos vão por água abaixo.

Aproveito este momento para agradecer, primeiramente, a Deus e, em seguida, de coração, a todos os servidores da Assembleia Legislativa: ao pessoal da faxina, à direção, à imprensa, à Taquigrafia, enfim, a todos, por estes oito anos nesta Casa. Agradeço a toda a população de Minas Gerais a expressiva votação que recebi - mais de 240 mil votos - e a todos os colegas da Casa. Desejo sucesso ao nosso Vice-Governador, Deputado Alberto Pinto Coelho, e a todos os companheiros, tanto os que ficam quanto os que vão. De forma muito especial, quero cumprimentar os companheiros que não foram eleitos. Infelizmente, isso faz parte da vida, do processo eleitoral. Muitos tiveram uma votação expressiva, outros não obtiveram tanto sucesso, mas são Deputados que realmente trabalharam e contribuíram muito. Fica, então, aqui toda a nossa solidariedade e apoio. Desejo sucesso a todos os companheiros da Casa.

Mais uma vez, agradeço a Deus e a toda a população a nossa expressiva votação. Nosso trabalho continuará com muita firmeza. Desejo sucesso ao nosso Vice-Governador e a todos os companheiros desta Casa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes* - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente o projeto. Aproveito a oportunidade para dizer que o Deputado Weliton Prado deixará uma lição muito grande para este Parlamento, uma lição de persistência, de coragem. Tenho a certeza de que V. Exa. chegará a Brasília diferente, com a experiência desta Casa e com persistência. Deus iluminará o seu caminho, e V. Exa. voltará seus olhos sempre para Minas. E, quando aqui voltar, ocupará cargos maiores. V. Exa. é um dos Deputados mais focados e aguerridos que já conheci. Parabéns! Vá com Deus! Tenho certeza de que o Parlamento nacional se engrandecerá com a sua presença. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceda-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, meu voto "sim" não foi computado.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 50 Deputados. Votaram "não" 12 Deputados. Está ratificada a aprovação do projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 4.999/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.177/2007, do Deputado Domingos Sávio, que institui o Dia da Liberdade em Minas Gerais, a ser comemorado anualmente em 12 de novembro. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Cultura, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.177/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À

Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros, que altera a Constituição do Estado, vedando a nomeação ou a designação de cidadãos considerados inelegíveis, nos termos da legislação federal, para os cargos que menciona. A Comissão Especial opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

Questão de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Gostaria de saber se está em votação o texto original ou a emenda apresentada pela Comissão.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece que está em votação a proposta original, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e já aprovada em 1º turno. Em votação, a proposta, salvo emenda.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adeldo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, solicito que V. Exa. considere meu voto "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. A Presidência torna pública a retificação do voto do Deputado Ivair Nogueira à Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010: foi registrado o voto "em branco", e o Deputado se manifesta pelo voto "sim". Votaram "sim" 64 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adeldo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 62 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2010 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, do Deputado Lafayette de Andrada e outros, que altera a Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, serei breve nesta discussão, até porque somos favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição nº 54, que foi um esforço para adequar a Constituição mineira à Constituição federal.

Em relação à Emenda nº 3, que foi destacada, há uma outra proposta de emenda à Constituição em tramitação, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, com o objetivo de resguardar a remuneração do servidor público em forma de subsídio e não de salário, para dar amparo às leis votadas nesta Casa em junho, que alteraram mais de 100 carreiras, ao terminar o primeiro semestre, às pressas. É uma incoerência o Deputado Almir Paraca dizer que não há tempo hábil para uma reforma administrativa, já que, em um mês, com a equipe de gabinete, isso terá de ser feito. Em menos de um mês, em junho, trabalhamos com mais de 100 carreiras de servidores públicos.

O problema da Proposta de Emenda à Constituição nº 54 é a Emenda nº 3, a que somos contrários. Somos favoráveis a todo conteúdo da proposta, mas somos contrários à Emenda nº 3, por não aprovarmos a remuneração do servidor público em forma de subsídio, e não de salário. Tantas gratificações conquistadas foram retiradas, e há uma restrição na própria progressão das carreiras, na linha de salário e na valorização do servidor público. Por isso, essa é a nossa manifestação. Em seu conteúdo como um todo, entendemos a importância e até mesmo a urgência da adequação da Constituição Estadual à Constituição Federal em relação aos temas. Houve adequação no âmbito federal, mas não no estadual, ocorrendo até duplo sentido na interpretação de determinados textos e, às vezes, contradição. Essa adequação é necessária e importante. Por isso, somos favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição nº 54, mas não somos favoráveis à Emenda nº 3, sobretudo no que diz respeito aos funcionários da educação, pois temos de buscar uma forma de valorizá-los. Não queremos retirar as conquistas do profissional de educação, mas isso acontecerá se a Emenda nº 3 for aprovada.

Todos os políticos discursam sobre a importância da educação, sem a qual nenhuma nação se desenvolve. A educação é essencial para o avanço de um país. A educação é importante para a família e para a sociedade como um todo. Esse é o nosso grande desafio. Temos de sair do discurso e ir para a prática, e não há prática mais decisiva do que a alteração da lei. Valorizar a educação é derrubar a Emenda nº 3, valorizando os profissionais da educação. Coerência é uma palavra pequena, mas deve nos perseguir a cada minuto da nossa existência. Temos de estar muito atentos a essa palavra em cada instante da vida. Temos de refletir sobre a coerência em cada ação, nos nossos discursos e nos nossos princípios. Se queremos valorizar a educação, é importante derrubarmos a Emenda nº 3. Aprovamos o conteúdo da proposta de emenda à Constituição, com exceção da Emenda nº 3 que foi apresentada. Não foi possível aprofundar o debate da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, e a colocaram na Proposta de Emenda à Constituição nº 54. É como se a Proposta de Emenda à Constituição nº 54 fosse uma barriga de aluguel. Toda a proposta foi colocada na forma da Emenda nº 3, o que esvaziou o debate. Na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de forma independente, era possível aprofundar o debate mostrando as contradições e as perdas. A Emenda nº 3

esvaziou o debate, por isso somos contrários a ela. Sr. Presidente, serei objetivo para contribuir com os colegas neste último dia de trabalho, utilizando menos de 10 minutos, embora tivesse uma hora para discutir. Utilizo menos de um sexto do tempo para que outros Deputados possam manifestar-se, sem prejudicar o dia de trabalho. Seria uma omissão não mostrarmos aos pares a importância da proposta de emenda à Constituição e a grande contradição ocorrida quando foi incorporada a Proposta de Emenda à Constituição nº 61 na forma da Emenda nº 3. Essas são as minhas considerações.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, Beatriz Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sind-UTE-, que acompanha atentamente esta votação. No que diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição nº 54, Sr. Presidente, num primeiro momento não havia nenhuma divergência quanto ao conteúdo de tal proposta, o que dispensaria qualquer tipo de discussão ou de encaminhamento porque na proposta original fomos favoráveis à aprovação da proposta sob comento. O problema ocorreu agora, na tramitação em 2º turno, com a proposta de inclusão da Emenda nº 3. E é relativo à Emenda nº 3 o motivo da nossa discordância e preocupação. Não usarei o tempo que me cabe, mas serei rápido e objetivo. A referida proposta de emenda à Constituição foi fruto de seminário realizado nesta Casa, onde se formou uma comissão especial. Originalmente essa proposta visava simplesmente adequar a Constituição do Estado às modificações anteriores da Constituição Federal. Portanto, seria uma emenda muito técnica à Constituição, uma emenda de adequação de redação à Constituição do Estado relativamente às modificações que, ao curso de 20 anos, a Constituição Federal apresentou. Quanto a isso não há dificuldade de compreensão, de entendimento e de aprovação. Meramente adequação da Constituição do Estado à Constituição Federal. Mas, para nossa surpresa - e estamos muito chateados com isso -, verificamos o conteúdo da Emenda nº 3, apresentada em 2º turno: esta simplesmente pegou o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, que está tramitando, que é justamente aquela famigerada emenda que propõe acabar com a carreira do professor público da rede estadual de Minas Gerais. A Emenda à Constituição nº 61 visa a dar legitimidade, constitucionalidade àquela figura do subsídio que o governo criou às pressas, antes do processo eleitoral, para tentar pôr fim à greve dos professores. E a Emenda à Constituição nº 61, que foi transcrita, reproduzida, pela Emenda nº 3, retira direitos dos professores da rede estadual porque legítima o subsídio. E, com o subsídio, o professor não terá mais a carreira, pois perderá o adicional por tempo de serviço, o adicional de desempenho, o adicional de produtividade, o adicional de regência de classe - o famoso pó de giz -, que são direitos adquiridos pelos professores da rede estadual, direitos esses elevados ao nível constitucional porque estão previstos na Constituição do Estado. E agora, com a Emenda nº 3, a proposta é retirar esses direitos.

É inadmissível retirar direitos de uma categoria tão sofrida, tão maltratada e marginalizada como a dos professores estaduais. Essa proposta que o governo está encaminhando é extremamente equivocada e prejudicial aos professores. Estes pleiteiam há anos - e por isso vêm lutando - a implementação do piso salarial, o piso nacional dos professores, mas sem retirada de carreira. Um piso salarial de R\$1.324,00 acrescido dos direitos adquiridos e da progressão de carreira, e não da forma como o governo pretende fazer, criando uma lei que aprova o subsídio, uma lei contrária à Constituição. Agora, tenta mudar a Constituição. Aqui em Minas, a democracia é de cabeça para baixo; aqui em Minas, a democracia é o contrário da concepção normal. Primeiro, o Parlamento não legisla, quem legisla é o Governador. Segundo, aprovam-se leis contrárias à Constituição e depois, a Constituição é que tem de se adequar às leis. Ou seja, há uma inversão absoluta de valores. Somos contrários à Emenda nº 3 acrescida à Proposta de Emenda à Constituição nº 54, porque ela é prejudicial à carreira dos professores.

Deve-se registrar também que o governo, naquilo que interessa a ele, tem muita agilidade em cumprir compromisso. Mas, no que é de interesse dos professores, o governo não cumpre. A gloriosa greve dos professores da rede estadual de ensino, muito bem conduzida pelo Sind-UTE, teve fim mediante um acordo assinado pela Secretaria de Estado de Planejamento e pelo Sind-UTE com o aval da Assembleia Legislativa. Nesse acordo há vários compromissos firmados como, por exemplo, a realização de concurso público para os professores da rede estadual. Conforme acordo assinado em maio deste ano, o concurso deveria ter sido realizado até julho de 2010. Ontem, em audiência na Comissão de Educação, contamos com a presença do Sind-UTE, da Secretaria de Educação e da Seplag. Tanto a Seplag quanto a Secretaria de Educação não souberam esclarecer quando será publicado o edital do concurso. O governo não cumpre o acordo por ele assinado. Também ficou estabelecido que haveria vagas, por meio de concurso público, para Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso, mas até hoje o governo não sinalizou o cumprimento desse acordo. Não se garante concurso público, não se garantem os mecanismos estabelecidos no acordo. A Secretaria de Estado de Educação nem sequer recebe os representantes do Sind-UTE. Mas agora, para aprovar uma reforma da Constituição do Estado, para retirar direitos adquiridos dos professores, o governo tem agilidade, tem palavra, tem compromisso. É inadmissível. A Emenda nº 3 é um desrespeito aos professores da rede estadual de ensino, porque lhes retira direitos, enfim, ela é prejudicial aos professores públicos do Estado de Minas Gerais. Somos contra, vamos votar contrariamente à Emenda nº 3. Vamos votar favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 54, pedindo o voto contrário dos Deputados e das Deputadas na votação da Emenda nº 3. Para não terem dúvida, senhoras e senhores, ilustríssimos colegas Deputados e Deputadas, antes da eleição V. Exas. ficaram muito bravos, porque disseram que tinham votado contra o piso salarial dos professores. Agora já não há eleição, e já não há dúvida: quem ficou preocupado por ter votado contra os professores está no momento de se redimir. Deputados e Deputadas, se quiserem fazer justiça aos professores, está na hora de votarem contrariamente à Emenda nº 3, à retirada de direitos, enfim, está na hora de votarem contrariamente ao fim da carreira do professor da rede pública. Então, V. Exas. estão bem esclarecidos para não terem dúvida, para depois não irem lá fora dizer que estamos tentando confundir-los. Companheiros Deputados e companheiras Deputadas, para votarmos a favor dos professores, precisamos rejeitar a Emenda nº 3. Do contrário, se escolhermos o caminho mais fácil e aprovarmos uma lei delegada, o Governador, numa canetada só, poderá retirar os direitos da categoria. Pensem, pois a Assembleia Legislativa está sendo chamada à responsabilidade. Temos de derrotar a Emenda nº 3, porque, senão, aí sim, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais estará votando contra os professores do Estado de Minas Gerais. Fica aqui o nosso registro, o nosso apelo para que votemos contrariamente à Emenda nº 3 à Proposta de Emenda à Constituição nº 54.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, V. Exa. é membro efetivo da Comissão de Educação e nos representa muito bem. Também sou professora e faço coro com as suas palavras, pois não podemos, de forma alguma, aprovar a Emenda nº 3. Houve amplo debate nesta Casa, com acompanhamento do Sind-UTE, com a presença da Beatriz, sua Presidente, e de toda a coordenação do Sind-UTE. Agora, mais uma vez, fica enfatizado que a Secretaria de Educação não cumpriu os acordos mencionados por V. Exa., e esta Casa ainda consegue impor a Emenda nº 3, que garante subsídios, e não o que foi definido no acordo, que seria o piso salarial nacional.

Quero dizer de público que nós, professores, mais uma vez, devemos ficar atentos, acompanhar de perto o processo e solicitar novamente ao atual ilustre Governador, eleito para a próxima legislatura, que olhe com carinho e atenção para a Secretaria de Educação, para que ela possa representar a nossa categoria e ser atuante, participativa, aberta ao diálogo com os professores, os Diretores de Escola e o Sind-UTE.

Deixo registrado que concordamos com V. Exa.: somos a favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 54 e contra a Emenda nº 3, que tira direitos dos professores. Obrigada.

O Deputado Carlin Moura* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara.

Para não restar dúvida, a Emenda nº 3 acrescenta o art. 283-A à Constituição do Estado, que retira direitos adquiridos dos professores, como adicionais de tempo de serviço, de desempenho, de produtividade e de regência de classe. Se votarmos a Emenda nº 3, que acrescenta o art. 283-A, estaremos sepultando a carreira dos professores do Estado de Minas Gerais. Nosso posicionamento é contrário à Emenda nº 3. Deixo o nosso registro e o nosso apelo: vamos fazer justiça aos professores rejeitando a Emenda nº 3 da Proposta de Emenda à Constituição nº 54.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a votação destacada da Emenda nº 3. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, a proposta, salvo emendas e destaque.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 66 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta, salvo emendas e destaque. Em votação, as Emendas nºs 1, 2, 4 e 5.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 67 Deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 4 e 5. Votação da Emenda nº 3. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Serei muito breve. Gostaria de lembrar aos nobres colegas que essa emenda era a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, que tramitava e resguardava todas as leis que foram votadas aqui no mês de junho, mudando as carreiras dos servidores, sobretudo dos profissionais da educação. Por isso somos contra. Peço o apoio dos colegas para votarem contrariamente a essa emenda.

Aproveito, Sr. Presidente, nosso Vice-Governador eleito, que será diplomado logo mais, para dizer que ontem estivemos aqui com o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e não foi cumprido o acordo com o Sind-UTE, com os profissionais da educação. Durante o movimento da greve, foi feito um acordo assinado aqui na sala da Presidência. Então fomos avalistas, tanto o Líder da Oposição quanto o Líder do Governo e o próprio Presidente. Esse acordo não foi cumprido. De um lado, as coisas têm de acontecer, do lado dos profissionais da educação, que interromperam o movimento de greve.

Sr. Presidente, de acordo com a Cláusula nº 4 daquele acordo, assinado por Renata Vilhena e pelos dirigentes do Sind-UTE, seria realizado um concurso público até o mês de julho. Até hoje não foi publicado sequer o edital. Nem previsão há. Hoje não temos garantia nem da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão nem da Secretaria de Educação sobre quando será realizado esse concurso público.

E o pior é que foi sinalizado que, quando houver concurso público, não serão contemplados cargos para professores de Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso. O apelo que fazemos ao nosso Presidente e Vice-Governador eleito e ao Líder do governo, Deputado Mauri Torres, é que cumpram o acordo que foi assinado nesta Casa. A Assembleia Legislativa teve o papel importante de mediação entre o movimento e o governo, porque o governo não estava recebendo os dirigentes do movimento. Firmam um acordo, em que acreditamos e confiamos, mas que não será cumprido.

Ontem, a Secretaria de Planejamento e Gestão, representando a Secretaria de Educação, esteve na audiência pública, mas não nos deu garantia de quando será publicado o edital e o seu teor. Votamos contra porque o acordo não está cumprido. Nesse sentido, essa emenda, que era toda a Proposta de Emenda à Constituição nº 61, tira direitos dos profissionais da educação, dos servidores; na verdade, complica toda a carreira dos servidores. Por isso, contamos com os nobres colegas Deputadas e Deputados para votarem contra a Emenda nº 3, porque dessa forma iremos valorizar os profissionais da educação.

Não existe política pública de educação de qualidade se não investirmos, se não valorizarmos quem a executa, aliás, correndo risco de morte. Ocorreram mortes em salas de aula. Quando não contemplamos disciplinas importantes como Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso, que ajudam na formação do caráter do ser humano, não contribuimos com a sociedade, e isso compromete a qualidade do ensino. Não resolve o problema colocar polícia nas escolas, se não conseguirmos trabalhar a mente e o coração dos adolescentes e jovens. Por isso o nosso apelo, Sr. Presidente, Vice-Governador eleito, para que seja cumprido o acordo assinado nesta Casa, porque até hoje não sabemos sequer quando será publicado o edital do concurso, que deveria ter sido realizado em julho. Pela educação, pelos servidores públicos, peço aos colegas que votem "não" para a Emenda nº 3.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

- Registram "não" os Deputados e a Deputada:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - Maria Tereza Lara - Padre João - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Weliton Prado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, votei "sim", mas o meu voto não apareceu no painel.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 55 Deputados. Votaram "não" 13 Deputados. Está aprovada a Emenda nº 3. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.770/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica Regime Especial de Tributação concedido ao contribuinte mineiro da indústria náutica, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/1975. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.094/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica Regime Especial de Tributação concedido ao contribuinte mineiro dos segmentos nele descritos, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/1975. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 4.698/2010 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 5.075/2010, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 5.075/2010 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 58/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 34, de 12/9/1994, e da Lei Complementar nº 61, de 12/7/2001, os quais dispõem sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. As Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, combinado com os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Lafayette de Andrada - Meu voto é "sim".

O Deputado Padre João - Meu voto é "sim".

O Deputado Gil Pereira - Meu voto é "sim".

O Deputado Pinduca Ferreira - Meu voto é "sim".

O Deputado Luiz Humberto Carneiro - Meu voto é "sim".

O Deputado José Henrique - Meu voto é "sim".

O Deputado Ivair Nogueira - Meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 65 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 58/2010. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 66, de 22/1/2003, que criou o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FEPDC - e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 65 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 59/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 66/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que altera o Anexo da Lei Complementar nº 34, de 12/9/1994. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 63 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 66/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.482/2007, do Deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate à Violência contra a Mulher. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.728/2010, do Deputado Marcus Pestana, que institui o Dia Estadual do Anticomobilismo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.708/2009, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta o § 3º e altera o "caput" do art. 1º da Lei nº 12.223, de 1º/7/1996, que obriga o Estado a fornecer equipamento de segurança ao policial civil. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.708/2009 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.894/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do PPAG para o exercício de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 10 e 37, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 145 a 148, 151 a 158, 160, 162, 164, 165, 168, 172 a 177, 179 a 182, 184 a 200, 202, 204 a 207, 210 a 217, 219 a 225, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 226 a 290, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3 a 8, 25, 28, 55, 81, 83, 87, 99, 113, 134, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169 a 171, 178, 183, 203, 208 e 218, apresentadas por esta Comissão; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 9, 11 a 24, 26, 27, 29 a 31, 34 a 36, 38 a 50, 52 a 54, 56 a 79, 82, 84 a 86, 88 a 91, 93 a 98, 100 a 112, 115 a 133 e 136 a 143. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, serei breve, não será necessário todo o tempo. Porém, é importante, não só em nome da Comissão de Participação Popular, mas, tenho certeza, da Comissão de Fiscalização Financeira, apresentar, antes da votação, um rápido e sintético balanço do processo de revisão deste ano.

A Assembleia Legislativa tomou a decisão acertada de, mesmo sendo ano eleitoral, não abrir mão da realização das audiências públicas de revisão do PPAG. Com todo apoio da Mesa, do Presidente e do corpo técnico da Assembleia, realizamos audiências descentralizadas no Triângulo, na Zona da Mata, no Jequitinhonha, no Mucuri, na região Central e em Belo Horizonte, com a participação de mais de 800 representantes das mais diversas áreas da sociedade civil organizada, entidades, sindicatos, governos locais, Vereadores, ONGs, conselheiros das mais diversas políticas públicas, num processo que resultou em mais de 360 propostas populares transformadas em 230 propostas de ação legislativa, uma vez que várias foram aglutinadas.

E, por sua vez, cada uma dessas propostas foi apreciada pela Comissão de Participação Popular e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Foram 119 propostas aprovadas na forma de requerimento e, relativamente ao PPAG, 82 emendas aprovadas, sendo que o seu desdobramento redundou em 60 emendas para o orçamento de 2011.

Foi um processo muito rico, de participação muito qualificada, com muita concentração de emendas: no caso da saúde, para melhoria ou reformas, principalmente, de hospitais de cidades-polo; na área de assistência social, para estruturação dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras -; para a valorização da memória e da cultura popular do Vale do Jequitinhonha; para ações direcionadas para o Escola Família Agrícola; para operacionalização de conselhos de direitos, principalmente tendo em vista que, no ano de 2011, faremos conferências estaduais em várias áreas; para a Defensoria Pública do Estado; na área de segurança alimentar, demos apoio à implantação da Lei nº 11.947, que obriga Estados e Municípios a adquirirem, no mínimo, 30% da alimentação escolar diretamente da agricultura familiar. Restauramos uma importante ação, no âmbito da saúde, de apoio ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional nos Municípios; elaboramos um conjunto de propostas na área de combate às drogas; foi formulada uma nova ação para um plano estadual interdisciplinar, que articula defesa social, saúde, educação, assistência social e políticas de juventude no enfrentamento às questões das drogas em Minas Gerais; para

apoio à economia solidária, às associações dos catadores de materiais recicláveis, às ações de erradicação do trabalho infantil e enfrentamento à violência e exploração sexual; e também direcionadas à promoção dos povos indígenas e quilombolas e a várias iniciativas de Municípios nas várias regiões de Minas Gerais.

Uma ação que considero muito relevante é a instituída no âmbito da Copasa, a Copanor, para abastecimento de água das comunidades rurais com até 200 habitantes. Talvez essa seja uma das principais novidades do PPAG. Eu próprio não tinha conhecimento dessa lacuna no planejamento público de Minas. A Copanor não atendia a comunidades com até 200 habitantes em seu sistema de água, então criamos uma ação nova. Quero agradecer, e muito, aos Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária a sensibilidade no acolhimento dessa proposta em particular. Foi impressionante a audiência na audiência do Jequitinhonha, a mobilização de comunidades que hoje não têm água para beber. Agora a Copanor deverá ter estrutura operacional e de atendimento para pequenas comunidades do semiárido mineiro.

Quero também agradecer aos Deputados Duarte Bechir, Carlin Moura, Eros Biondini e João Leite, da Comissão de Participação Popular, que fizeram a análise dessas 362 propostas. Foi um trabalho intenso, de negociação com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, por meio do corpo técnico da Assembleia Legislativa, dos gestores da Seplag e do governo do Estado que participaram das audiências. Esse registro merece ser feito.

Por fim, quero dizer que aprovamos uma proposta para o governo para que, no próximo ano, junto à Assembleia, discutamos o PPAG 2012-2015 com todas as 10 macrorregiões do Estado, antes de a proposta ser encaminhada a esta Casa.

Portanto, pedimos a autorização e a licença do Deputado Mauri Torres, por se tratar de projeto do Governador, mas, em função do processo que desenvolvemos na Assembleia, encaminho, neste momento de discussão, para economizar tempo, pela aprovação do parecer da Comissão de Fiscalização Financeira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das respectivas subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 3 a 8, 25, 28, 55, 81, 83, 87, 99, 113, 134, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169 a 171, 178, 183, 203, 208 e 218. Com a aprovação da Emenda nº 188, fica prejudicada a Emenda nº 32; com a aprovação da Emenda nº 183, fica prejudicada a Emenda nº 33; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 178, fica prejudicada a Emenda nº 51; com a aprovação da Emenda nº 215, fica prejudicada a Emenda nº 80; com a aprovação da Emenda nº 155, fica prejudicada a Emenda nº 92; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 149, fica prejudicada a Emenda nº 114; com a aprovação da Emenda nº 191, fica prejudicada a Emenda nº 135; com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 167, ficam prejudicadas as Emendas nºs 201 e 209. Em votação, as Emendas nºs 1, 2, 9, 11 a 24, 26, 27, 29 a 31, 34 a 36, 38 a 50, 52 a 54, 56 a 79, 82, 84 a 86, 88 a 91, 93 a 98, 100 a 112, 115 a 133 e 136 a 143. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.894/2010 com as Emendas nºs 10, 37, 145 a 148, 151 a 158, 160, 162, 164, 165, 168, 172 a 177, 179 a 182, 184 a 200, 202, 204 a 207, 210 a 217, 219 a 225 e 226 a 290 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3 a 8, 25, 28, 55, 81, 83, 87, 99, 113, 134, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169 a 171, 178, 183, 203, 208 e 218. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.895/2010, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1 a 7, 9 a 27, 30 a 36, 52, 55 a 79, 81 a 92, 100 a 102, 104 a 128, 130 a 146, 148 a 186, 189 a 191, 196 a 207, 212 a 220, 224 a 272, 277 a 311, 373 a 384, 386 a 389, 391, 393 a 401, 403 a 411, 491 a 499, 505, 506, 510, 511, 515 a 534, 553, 554, 563, 582, 584 a 594, 596 a 601, 607 a 612, 618 a 625 e 627 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 638 a 662, 664 a 674, 676 a 697 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 698 a 739, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 43 a 48, 50, 53, 80, 103, 129, 187, 188, 192 a 195, 385, 501, 512 a 514, 564 a 572, 578 a 581, 626, 628, 663 e 675 que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 8, 28, 29, 37 a 42, 49, 51, 54, 93 a 99, 147, 221 a 223, 273 a 276, 312 a 372, 392, 413 a 490, 500, 502 a 504, 507 a 509, 536 a 552, 555 a 562, 573 a 577, 583, 595, 602 a 606, 613 a 617, 629 a 637. As Emendas nºs 208 a 211, 390, 402, 412 e 535 foram retiradas pelos autores. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das respectivas subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs s 43 a 48, 50, 53, 80, 103, 129, 187, 188, 192 a 195, 385, 501, 512 a 514, 564 a 572, 578 a 581, 626, 628, 663 e 675. Em votação, as Emendas nºs 8, 28, 29, 37 a 42, 49, 51, 54, 93 a 99, 147, 221 a 223, 273 a 276, 312 a 372, 392, 413 a 490, 500, 502 a 504, 507 a 509, 536 a 552, 555 a 562, 573 a 577, 583, 595, 602 a 606, 613 a 617 e 629 a 637. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.895/2010 com as Emendas nºs 1 a 7, 9 a 27, 30 a 36, 52, 55 a 79, 81 a 92, 100 a 102, 104 a 128, 130 a 146, 148 a 186, 189 a 191, 196 a 207, 212 a 220, 224 a 272, 277 a 311, 373 a 384, 386 a 389, 391, 393 a 401, 403 a 411, 491 a 499, 505, 506, 510, 511, 515 a 534, 553, 554, 563, 582, 584 a 594, 596 a 601, 607 a 612, 618 a 625, 627, 638 a 662, 664 a 674, 676 a 697 e 698 a 739 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 43 a 48, 50, 53, 80, 103, 129, 187, 188, 192 a 195, 385, 501, 512 a 514, 564 a 572, 578 a 581, 626, 628, 663 e 675. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, votamos favoravelmente tanto ao projeto do PPAG quanto ao do Orçamento do Estado, ressaltando a importância da participação da sociedade civil na revisão do PPAG. É lógico que sempre precisamos dela. Estamos reivindicando, cada vez mais, o investimento nas ações sociais, nas políticas públicas sociais, aliás, como as de prevenção contra a violência. Como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, pude perceber a importância das políticas públicas de prevenção.

Sr. Presidente, no encerramento desta legislatura, quero aproveitar a oportunidade, como Deputada Estadual residente em Betim, para registrar na Casa nosso posicionamento relativo à questão da Fiat, amplamente discutida aqui. A Fiat é uma grande empresa em Betim. Neste momento, ela está em expansão. Até 2015, teremos mais R\$7.000.000.000,00 de investimentos. Sua produção passará de 800 mil unidades por ano para 950 mil. A empresa investe na área social, cumpre sua responsabilidade. Ela tem o projeto Árvore da Vida, no Jardim Teresópolis, onde investe recursos. A unidade que vai para Pernambuco foi fechada na Itália e iria para o México. Devido à prorrogação, pelo Presidente Lula, da medida provisória de incentivo especial para o Norte e o Nordeste, uma unidade irá para aquele Estado, com um investimento de R\$3.000.000.000,00 a partir de 2015. Não aceitaríamos, de forma alguma, que Minas ficasse prejudicada, mas não há esse prejuízo, pois a empresa de Betim continuará lá, em expansão, e haverá outra no nosso país. Conversei com a Prefeita de Betim e com outras pessoas sobre esse tema e acredito que o próprio Governador tem informações a respeito. No encerramento desta legislatura, quero deixar registradas, como Deputada residente em Betim, essas informações. Além de valorizarmos as pequenas empresas e as microempresas, importantes, que geram o maior número de empregos no País, queremos também valorizar as grandes. Queremos o desenvolvimento econômico sustentável, com responsabilidade social.

Entreí nesta Casa como suplente, em 2009 e 2010. Agradeço o apoio e a solidariedade de todos. Os momentos de conflito fazem parte da democracia. É necessário haver Oposição e Situação para debatermos os assuntos e nos posicionarmos, até para que o Executivo, seja de que partido for, reflita a partir das considerações trazidas pela Oposição, principalmente quando ela é responsável. Quero aqui mencionar o nosso Líder, Deputado Padre João, e nossa Bancada, junto com o PCDoB. Acredito que, como Oposição, temos dado nossa contribuição, assim como a Situação tem seu papel. Esperamos avançar cada vez mais para que Minas ganhe com isso. É preciso haver abertura para conseguirmos mais direitos para nosso povo, sobretudo para os excluídos. Essa tem sido nossa pauta, e queremos que esta Casa continue cada vez mais aberta à

participação da sociedade civil e seja radicalmente transparente e voltada para o diálogo, com muita franqueza. Se for necessário, teremos o confronto para avançarmos quanto aos direitos da população do Estado. Obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero apenas declarar o voto favorável que tivemos a oportunidade de dar a vários projetos hoje. Quero também falar de minha satisfação, Sr. Presidente, de concluir este segundo mandato e poder fazer um balanço extremamente positivo. Esta manhã simbolizou também esse esforço que fizemos ao lado dos colegas e, acima de tudo, simbolizou a beleza do parlamento. Tive a oportunidade de ser Vereador e Prefeito, mas, com certeza, a Assembleia Legislativa me ensinou muito. Isso me motiva ainda mais a enfrentar o desafio que temos pela frente, já que o povo mineiro teve a generosidade de me confiar a missão de chegar, como um dos Deputados Federais mais votados em Minas Gerais, graças a Deus, à Câmara dos Deputados e dar sequência ao meu trabalho, colocar em prática o que pude aprender nesta Casa.

Hoje, por exemplo, votamos o Orçamento de Minas Gerais, o PPAG, além de diversos outros projetos. Para minha alegria, votamos também um projeto de minha autoria que tem uma simbologia muito especial para Minas e para o Brasil e que poderá ser um instrumento de fortalecimento da alma dos mineiros: a liberdade. Não costumo me ater a projetos alusivos apenas a datas, mas hoje, por uma razão muito especial, atendendo à comunidade são-joanense e ao Conselho do Patrimônio Histórico de São João del-Rei, cujo trabalho tem uma belíssima tradição na cidade e em toda a região, votamos um projeto de minha autoria que cria o Dia da Liberdade, em referência ao dia considerado como o do nascimento de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira e, acima de tudo, símbolo da luta pela liberdade. Ao aprovar esse projeto, tendo a felicidade de contar com o apoio dos demais pares, quero também me despedir desta Casa, mas não, dos colegas. Digo até breve a cada um, porque foi-me concedida a missão de ir para a Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Vice-Governador, esteja certo de que levarei, com todo o empenho, o nome de Minas Gerais para a Câmara e o farei com muita lealdade a cada colega desta Casa, não apenas aos companheiros do PSDB, mas aos colegas de toda a bancada mineira. Atuarei com o espírito de união dos 53 Deputados Federais mineiros em prol do nosso Estado e, é claro, do nosso país, para construirmos juntos as transformações de que tanto precisamos.

Encerrando, quero agradecer aos colegas a paciência e a generosidade por terem me conduzido à condição de Líder da Maioria durante estes quatro anos de mandato. Agradeço-lhes ainda o aprendizado que adquiri com cada um e que será fundamental para realizar meu trabalho em Brasília. Na pessoa do brilhante Deputado Dinis Pinheiro, meu colega de bancada, desejo sucesso a todos que vão seguir jornada no Parlamento mineiro. Cumprimentando-o, cumprimento toda a bancada da próxima legislatura, e não, apenas a Bancada do PSDB. Esteja certo, Dinis, que V. Exa. terá sempre um companheiro leal em Brasília, porém um companheiro que terá de continuar ouvindo seus conselhos e ensinamentos. Com sua tempera, mas, ao mesmo tempo, com sua natureza conciliadora, V. Exa., que sempre buscou a solução dos problemas por meio do diálogo, jamais foge do enfrentamento dos graves problemas do povo mineiro e o faz com espírito conciliador, com espírito de entendimento, o que é essencial. Assim como o nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho é para nós uma referência, V. Exa. também saberá representar nosso PSDB muito bem. Deixo, na sua pessoa, meu abraço a todos os colegas. Agradeço, mais uma vez, ao Presidente Alberto Pinto Coelho a generosidade que sempre teve comigo, desejando-lhe sucesso nesta missão ao lado do nosso grande Governador Anastasia. Terá um soldado em Brasília, com a mesma lealdade com que trabalhei aqui, desde o primeiro até o último minuto. Em nenhum momento de maior polêmica faltei a esta Casa, mesmo nas horas mais difíceis, quando, de fato, conhecemos os companheiros. Procurei marcar presença nas votações difíceis e levo a Brasília esse mesmo espírito combativo e de lealdade. Contem comigo!

Naturalmente, gostaria de agradecer a todo o povo mineiro, especialmente ao povo do meu Centro-Oeste mineiro, da minha Divinópolis querida, dos Campos das Vertentes, da minha querida São Tiago, onde nasci. Ali estendeu-se toda a generosidade do povo das Vertentes. Hoje também posso falar pelo Vale do Aço, onde sou um dos mais votados; por Diamantina, onde tive a alegria de ser um dos mais votados; por Salinas, local pelo qual, ao lado de figuras exponenciais da política mineira, como Arlen Santiago, tenho o dever de zelar, como por todo o Norte de Minas. Portanto, com esse espírito de dedicação ao povo mineiro, despeço-me desta Casa e me coloco à disposição de cada um na Câmara dos Deputados. Despeço-me com a consciência do dever cumprido, votando favoravelmente a essas matérias que seguramente ajudarão Minas a seguir no caminho certo, sob o comando do Governador Anastasia e agora com V. Exa. ao seu lado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Ao declarar os votos favoráveis, homenageio este tempo que vivemos, especialmente o do governo Aécio, do governo Anastasia e do trabalho que esta Casa realizou, abrindo um novo tempo: um tempo de revisão do PPAG, do plano de desenvolvimento. A Assembleia Legislativa deu um salto de qualidade. Durante anos experimentamos as audiências regionais para tratar do Orçamento e houve o momento do Orçamento Participativo. Sem dúvida, a revisão do PPAG e as discussões que a Assembleia inaugurou nestas duas legislaturas foram um salto de qualidade para a participação da população de Minas Gerais. Com muita satisfação, com muita alegria, encerramos esta legislatura. Hoje a Assembleia Legislativa efetivamente participa do Orçamento e do acompanhamento da execução orçamentária no Estado.

Sr. Presidente, saúdo a visão da Assembleia Legislativa em relação a vários temas, entre eles o da execução penal. A partir de agora, o Estado vive um novo momento, pois a legislação que votamos na Comissão Especial da Execução das Penas foi apresentada por V. Exa., Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, agora Vice-Governador do Estado, ao Conselho Nacional de Justiça. Este quer acompanhar o modelo que Minas Gerais adota e que nasceu na Assembleia Legislativa. A legislação que votamos agora, que trata da informatização, do cumprimento das penas, da possibilidade do videomonitoramento, da execução das penas, da possibilidade de videoconferências, evitando a mudança de um preso para ouvir do Juiz que tem, por exemplo, direito a novo regime. Antes, isso demandava segurança, escolta e, agora, pode ser feito por vídeo. Assim, com a informatização, evita-se a possibilidade de falsos alvarás de soltura. A Assembleia Legislativa dá uma grande contribuição ao Brasil. V. Exa., enquanto Presidente do Colegiado de Presidentes de Assembleias, deu essa oportunidade para que todo o País convivesse com isso.

Saúdo ainda a inauguração, hoje, Deputado Dinis Pinheiro, da Comissão de Esportes da Assembleia Legislativa. Votamos a criação da Comissão de Esportes no momento exato. Em 2011 teremos os Jogos Militares, depois teremos a Copa das Confederações, a Copa do Mundo em Minas Gerais e, em 2016, a Olimpíada e a Paraolimpíada. A Assembleia de Minas Gerais sai na frente criando sua Comissão de Esportes, que, sem dúvida, tratará de tudo isso e de um modelo de prevenção em Minas relativamente a desporto educacional e educação física.

Por fim, não posso deixar de lamentar, novamente, a perda da nova fábrica da Fiat por Minas Gerais. O mais grave é que perdeu em uma conspiração. O Presidente Lula conspirou contra Minas Gerais. Ao conspirar contra Minas Gerais, fez uma renúncia fiscal de R\$4.500.000.000,00 em favor da Fiat Automóveis. A Fiat Automóveis, que custará R\$3.000.000.000,00 para ser implantada próximo a Recife, em Jaboatão dos Guararapes, poderia ser instalada em Ipatinga, em Montes Claros ou em Ribeirão das Neves. Esse era o sonho de Ribeirão das Neves, que, infelizmente, mesmo com Deputados majoritários do PT, nenhuma palavra recebeu a seu favor para que tivesse a fábrica da Fiat. Quem sabe Teófilo Ottoni, da nossa Patativa do Mucuri, do Deputado Getúlio Neiva, pudesse abrigar a fábrica da Fiat - ou Manhuaçu, Contagem, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora ou Divinópolis. Não, a fábrica da Fiat foi levada para Pernambuco, para Jaboatão dos Guararapes. O que mais dói é que isso foi feito por meio de uma conspiração do Presidente Lula contra Minas Gerais, sem que fosse dita uma palavra em nosso favor pelo PT nem pelo indicado Ministro da Indústria, Fernando Pimentel. Minas Gerais perdeu aquela fábrica que abrigou com tanto carinho há anos, por uma conspiração do inimigo de Minas Gerais, o Presidente Lula. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e, especialmente, público que nos assiste, gostaria de declarar o meu voto favorável aos projetos votados nesta manhã. Nestes últimos dois dias de votação, dezenas de projetos foram aprovados. Ontem aprovamos o Projeto de Lei Complementar nº 45, de autoria minha e do Deputado André Quintão, o qual tratou do assédio moral no âmbito do serviço público e representou um avanço. Tipificamos a conduta administrativa que consiste no assédio moral, que ocorre constantemente de forma velada, escamoteada. Agora, haverá uma legislação específica para tratar desse assunto. As pessoas que estiverem sendo perseguidas e humilhadas, recebendo tratamento degradante no serviço público, terão uma legislação a que recorrer. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto diz respeito a uma emenda, que aprovamos, a projeto do Deputado Carlos Gomes e que prevê a redução do pagamento de emolumentos e taxas de cartório, especialmente de registro, da ordem de 80% para os policiais e bombeiros militares, na aquisição de sua casa própria, no programa Promorar Militar, do governo do Estado. O Governador Anastasia, durante a sua campanha, assumiu o compromisso de aportar um volume maior de recursos para esse Programa em 2011. Isso fez gerar uma expectativa e uma maior esperança de policiais e bombeiros militares na aquisição da casa própria. A faixa salarial de 6 a 10 salários mínimos terá redução de 80%, e a de 3 a 6 salários mínimos terá redução de 90% nas taxas. Essas taxas, quando somadas, são caras. O Soldado, o Cabo e o Sargento poderão comprar a sua casa através desse belíssimo Programa, de iniciativa do Governador Aécio Neves, com o endosso do Governador Anastasia. Esse foi o melhor programa habitacional que já tivemos, por meio de financiamento do Instituto de Previdência dos Servidores Militares em parceria com o BDMG. Como essa notícia é muito boa para policiais e bombeiros militares, não poderia deixar de ressaltá-la.

Pela manhã, aprovamos o Projeto de Lei nº 3.078, de minha autoria, que determina a obrigatoriedade do fornecimento dos equipamentos de proteção individual ao bombeiro militar. O trabalhador do setor privado não pode trabalhar em uma construtora sem o equipamento necessário - capacete, botas e luvas -, senão pode ser advertido pelo seu patrão. E é considerada falta grave a não utilização do equipamento de proteção individual. Estamos trazendo isso para o serviço público, que precisa dar o exemplo. Já conquistamos isso para o policial militar, para o agente penitenciário e para o policial civil, mas o bombeiro militar não havia sido beneficiado. Fizemos isso agora pela manhã.

Sr. Presidente, gostaria também de ressaltar que acompanhamos atentamente a operação no Morro do Alemão, que toda a imprensa considerou bem-sucedida. Registramos publicamente que foi algo muito bom. Mas, diferentemente do Rio de Janeiro, o Estado de Minas Gerais, por intermédio das Polícias Civil e Militar e do setor prisional, faz um trabalho de altíssimo gabarito e de integração com o cinturão de segurança pública. Ou seja, há um grande empenho com a área de segurança pública do nosso Estado. Não podemos deixar de realçar o trabalho feito, a partir de 2003, pelo Governador Aécio Neves e pelo então Vice-Governador, Prof. Antonio Anastasia, hoje Governador, que, ao longo destes anos, tem feito planejamentos e investimentos sérios e transparentes. Destacamos a integração e a desoneração da custódia de presos. Ou seja, as Polícias Civil e Militar deixaram de tomar conta de várias penitenciárias, liberando policiais para sua atividade fim. Isso é um avanço, assim como os Cinturões de Segurança Pública 1, 2 e 3, a desoneração da atividade de guarda de cadeia, os investimentos em logística e tudo o que conquistamos ao longo desse período. Ressaltamos que Minas Gerais é diferente do Rio de Janeiro porque aqui não temos traficantes comandando morros e favelas, temos Polícias respeitadas, que trabalham não apenas no final do ano ou numa operação A, B ou C, mas num trabalho permanente, contínuo das nossas forças de segurança pública. Sr. Presidente, não encerraremos a nossa fala sem parabenizar todos os policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes de segurança penitenciária do nosso Estado. Se o nosso Estado tem uma segurança pública melhor, é graças a Deus e depois, em primeiríssimo plano, a essas pessoas que no dia a dia entregam o seu suor, a sua vida e o seu trabalho permanentemente para que Minas Gerais seja um Estado melhor para se viver, como diz o "slogan" do próprio governo.

Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. mais uma vez, pois conduziu o nosso Parlamento de forma brilhante, com uma liderança respeitada. V. Exa. ocupará o cargo de Vice-Governador, e participaremos da diplomação hoje à tarde. Desejo a V. Exa. muita saúde e perseverança e que continue a brilhar como Vice-Governador. Desejo o mesmo ao nosso Governador para que conduza o nosso Estado de forma serena e tranquila. Agradeço a Deus este momento que vivemos, encerrando o ano. Peço a Deus proteção para continuarmos nosso trabalho de forma aguerrida e séria no próximo ano. Sr. Presidente, este Parlamento contribuiu muito. Hoje ouvi uma crítica no programa "Conversas de Redação", na Itatiaia. Muitas vezes elogiam o Governador Aécio Neves e o Prof. Anastasia, mas esquecem-se de elogiar o Parlamento. O Prof. Anastasia e o Governador Aécio Neves não conseguiriam desenvolver o Estado, sem que houvesse uma contribuição efetiva do Parlamento nos projetos, nas leis, nas autorizações de financiamentos, na fiscalização e nos debates das comissões. O Parlamento contribuiu muito, mas, infelizmente, ele é sempre a parte mais frágil e o mais esquecido, principalmente pela grande imprensa. Mas temos consciência de que o conjunto de Deputados trabalhou muito. Agradeço a Deus e aos eleitores que me reconduziram a novo mandato. Estaremos aqui de forma firme, renovada, com energia, com transparência e seriedade para defender o povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, como relator do Projeto da Lei Orçamentária, farei um resumo daquilo que é mais importante, que se extrai da peça orçamentária aprovada para o exercício de 2011. É importante destacar que, na comparação com exercícios anteriores, há um incremento substancial nos gastos, sobretudo com a assistência social, saúde, energia, urbanismo, Previdência Social. Na área social, dos R\$230.800.000,00 de recursos previstos, R\$49.600.000,00 são destinados à implantação do Projeto Travessia, R\$75.000.000,00 para o Poupança Jovem, e R\$40.000.000,00 para a implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas. Foram destinados ao Fundo para Infância e Adolescência - FIA - R\$8.000.000,00. Na área de saúde, serão investidos R\$4.900.000.000,00, sendo R\$2.600.000.000,00 na área de assistência hospitalar e ambulatorial, R\$861.000.000,00 na área de atenção básica e R\$115.000.000,00 para o suporte profilático e terapêutico. Na área de energia, os investimentos somam mais R\$100.000.000,00, 33% acima do aprovado em 2010, dos quais R\$100.000.000,00, ou seja, 99,8% são destinados à universalização do acesso à energia elétrica no campo. Na função urbanismo, dos R\$104.000.000,00 previstos, R\$87.000.000,00 estão alocados na infraestrutura urbana. Ainda destacamos que os recursos previstos para a educação são da ordem de 27,8%; para a área de saúde, de 14,59%; e para as ações de amparo e fomento à pesquisa, de 1%. Estão em conformidade com a exigência da Constituição do Estado e da LDO. É importante destacar que os investimentos previstos na Constituição do Estado são da ordem de 25% e o que está previsto na Lei Orçamentária aprovada hoje é aproximadamente da ordem de 28%; portanto quase 3% acima do que está previsto na lei. Quanto à saúde, a previsão constitucional é de 12%, com a previsão de gastos do Estado na referida área de 14,59%; portanto 2,59% acima do previsto pela Constituição. O Estado irá gastar na área de segurança pública R\$5.800.000.000,00. É possivelmente um dos Estados brasileiros, proporcionalmente à sua receita, que mais investe em segurança pública, o que vem ocorrendo nos últimos oito anos do governo Aécio e do Governador Antonio Anastasia. Destacamos que, no Orçamento de 2010, de R\$39.900.000.000,00, quase R\$40.000.000.000,00, teremos, para o ano de 2011, um acréscimo de mais de 10%, ou seja, seriam quase R\$45.000.000.000,00. Destes, algo em torno de R\$10.000.000.000,00, aproximadamente 10% do orçamento total, para investimentos, ou seja, quase 20%, sendo R\$6.000.000.000,00 das empresas controladas pelo Estado e R\$4.200.000.000,00 do Tesouro do Estado, o que proporcionará ao Estado um investimento, entre ações do Tesouro e ações das empresas controladas, da ordem de R\$10.000.000.000,00. Sabemos que os investimentos públicos são fundamentais para o aquecimento da economia, para a geração de empregos, e o Estado de Minas faz esse papel muito bem, investindo aproximadamente R\$10.000.000.000,00 no ano de 2011. Essas são as informações, Sr. Presidente, que gostaríamos de aqui trazer. Extraímos o que de mais importante consta na peça orçamentária. Acatamos várias emendas da Comissão de Participação Popular que vieram da sociedade, fruto das audiências públicas que esta Casa, em parceria com o governo do Estado e a sociedade, realizou no interior do Estado, nas várias regiões de Minas Gerais. Portanto há no Orçamento do Estado de Minas Gerais esta novidade: participação, presença de emendas populares apresentadas pelos cidadãos, as quais certamente contribuirão muito para o norteamento das nossas ações neste Parlamento. Eram essas as principais informações do Orçamento de 2011, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Braulio Braz.

O Deputado Braulio Braz - Ao encerrarmos o ano legislativo, gostaria de me dirigir, Sr. Presidente, aos meus nobres colegas, porque também encerraremos o nosso primeiro mandato legislativo. Manifesto o apreço que tenho pelos companheiros ombreados conosco, pelos companheiros que estiveram lutando nestes quatro anos por melhorias nas condições de vida do povo mineiro, apoiando o governo em projetos que, realmente, poderiam engrandecer o nosso Estado. Os nobres colegas me deram uma lição de convivência que jamais tinha esperado em minha vida, ao ser eleito Deputado. Fui eleito pensando em lutar pelos interesses do povo mineiro e, nesta Assembleia Legislativa, encontrei grandes amigos, fiz muitas amizades. Esse é o testemunho que quero ressaltar hoje. Há quatro anos, foi me dado um voto de confiança muito grande pelo povo de minha região, pelo povo de Minas Gerais. Ao ser reeleito com 102.530 votos, votação esplêndida, sinto-me gratificado pela generosidade dos mineiros que reconheceram o meu trabalho. Voltarei no dia 1º de fevereiro para assumir o segundo mandato. E terei grande compromisso não só pela votação obtida, mas também pelo carinho que recebo do povo em minhas andanças pelo interior. Também gostaria de ressaltar que a minha família - José Braz, meu pai, foi eleito Prefeito de Muriaé e meu sobrinho Renzo Braz, Deputado Federal - também foi agraciada com a confiança do povo mineiro, principalmente do da Zona da Mata, pois meu pai foi reeleito e vem fazendo um grande mandato. Aqui na Assembleia, temos uma ligação profunda com o governo do Estado, com o objetivo comum de engrandecer Minas Gerais. O Renzo lutará em Brasília, porém pensando muito mais num Brasil grande, num Brasil evoluído na área da assistência social, para que o povo tenha

melhores condições de vida. Quero manifestar a minha plena confiança no trabalho do meu sobrinho Renzo Braz, eleito Deputado Federal. Parabenizo o Prefeito José Braz, meu pai, Prefeito por seis anos. Sei que o governo contribuiu demais para a sua administração em Muriaé, administração marcante, que fez uma diferença enorme, ao transformar aquela numa cidade mais evoluída, com mais infraestrutura, com mais saúde, com mais educação. Portanto, estes quatro anos do meu trabalho legislativo valeram muito. Só tenho a agradecer a generosidade que encontrei nesta Casa, além de grandes companheiros - não posso nominá-los. A grande maioria me recebeu de braços abertos, ensinou-me muito, deu-me grande lição de convivência neste mundo tão difícil da vida política. Política é uma arte muito difícil, mas engrandece quem coloca seu nome para representação popular. E, ao colocar meu nome duas vezes, obtive apoio muito grande, então tenho muito a agradecer. Agradeço também a força que a Assembleia Legislativa deu, para que um membro da nossa corporação fosse eleito Vice-Governador. Ele estará ombreado com o Governador Anastasia para trabalhar, por mais quatro anos, por Minas Gerais muito melhor. Despeço-me do trabalho legislativo deste ano desejando a todos os meus companheiros e ao povo mineiro um feliz Natal e um excelente 2011. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lembrar que votamos favoravelmente a vários projetos. Votamos a lei delegada por acreditar numa administração séria, correta, e por entendermos que a hora da verdade do Governador Anastasia é esta. Há oito anos, aprovamos a primeira lei delegada; quatro anos depois, a segunda; e, agora, a terceira. O Governador Anastasia tem a missão de superar a administração anterior. Tem de ser melhor que o Governador Aécio Neves e até mesmo do que seu próprio governo, para mostrar que fazemos política para frente. O governo Aécio Neves foi muito melhor que o governo Itamar Franco. Destacou-se o Governador Aécio Neves juntamente com Clésio na primeira hora, depois com Anastasia; agora, Anastasia terá de ser melhor. Por isso, meu voto favorável foi por acreditar em um homem e no governo Anastasia-Alberto Pinto Coelho, porque tenho a certeza de que a participação do Deputado Alberto Pinto Coelho como Vice-Governador será muito importante. A linguagem política dessa chapa, hoje, chama-se Alberto Pinto Coelho. O companheiro de imprensa Eustáquio Ramos me perguntava ali fora como ficaram os outros projetos que apresentamos. Graças a Deus e ao apoio desta Casa, da imprensa e da sociedade, aprovamos o Ficha Limpa para Secretário e Secretário Adjunto. Tenho certeza de que isso pegará até mesmo na contratação dos funcionários de gabinete do Legislativo estadual. Sr. Presidente, ficaram pendentes de votação alguns projetos, como o que comentava com o José Geraldo, sobre o fim dos animais em circo. Não conseguimos sua votação, lutaremos para aprová-lo no próximo ano porque é necessário, assim como a cobrança de estacionamento em "shoppings" ficou para o próximo mandato. Há o projeto sobre a unificação das leis de turismo. Hoje existem 1.200 leis, e há necessidade de 100. Faremos um grande debate no próximo ano sobre isso, assim como sobre a unificação das eleições. Chega de eleição de dois em dois anos. Não aguentamos mais isso. Nem mesmo tomamos posse no novo mandato e um jornal já traz matéria perguntando se a Prefeitura de Belo Horizonte será disputada por fulano ou beltrano. O Brasil virou uma indústria de eleições. Daqui a dois anos estaremos discutindo a nossa eleição. Está na hora de unificar as eleições. Falava com o futuro Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que já está na hora de montarmos uma comissão extraordinária para acompanhar os preparativos para a Copa do Mundo. No levantamento que fiz, não só como dirigente esportivo, mas como Presidente da Comissão de Turismo, temos de montar essa comissão para mostrar que a Assembleia Legislativa deve fazer esse trabalho. Solicito mais tempo para completar o raciocínio. O Mineirão estava fechado há dois meses, ninguém o mostrava. Foi só a Assembleia ir até lá e dizer que a imprensa tem de acompanhar as obras, o que está acontecendo, mostrou-se como estava o Mineirão. Isso ocorreu na semana passada. A Assembleia tem de mostrar que aqui estão os representantes de todas as classes e categorias. É necessária a aprovação de projetos como o do passe escolar para alunos da Região Metropolitana. Há alunos que moram em Ibitiré, vêm estudar em Belo Horizonte, e não têm transporte digno. Está na hora de aprovarmos o passe escolar. Temos de ajudar essa menina a estudar, não só os de Ibitiré, mas os de todas as cidades da Região Metropolitana. Sobre a proibição de jogos do Campeonato Mineiro antes das 16 horas, haverá jogo às 11 horas da manhã em Teófilo Ottoni. Não há atleta que agente tanto calor, mesmo fisicamente preparado. Apresentaremos projetos como esse no próximo mandato. Minas é o único Estado que não tem uma lei que determine a execução do Hino Nacional antes das partidas de futebol. As pessoas me perguntam por que não se toca o Hino Nacional, quando o América entra em campo para disputar uma partida do campeonato nacional. É porque não é exigência em Minas Gerais, é porque a Casa achou que aqui não podia legislar, mas as Assembleias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santa Catarina, de todo o Brasil assim o determinaram. Mas, aqui, não era assunto do Legislativo. Tive de usar do meu poder de convencimento. Se Deus quiser, no próximo ano aprovaremos a prática da cidadania nos campos de futebol. Sr. Presidente, para finalizar, agradeço a todos os companheiros destes 16 anos. Lembro-me de quando começamos nossa vida pública, em Belo Horizonte, como Vereador. Na primeira eleição que disputei, tive a oportunidade de chegar à Câmara Municipal com 3.014 votos do povo belo-horizontino. Reeleito, fui Presidente da Câmara com 4.600 votos. Cheguei a esta Casa com 15.293 votos, o último do PDT. Depois de quatro anos, fui o Deputado mais votado do PDT, com 41.780 votos, depois com 42.788, com 52.000, e, nesta última eleição, com 69.000 votos. É errado o nosso trabalho? Acho que não. É um trabalho que dá resultado. Brinco muito na hora em que se pode brincar, mas, na hora de falar sério, nós falamos mostrando que temos de fortalecer o Poder Legislativo. Uma hora essa independência vai chegar. Quero mandar um abraço aos companheiros da Rádio Itatiaia, aos companheiros do "Conversa de Redação", que tem uma audiência esplêndida porque é apresentado logo após o maior jornal do rádio mineiro, o "Jornal da Itatiaia". Parabenizo toda a equipe da Rádio Itatiaia, o Emanuel Carneiro e o jornalismo comandado pelo Márcio Dotti. Digo ao Carlos Viana, ao Eduardo Costa, ao Eustáquio Ramos, à Mônica Miranda e à Aparecida Ferreira, que comandam diariamente essa discussão, que todas as críticas feitas a este Deputado só foram para o nosso aprendizado. Agradeço aos companheiros que fazem o "Conversa de Redação". Agradeço aos jornalistas, muitos dos quais teriam vontade de estar aqui hoje, mas resolveram seguir a profissão de jornalista, não se candidatando, não tentando vir para conhecer o Parlamento. A opinião de todos é bem-vinda. Ao companheiro Márcio Dotti, ao Emanuel Carneiro, um grande abraço, um grande muito-obrigado. Agradeço a todos os companheiros desta legislatura, aos companheiros da imprensa, aos nossos colegas jornalistas e a Deus, à minha família, por ter tido condição de voltar a esta Casa na próxima legislatura. Mais uma vez, abraço o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, desejando-lhe um bom trabalho na nova caminhada na Vice-Governadoria. Tenham a certeza de que acredito no governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Teremos de ter um governo muito melhor do que o tínhamos com Anastasia e Aécio Neves. Confio nos companheiros, confio no trabalho e ainda acredito nesta terra, ainda acredito no Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, no encerramento das nossas atividades, com a aprovação do Orçamento, sinto-me no dever de registrar a nossa imensa alegria, particularmente para o relator, Deputado Zé Maia, que traduziu aqui a peça mais importante para o desenvolvimento do Estado. Teremos R\$45.000.000.000,00 para que o Estado continue trabalhando, gerando empregos, trazendo, efetivamente, a marca do seu desenvolvimento, da sua austeridade e do seu compromisso com Minas. Também estou muito feliz porque, na próxima legislatura, o Prof. Anastasia e o nosso caríssimo Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho dirigirão os destinos de Minas Gerais. Aproveite a presença do caríssimo Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho para dizer-lhe que, durante a nossa permanência na Comissão de Constituição e Justiça - ontem, fizemos um balanço das nossas atividades -, não sofremos nenhuma ação de inconstitucionalidade pelo governo federal nem pelo Poder Judiciário estadual, pois todas as propostas foram embasadas juridicamente, com fundamento legal. Garantimos a segurança jurídica das nossas leis. É com alegria que, no momento em que encerramos as nossas atividades, cumpro o dever de dar esta notícia, que, sem dúvida, representa não somente a nossa Assembleia Legislativa, mas também o governo de Minas. De resto, quero dizer que iremos garantir o trabalho junto ao Parlamento mineiro. Parabenizamos, antecipadamente, o nosso futuro Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que, com sabedoria e conhecimento parlamentar, fez um trabalho magnífico, nesta Casa, como Secretário, sendo o braço direito do Presidente Alberto Pinto Coelho. Temos a certeza de que ele saberá conduzir os destinos de nossa Assembleia com maestria, na nova legislatura. Parabenizo a todos, desejando um feliz Natal. Que Deus nos abençoe!

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final das Propostas de Emenda à Constituição nºs 54/2009 e 63/2010, dos Projetos de Resolução nºs 4.698, 4.770, 4.999, 5.075 e 5.094/2010 (À promulgação.), dos Projetos de Lei Complementar nºs 45/2008, 58, 59 e 66/2010 e dos Projetos de Lei nºs 113, 558, 762, 955, 965, 1.177, 1.482 e 1.610/2007, 2.139, 2.215, 2.311, 2.428 e 2.525/2008, 3.399, 3.708, 3.725, 3.784, 3.786, 3.791, 3.857, 3.953, 4.036, 4.037, 4.047, 4.066, 4.071, 4.085, 4.086 e 4.102/2009, 4.137, 4.138, 4.145, 4.146, 4.159, 4.182, 4.223, 4.257, 4.283, 4.326, 4.413, 4.489, 4.498, 4.543, 4.613, 4.669, 4.670, 4.671, 4.688, 4.701, 4.706, 4.707, 4.718, 4.719, 4.720, 4.721, 4.728, 4.736, 4.916, 4.917, 5.027, 5.074, 4.894 e 4.895/2010 (À sanção.).

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 14

horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a solene de segunda-feira, dia 20, às 11 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/4/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Luiz Tadeu Leite, membros da Comissão de Segurança Pública; e os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular. Está presente, também, a Deputada Elisa Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a maioridade penal na legislação brasileira. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Desembargador Tarcísio Martins da Costa, representando o Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Promotor de Justiça Joaquim José Miranda Junior, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais e de Execução Penal do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Wellerson Eduardo Silva Correia, Coordenador do Núcleo da Infância e da Juventude da Defensoria Pública, representando o Sr. Leopoldo Portela Júnior, Defensor Público-Geral do Estado; Dagoberto Alves Batista, Delegado-Geral de Polícia, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado; e os Promotores de Justiça Maria de Lourdes Santagema e Celso Penna Fernandes Júnior, da Promotoria da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte, representando a Sra. Maria das Graças Fonseca Cruz, Coordenadora da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Paulo Cesar e André Quintão, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Ana Maria Resende - Cecília Ferramenta - Gláucia Brandão - Carlin Moura.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Segurança Pública, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 8/5/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Luiz Tadeu Leite, por indicação da Liderança do PMDB), membros da Comissão de Segurança Pública; os Deputados Elmiro Nascimento, André Quintão, Inácio Franco, Gilberto Abramo (substituindo o Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Administração Pública; a Deputada Elisa Costa e os Deputados Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio, Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), Gilberto Abramo (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB), Inácio Franco (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do PV) e Leonardo Moreira (substituindo o Deputado Jayro Lessa, por indicação da Liderança do DEM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados Gustavo Valadares, Weliton Prado, Carlin Moura e Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 929/2007, do Governador do Estado, no 1º turno, e informa que foram designados os seguintes relatores: pela Comissão de Segurança Pública, Deputado Sargento Rodrigues; pela Comissão de Administração Pública, Deputado Inácio Franco; e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer da Comissão de Segurança Pública, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 929/2007 com as Emendas nºs 1 a 5 apresentadas (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Na fase de discussão do parecer da Comissão de Administração Pública, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 929/2007 com a Emenda nº 2 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 a 5 (relator: Deputado Inácio Franco), os Deputados André Quintão e Gilberto Abramo solicitam destaque de partes da conclusão do parecer que se refere às Emendas nºs 3 e 4, respectivamente. Submetido a votação, é aprovado o parecer, salvo destaques. Submetidos a votação, são rejeitados os destaques, com o voto contrário dos Deputados André Quintão e Gilberto Abramo. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 929/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que conclui pela aprovação com a Emenda nº 2 e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 a 5 apresentadas pela Comissão de Segurança Pública (relator: Deputado Lafayette de Andrada), a Deputada Elisa Costa e o Deputado Antônio Júlio solicitam destaque de partes da conclusão do parecer que se referem às Emendas nºs 3 e 4, respectivamente. Submetido a votação, é aprovado o parecer. Submetidos a votação, são rejeitados os destaques, com o voto contrário da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Gilberto Abramo e Sebastião Helvécio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Gláucia Brandão - Ana Maria Resende - Cecília Ferramenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/6/2007

Às 10h15min, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Ipatinga a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do PV) e os Deputados Fábio Avelar e Ronaldo Magalhães (substituindo este ao Deputado Wander Borges, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; e a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Walter Tosta e Ronaldo Magalhães (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Havendo número regimental, e na ausência do Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, o Deputado Fábio Avelar assume a Presidência, esclarece que não há ata a ser lida, por ser a primeira reunião conjunta destas comissões, e informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a preservação do meio ambiente como forma de geração de emprego e renda. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Vera Lanza, Consultora da Gerência de Saneamento da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, representando o Sr. José Carlos de Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, e o Sr. Wagner Soares Costa, Gerente de Meio Ambiente Sistema Fiemg, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente convida também para compor a mesa dos trabalhos o Sr. Sebastião de Barros Quintão, Prefeito Municipal de Ipatinga, e o Vereador Nardyello Rocha de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Rosângela Reis - Walter Tosta.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Cultura, de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática e de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/6/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Maria Lúcia Mendonça e o Deputado Domingos Sávio (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Cultura; a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes, também, os Deputados Weliton Prado e Wander Borges. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o projeto Corredor Cultural Praça da Liberdade, em especial no que diz respeito ao antigo prédio da Secretaria de Estado de Educação. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Marta Alves Larcher, Promotora de Justiça do Patrimônio Cultural de Minas Gerais; os Srs. Benedito Tadeu Oliveira, Diretor do Iphan em Ouro Preto; e Eduardo Fajardo Soares, Presidente do Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais; e a Sra. Ilma Arruda de Araújo Abreu, Presidente da Associação de Defesa dos Usuários Consumidores e Contribuintes de Minas Gerais - Aducon -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados André Quintão e Deiró Marra, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições das Comissões. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado João Leite em que solicita visita dessas Comissões aos prédios, objetos de reforma, integrantes do Corredor Cultural da Praça da Liberdade, precedida de conhecimento do projeto, a saber: Secretarias de Educação, de Fazenda, de Segurança Pública, Reitoria e Centro de Referência do Professor. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - André Quintão - Domingos Sávio.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Saúde, de Administração Pública e de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 22/8/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas e Inácio Franco, membros da Comissão de Administração Pública; o Deputado Ruy Muniz, membro da Comissão de Direitos Humanos. Está presente, também, o Deputado Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da Central de Perícias Médicas do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, que, segundo levantamento do Conselho Regional de Medicina, funciona contrariando as normas legais, notadamente a Lei nº 6.839, de 1980 e o Decreto nº 20.931, de 1932, além de irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária, oferecendo riscos aos usuários. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Lincon Porto de Queiroz, Coordenador do Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina - CRM -; Analice Marota Crispim e Laíce Helena Andrade Marques Reis, Fiscais Sanitárias da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Robson Eduardo Fonseca Pinto, Gerente de Apoio Administrativo da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais; Joubert Oliveira, Assessor de Comunicação do Fórum Lafayette; Natália Vitor Leite de Albuquerque, representante do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; Gerson Coelho Cavalcanti, Médico Perito da Central de Perícias Médicas do Fórum Lafayette; Anderson Rodrigues Campos, Médico Perito do Tribunal de Justiça, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Irani Barbosa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, e passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlos Mosconi em que solicita seja encaminhado ao Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pedido de providência solicitando a interdição das instalações em que funciona o serviço de perícias médicas do Fórum Lafayette de Belo Horizonte, até que sejam lá promovidas as adequações indicadas pela Vigilância Sanitária para o seu funcionamento, cumprindo ressaltar que os referidos serviços deverão ser prestados em outro espaço, sem solução de continuidade, até que as adequações se concretizem. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo Valério.

ATA DA 3ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/9/2007

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca e Wander Borges, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; e os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Fábio Avelar (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes, também, a Deputada Elisa Costa e o Deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o tema "Desenvolvimento Sustentável: elaboração e implementação de uma Política de Resíduos Sólidos com inclusão social", bem como o Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Eustáquio Luciano Zica, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Teodoro Adriano Zanardi, Professor da PUC Minas, representando o Sr. João Batista Moreira Pinto, Professor da Escola Superior Dom Elder Câmara e assessor do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; as Sras. Maéli Estrela Borges, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; e Fabiana Goulart, membro do Instituto Nenuc de Desenvolvimento Sustentável e representante do Fórum Estadual Lixo e Cidadania; e o Sr. Gilberto Warley Chagas, Presidente da Cataunidas e representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que são convidados a tomar assento à mesa. O Prefeito Celso Cota Neto, Presidente da Associação Mineira dos Municípios - AMM -, e a Sra. Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, também convidados, não puderam comparecer e justificaram a sua ausência. Os Deputados Almir Paraca, Fábio Avelar, Wander Borges e André Quintão, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições das Comissões. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão, Wander Borges, Fábio Avelar, Almir Paraca e Eros Biondini solicitando a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 1.991/2007, que institui a Política Nacional dos Resíduos

Sólidos, com os convidados que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e participantes pela presença e pelos importantes subsídios prestados a estas Comissões, agradece o comparecimento dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura - André Quintão.

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 10/10/2007

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Ipatinga as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; e os Deputados Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a qualificação profissional e a inserção de jovens no mercado de trabalho. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Juarez Guimarães de Abreu, Diretor de Qualificação Profissional da Sedese; Elvira Miriam Veloso Cosendey, Coordenadora de Políticas Públicas para a Juventude da DRT-MG; Guilherme Siqueira de Carvalho, Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda do Estado de Minas Gerais - Ceter -; Eva Maria dos Reis Gomes, professora e psicóloga da Associação Ação Social pela Vida; e Leonardo de Oliveira, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e das demais pessoas presentes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Rosângela Reis, Presidente - Carlin Moura - Ana Maria Resende.

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/11/2007

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Patrocínio a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, a Deputada Maria Lúcia Mendonça (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do DEM) e os Deputados Vanderlei Jangrossi e Deiró Marra (substituindo este ao Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do transporte escolar no Município de Patrocínio. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Carlos Ibrahim Daura, Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio; Jorge Marra, Vice-prefeito do Município de Patrocínio; Marconi Malagoli, Secretário Municipal de Obras de Patrocínio, e Rubens Rocha, Secretário Municipal de Agricultura de Patrocínio, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais Deputados e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Lúcia Mendonça e dos Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, em que solicitam sejam formulados apelos à Câmara Municipal de Patrocínio, com vistas a que seja instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de irregularidades no transporte escolar, conforme notas taquigráficas que encaminha; à Receita Federal, com vistas a que fiscalize as notas fiscais relativas aos pagamentos efetuados à conta do Programa de Transporte Escolar do Município de Patrocínio, em favor das empresas Transportadora Rota do Sol e Transcon, tendo em vista indícios de irregularidades ocorridas na execução do mencionado Programa; ao Ministério Público do Trabalho, com vistas a que realize sindicância no Município de Patrocínio, com vistas a aferir a regularidade das condições de trabalho e dos pagamentos efetuados aos trabalhadores contratados no âmbito do Programa de Transporte Escolar; ao Tribunal de Contas da União, com vistas à realização de uma auditoria e de uma inspeção na execução de despesas relativas ao Programa de Transporte Escolar no Município de Patrocínio, em face de denúncias de irregularidades na aplicação de recursos públicos; ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, nos termos do art. 22 da Res./CD/FNDE nº 010, de 24/4/2007, relatando as irregularidades apontadas no transporte escolar do Município de Patrocínio, conforme cópia das notas taquigráficas desta reunião e da denúncia formulada pelos Vereadores de Patrocínio; ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, solicitando informações sobre as providências tomadas pela Promotoria de Justiça da Comarca de Patrocínio, tendo em vista denúncias de irregularidades no transporte escolar desse Município, anexando-se ao pedido de informações cópias das notas taquigráficas desta reunião e da denúncia formulada pelos Vereadores de Patrocínio sobre o transporte escolar no Município; ao Comando-Geral da Polícia Militar, com vistas a que intensifique a fiscalização nos veículos destinados ao transporte escolar no Município de Patrocínio, em face das denúncias de má conservação de tais veículos, conforme fotos que encaminha em anexo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Deiró Marra, Presidente - Carlin Moura - Gustavo Valadares - Gil Pereira.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/12/2007

Às 8h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Antônio Júlio, membros da Comissão de Administração Pública; os Deputados Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar, Inácio Franco, Wander Borges, Antônio Júlio e Deiró Marra, membros da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Estão presentes também os Deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Getúlio Neiva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião destas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a atual sistemática sobre licenciamento ambiental, com o objetivo de avaliar o grau de eficiência do atual modelo legal. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Carlos Carvalho e Shelley de Souza Carneiro, Secretário e Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, respectivamente; Geraldo Fausto da Silva, Vice-Diretor do IEF-MG; Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam-MG; José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente do Feam; Maria Dalce Riccas, representante da Amda; e Paulino Cícero, Presidente do Sindifer, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Domingos Sávio, Sávio Souza Cruz, Fábio Avelar e Antônio Carlos Arantes, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos

parlamentares e dos convidados, informa que a próxima reunião conjunta destas Comissões será convocada por edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Elmiro Nascimento, Presidente - André Quintão - Chico Uejo - Domingos Sávio - Inácio Franco - Antônio Júlio - Sávio Souza Cruz - Fábio Avelar - Wander Borges - Deiró Marra.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 14/11/2007

Às 10 horas, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar e Rêmolio Aloise (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM), membros da Comissão de Segurança Pública; os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Chico Uejo, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida, por se tratar da 1ª reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas à segurança pública nas áreas rurais do Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Mauro Zanin, Prefeito Municipal de São Sebastião do Paraíso; Jerônimo Aparecido da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso; Edna Pinto, Juíza da Vara Criminal da Comarca de São Sebastião do Paraíso; Luiz Augusto Beloti, Promotor de Justiça de São Sebastião do Paraíso; Rômulo Generoso, Promotor da Vara Criminal da Comarca de São Sebastião do Paraíso; Cássio Soares, Chefe de Gabinete, representando Maurício de Oliveira Campos Júnior; Secretário de Estado de Defesa Social; Ten.-Cel. Marcelo Alves Aleixo, Comandante do 12º BPM, representando Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Delegado João Pedro de Rezende, Superintendente Regional da Polícia Civil, representando Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Subtenente BM Paulo Neves de Resende, Comandante do Corpo de Bombeiros de São Sebastião do Paraíso; Jerônimo Giacchetta, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Cabo Verde, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público presente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Ana Maria Resende - Cecília Ferramenta - Gláucia Brandão.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA, EM 8/4/2008

Às 16h25min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Inácio Franco, Ivair Nogueira e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Administração Pública; a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Vanderlei Jangrossi, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a real situação por que passa a Universidade do Vale do Rio Verde - Unincor. Registra-se a presença dos Srs. Ubsclender Carneiro Pereira, Presidente da Fundação Tricordinana de Educação - Unincor - Três Corações; José Januzzi de Souza Reis e Maria Auxiliadora Campos Araújo Machado, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, representando o Monsenhor Lázaro de Assis Pinho, Presidente do Conselho; Murilo Ferreira da Silva, Diretor do Sindicato dos Professores - Subsede Varginha, representando o Sr. Aristides Ribas de Andrade, Diretor do Sindicato; e a Sra. Joana Beatriz Barros Pereira, Reitora da Universidade Tricordiana de Educação de Três Corações, representando o Sr. Tufi Neder, interventor do TJMG na Unincor de Três Corações, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Ivair Nogueira, Presidente - Inácio Franco - André Quintão - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR, DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/7/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; o Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; e o Deputado Gustavo Valadares membro da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e comunica aos membros presentes que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião dessas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a situação do transporte escolar no Estado, a participação dos entes federativos no seu financiamento e seu impacto no acesso das crianças à escola. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Cláudia de Oliveira Ignez, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude; e os Srs. Gilberto José Rezende dos Santos, Subsecretário de Administração do Sistema Educacional, representando Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado da Educação; Aeldivan Pedro da Fonseca, Vereador da Câmara Municipal de Fruta de Leite; Isaías Tadeu Alves de Macedo, Secretário Municipal de Educação de Ituiutaba e Coordenador de Transportes, representado Suely Duque Rodarte, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime-MG -; e Flávio Tarcízio do Nascimento, Presidente da União Colegial de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais e em seguida passa a palavra ao Deputado Carlin Moura, também autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se em ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

André Quintão, Presidente - João Leite - Carlin Moura - Gustavo Valadares.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/8/2008

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, André Quintão e Inácio Franco, membros da Comissão de Administração Pública; os Deputados André Quintão e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular. Está presente também o Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, questões relativas ao Ipsemg, em especial as condições salariais e de trabalho dos profissionais da área de saúde do Instituto, a política de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial prestado aos servidores públicos estaduais. A Presidência registra a presença das Sras. Thaís Santos, Assessora, e Luciana Meireles, Diretora da Central de Carreiras e Remuneração, representando a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Dr. Roberto Porto Fonseca, Diretor de Saúde do Ipsemg, representando o Sr. Antônio Abrahão Caram Filho, Presidente do Ipsemg; Sebastião Soares, Presidente da União Nacional dos Servidores Públicos; e Moisés de Oliveira Melo, Presidente da Associação dos Contribuintes do Ipsemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Carlin Moura e Almir Paraca, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Elmiro Nascimento, Presidente - André Quintão - Inácio Franco - Carlin Moura.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SAÚDE E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/9/2008

Às 10h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi e Hely Tarquínio, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Délio Malheiros e Célio Moreira, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi nos termos do art. 120, inciso III, combinado com o art. 125, do Regimento Interno, dá a ata por aprovada e solicita aos Srs. Deputados que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o resultado de pesquisas que apontam a relação entre o uso de celulares e o aumento na incidência de câncer no cérebro. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Berenice Navarro Antoniazzi, Coordenadora da Epidemiologia da Avaliação e Vigilância do Câncer da Secretaria de Estado de Saúde - SES - representando o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; e os Srs. Agostinho Linhares de Souza Filho, Especialista em Regulação, lotado na Gerência Operacional de Engenharia da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, em Brasília, representando o Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel; Rafael Sales Dias, Técnico em Regulação, lotado na Fiscalização Técnica do Escritório Regional da Anatel em Minas Gerais; Gilberto Dias de Souza, Assessor Jurídico, representando o Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon da ALMG; Maurício Couto França, Representante de Relações Industriais da Acel - Assessor Nacional de Operadora Celulares; Jair Raso, Chefe do Serviço de Neurocirurgia do Hospital Biocor; Carlos Soares Queiroz, Engenheiro de Segurança do Trabalho da C & Q - Engenharia de Consultoria em Radiações Não Ionizadas -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência informa que esta reunião foi solicitada pelo Deputado Carlos Pimenta, que justifica a sua ausência. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Délio Malheiros - Hely Tarquínio.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/10/2008

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Célio Moreira, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; Deputados Sargento Rodrigues e Délio Malheiros, membros da Comissão de Segurança Pública. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a falta de segurança nos cemitérios de Belo Horizonte, bem como a inexistência de regime de plantão nos cartórios de registro civil do Município, e comunica o recebimento de ofício do Sr. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Justiça de Direitos Humanos, justificando sua ausência na reunião. Com a impossibilidade de o Presidente permanecer na reunião, o Deputado Sargento Rodrigues assume a Presidência. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir os Srs. José Augusto Silveira, Tabelião do 1º Subdistrito do Cartório de Registro Civil de Belo Horizonte; Maria Cândida Baptista Faggion, Tabelião do 2º Subdistrito do Cartório de Registro Civil de Belo Horizonte; Luiz Carlos Pinto Fonseca, Tabelião do 3º Subdistrito do Cartório de Registro Civil de Belo Horizonte; Sargento Maurício R. de Barros, representando o Sr. Haroldo Moreira Felício, Diretor Comercial do Cemitério Bosque da Esperança; Jaime Aronis, Diretor Executivo do Cemitério Israelita; Alceu Fonseca Duarte, advogado do departamento jurídico, representando o Sr. Wagner Álvares de Oliveira, Diretor Executivo do Cemitério Parque da Colina; Eduardo Diflora, Gerente do Cemitério da Saudade; Agostinho Antoniell, Diretor das Necrópoles Municipais, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Sargento Rodrigues tece as considerações iniciais; logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Célio Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/11/2008

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Délio Malheiros, membro da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; os Deputados Carlin Moura e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões e informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a criação do Cadastro de Informações da Educação Brasileira - Cineb -, que tem por objetivo identificar nacionalmente os alunos em dívida com estabelecimentos de ensino e possibilitar a consulta ao histórico de devedores contumazes e dos cheques sem fundos emitidos por eles e comunica o recebimento da correspondência do Sr. Roberto Dornas, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, justificando sua ausência na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir os Srs. Maria Lúcia Scarpelli, Vereadora de Belo Horizonte; Renato Ângelo Salvador Ferreira, Analista do Ministério Público, representando o Sr. José Antônio Baeta de Melo Caçado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon da Assembleia Legislativa; Celina Arêas, Diretora do Sindicato dos Professores

do Estado de Minas Gerais - Sinpro Minas, representando o Sr. Gilson Reis, Presidente do Sinpro Minas; Iedyr Gelape Bambirra, Presidente da Confederação Nacional e da Federação Estadual das Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais; Frederico Porto, Diretor de Políticas Institucionais da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais; Danilo Santana, Presidente da Associação Brasileira de Consumidores - ABC -; Fernando Vidal Ferreira, Presidente da Empresa Check Check Proteção ao Crédito do Brasil S.A. e Stael Christian Riani Freire, Coordenadora do Procon Municipal de BH, que são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, fazem uso da palavra os Deputados Délio Malheiros e Carlin Moura, autores do requerimento que deu origem ao debate; logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos Deputados e demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Carlin Moura - Lafayette de Andrada.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/12/2008

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Sávio Souza Cruz e João Leite (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes, também, os Deputados Fábio Avelar e Vanderlei Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta destas Comissões e informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Municipal nº 1.891/2008, que institui o Mapa de Valores Genéricos destinado à apuração de valor venal de imóveis para lançamento do IPTU, altera as Leis nº 5.641/89 e nº 5.839/90 e dá outras providências. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Fred Costa, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, Eduardo Senra Coutinho, Professor de Finanças da Faculdade IBMEC, Marcelo Marinho Franco, Presidente das Associações da União de Bairros da Zona Sul, e Ubirajara Pires Glória, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Belvedere, que são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, fazem uso da palavra os Deputados Délio Malheiros e João Leite, autores do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, João Leite, André Quintão, Fábio Avelar e Sávio Souza Cruz (2) em que solicitam seja formulado apelo ao Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e ao Prefeito eleito, Márcio Lacerda, com vistas a que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei nº 1.891/2008, que tramita na Câmara Municipal, para melhor análise da matéria, em face dos graves problemas levantados nesta reunião; e em que solicitam seja encaminhado ao Prefeito de Belo Horizonte pedido de informação sobre o valor do IPTU cobrado do BH Shopping, antes e depois das melhorias implementadas na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos Deputados e demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Sávio Souza Cruz - João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/12/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Antônio Carlos Arantes, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; o Deputado Ronaldo Magalhães, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião destas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, as demissões realizadas pela Vale e por empresas prestadoras de serviços a essa mineradora, e comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Anísio Rocha Figueiredo, Diretor de Relações Governamentais da Vale, justificando a ausência de representante dessa empresa na reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. João Izael Querino Coelho e Roberto Ferreira Chaves, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Itabira; José Celso de Assis, Presidente da Câmara Municipal de Itabira; Wilson Starling Júnior, Assessor de Relações Institucionais e Comunitárias do Sindiextra; Mônica Aparecida Reis Silva; Presidente da Interessação dos Amigos de Bairros de Itabira; Maurício Henrique Martins; Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itabira; Reginaldo Calixto Oliveira, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Serviços e Agropecuária de Itabira - Acita -; Paulo Soares de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos de Itabira; Cácio Francisco Cota, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Itabira, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ronaldo Magalhães, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Rosângela Reis, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Weliton Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/3/2009

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura, Dalmo Ribeiro Silva e Jayro Lessa (substituindo a Deputada Maria Lúcia Mendonça, por indicação da Liderança do DEM), membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Juarez Távora, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Jayro Lessa, Antônio Júlio, Inácio Franco, Lafayette de Andrada e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar, no 1º turno, os pareceres sobre o Projeto de Lei nº 2.948/2008. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual foram designados os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.948/2008, no 1º turno (Deputada Gláucia Brandão, pela Comissão de Educação, e Deputado Lafayette de Andrada, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.948/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Gláucia Brandão, pela Comissão de Educação, e relator: Deputado Lafayette de Andrada, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Jayro Lessa, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlin Moura - Gláucia Brandão.

ATA DA 1ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 16/6/2009

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; e os Deputados André Quintão e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes, também, os Deputados Elmiro Nascimento, Alencar da Silveira Jr., Jayro Lessa, Weliton Prado, Carlos Gomes e Chico Uejo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a Lei de Incentivo ao Esporte, o investimento em Minas Gerais para a realização da Copa 2014 e outros assuntos correlatos. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Wadson Nathaniel Ribeiro, Ministro Interino do Esporte, e Gustavo Corrêa, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - Carlin Moura.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SAÚDE, DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2009

Às 9h56min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da Comissão de Saúde; os Deputados Célio Moreira (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD) e Ruy Muniz (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura e Fahim Sawan (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião das comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater sobre o Centro de Referência em Alcool e Drogas - Cread. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Eros Biondini, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça a sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, do convidado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo Valério.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA E DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2009

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Domingos Sávio, substituindo, respectivamente, os Deputados Carlos Mosconi e Fahim Sawan (ambos por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Saúde. Está presente também o Deputado Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para debater a precária situação salarial dos servidores públicos da área da saúde, tais como fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, cujos vencimentos estão defasados, que trabalham com crianças especiais em escolas estaduais e nas Apaes. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria Eliana Novaes, Subsecretária de Gestão de Recursos Humanos, representando a Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães Pinto; Marli Maria de Oliveira do Amaral, Diretora da Escola Estadual Helena Antipoff; e Maria Tereza Cunha, Procuradora Jurídica da Apae, representando Sérgio Sampaio, Presidente da Federação das Apaes de Minas Gerais; os Srs. Márcio Delano Cruz, fisioterapeuta, representando a Sra. Marize de Melo Uchôa Albuquerque, Diretora do Instituto Pestalozzi; o Sr. Renato de Barros, integrante da Coordenação Sindical de Saúde; a Sra. Luciana Meireles, Diretora Central de Carreiras e Remanejamento, e o Sr. Carlos Sicoli, Assessor, ambos representantes da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Domingos Sávio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Domingos Sávio - Gláucia Brandão.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/5/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros e Domingos Sávio, membros da Comissão de Administração Pública; os Deputados Vanderlei Jangrossi e Antônio Carlos Arantes, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o uso de fontes alternativas de fertilizantes na agricultura do Estado, com ênfase no verde-te. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Lucas Carneiro, Diretor de Recursos Energéticos da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, representando o Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado; Paulo Sérgio Machado Ribeiro, Subsecretário de Desenvolvimento Minerometalúrgico e Política Energética; Jorge Raggi, Conselheiro-Consultor do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra -, representando o Sr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato e Presidente da Câmara da Indústria Mineral da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; Renato Ciminelli, Gerente Executivo do Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico, representando o Sr. Alberto Duque Portugal, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- Sectes -; José Geraldo Barbosa, Chefe do Departamento de Fitotecnia, representando o Sr. Luiz Cláudio Costa, Reitor da Universidade Federal de Viçosa; Marco Antônio Fonseca, Superintendente Regional da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM -; Marco Túlio Borgatti, Gerente Técnico da Ocemg e Sérgio Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente e o Deputado Vanderlei Jangrossi, autores do requerimento que deu origem a reunião, fazem uso da palavra para suas considerações iniciais; logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Fazem uso da palavra os Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Domingos Sávio - Vanderlei Jangrossi - Antônio Carlos Arantes.

Ata da 1ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA E DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/6/2009

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão, membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, e o Deputado Padre João (substituindo o Deputado Carlos Gomes, por indicação da Liderança do PT), membro da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Rogério Correia de Moura Baptista, Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; Marcelo Resende, Coordenador-Geral do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Gilberto José Rezende dos Santos, Subsecretário de Estado de Educação, representando a Sra. Vanessa Guimarães, Secretária dessa pasta; Lucas Scarascia, Superintendente de Segurança Alimentar e Apoio à Agricultura Familiar, representando o Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Éliido Bonomo, ex-Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar - CAE - e atual Coordenador do Centro Colaborador da Alimentação e Nutrição Escolar de Minas Gerais, representando o Sr. José Divino Lopes Filho, Presidente do referido Conselho; Celso Afonso de Moraes, Diretor da Coordenação de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais - Fetraf -, representando a Sra. Tereza dos Santos de Oliveira, Coordenadora; e Wilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Gláucia Brandão, Presidente - Padre João.

Ata da 3ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE SAÚDE E DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 9/7/2009

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo, membros da Comissão de Saúde; o Deputado Ivair Nogueira, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Está presente, também, o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a ampliação da licença maternidade à segurada gestante, conforme disposto no Projeto de Lei Complementar nº 31/2007, em tramitação nesta Casa e a discutir e votar proposições das Comissões. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Marta Alice Venâncio Romanini, Coordenadora do Programa Viva Vida e Saúde da Mulher, representando o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Estado da Saúde; Maria Thais da Costa Oliveira Santos, Assessora de Gabinete, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e o Sr. Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, Diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Doutor Rinaldo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo Valério.

Ata da 1ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 22/9/2009

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do PT), membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os Deputados Vanderlei Jangrossi, Carlos Gomes e Domingos Sávio, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, as perspectivas da aquicultura e os impactos no desenvolvimento do Estado e no meio ambiente. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Newton José Schimidt Prado, Gerente de Estudos e Manejo da Ictiofauna e Programas Especiais-GA-IP, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig; Wagner Benevides, Superintendente do Ministério de Pesca e Agricultura, representando o Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Pesca e Aquicultura; Roberto Baracat Araújo, Assessor do Reitor da Área de Ciências Agrárias, representando o Sr. Ronaldo Tadêu Pena, Reitor da UFMG; Luiz Cláudio Costa, Reitor da Universidade Federal de Viçosa; Noé Ribeiro da Silva, Professor e Membro da Comissão de Piscicultura da Universidade Federal de Uberlândia -, representando o Sr. Alfredo Júlio Fernandes Neto, Reitor dessa Universidade; Elias Tadeu Fialho, Professor e Vice-Reitor da Universidade Federal de Lavras, representando o Sr. Antônio Nazareno Guimarães Mendes, Reitor dessa Universidade; Eurípedes Ronaldo Ananias Ferreira, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Valtin Quintino da Rocha, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Minas Gerais; e José Ricardo Albanez, Superintendente de Política e Economia Agrícola, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Domingos Sávio e Carlos Gomes, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença do Deputado Fábio Avelar, que assume a direção dos trabalhos e passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Almir Paraca - Adelmo Carneiro Leão - Carlos Gomes.

Ata da 4ª Reunião Conjunta DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 10/11/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão e Duarte Bechir, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; e os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a Proposta de Emenda Constitucional Federal nº 231/95, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Reginaldo Lopes, Deputado Federal e Presidente Estadual do PT; Carlos Magno de Freitas, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG e Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; Antônio da Costa Miranda, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores de Minas Gerais; Gilson Luiz Reis, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro Minas e Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB -; Marcelino Orozimbo da Rocha, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, que são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados André Quintão e Carlin Moura, na condição de autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

André Quintão, Presidente - Duarte Bechir - Carlin Moura.

Ata da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 2/3/2010

Às 10h16min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ruy Muniz, Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; os Deputados Délio Malheiros, Dalmo Ribeiro Silva e Carlin Moura (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do PMDB-PT-PCdoB), membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ruy Muniz, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as perspectivas de funcionamento e a situação dos alunos da Universidade Vale do Rio Verde - Unincor - em face das graves crises acadêmica e financeira enfrentadas pela instituição. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Adriana Teixeira, Superintendente de Regulação Estatística, representando o Sr. Alberto Duque Portugal, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais; e os Srs. Luiz Alberto Rodrigues, Subsecretário de Ensino Superior, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais; Eduardo de Souza Maia, Analista do Ministério Público Estadual e Assessoria da Promotoria de Tutela de Fundações da Comarca de Belo Horizonte, representando a Sra. Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça; Itamar Resende Pereira, Pró-Reitor da Universidade Vale do Rio Verde; João Antônio de Castro, Consultor do Grupo BDO Trevisam, representando Luiz Guilherme Raposo, Diretor do Grupo BDO; Gilson Luiz Reis, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado Minas Gerais e Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB -; e Marco Aurélio Trindade Fogaça, aluno do Curso de Medicina, Presidente da Comissão Pró-Estadualização da Unincor e Vice-Presidente do Diretório Acadêmico Mário Pena, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, coautor do requerimento que ensejou a reunião, tecer suas considerações iniciais e, em seguida concede a palavra aos Deputados Carlin Moura e Délio Malheiros, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Ruy Muniz, Presidente - Carlin Moura - Deiró Marra - Dalmo Ribeiro Silva.

Ata da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 9/4/2010

Às 9h45min, comparecem no Município de Três Marias os Deputados Sávio Souza Cruz e Almir Paraca, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Estão presentes, também, os Deputados Doutor Viana e Vanderlei Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a contaminação do lençol freático da região por metais pesados. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Adair Divino da Silva, Prefeito Municipal de Três Marias; Mauro da Fonseca Ellovitch, Promotor de Justiça, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; a Sra. Rosângela Gurgel Machado, Gerente de Qualidade do Solo da Feam, representando o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -; os Srs. Benjamin Alves Rabello Filho, Juiz Eleitoral; Fabiano Magella Lucas de Carvalho, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Abaeté; Ricardo Barbosa dos Santos, Gerente-Geral de Meio Ambiente, representado o Sr. Fernando Rezende Duarte, Gerente-Geral da Votorantim Metais Zinco - Unidade Três Marias; Waldemar Stein, Vice-Presidente do Clube dos Piraquaras; Ronilson D'Assunção Oliveira, Presidente da Associação do Bairro Beira Rio, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Almir Paraca.

Ata da 4ª Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 22/6/2010

Às 19h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira, Padre João, Jayro Lessa (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM) e Zé Maia (substituindo o Deputado

Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Administração Pública; os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Lafayette de Andrada, Antônio Carlos Arantes, Délio Malheiros (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do BPS) e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Jayro Lessa, por indicação da Liderança do DEM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta; informa, ainda, que avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 4.689/2010, no 1º turno, pela Comissão de Administração Pública e que o Deputado Zé Maia avocou a si a relatoria do referido projeto pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres, pela Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Délio Malheiros) e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (relator: Deputado Zé Maia) pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.689/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Elmiro Nascimento - Lafayette de Andrada - Neider Moreira - Padre João - Jayro Lessa - Zé Maia - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Inácio Franco - Antônio Carlos Arantes - Gustavo Valadares.

Ata da 2ª Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 29/6/2010

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, André Quintão (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB) e Carlin Moura (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB), membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições das Comissões. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições das Comissões. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (7), em que solicita seja enviado ofício ao Instituto Estadual de Florestas - IEF - solicitando que se verifique a ocorrência de Mata Atlântica na área denominada Mata do Inferno, no Município de Sabará, e se há estudos nesse Instituto objetivando sua preservação e qual o modelo e categoria de unidade de conservação seriam adequados para a área. Solicita, ainda, que o IEF providencie a elaboração dos estudos técnicos necessários à transformação da Mata do Inferno numa unidade de conservação, caso esses estudos não existam; em que solicita seja enviado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para que proceda à delimitação da área da Mata do Inferno e edição do ato regulamentador da respectiva unidade de conservação, em obediência à Lei Federal nº 9.985, de 2009; em que solicita seja enviado ao Governador do Estado, à Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplog -, ao IEF e ao Ministério do Meio Ambiente, pedido de providências para apoiar técnica e financeiramente a implantação da Reserva Biológica da Mata do Inferno, no Município de Sabará; em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de informações sobre as áreas onde se situam a Mata do Inferno e o empreendimento imobiliário adjacente, cujos empreendedores são a União Rio Empreendimentos S.A. e a Construtora Lider, esclarecendo se estão localizados na zona rural do Município ou se já houve parcelamento do solo dessas áreas, caso se trate de zona urbana, e se houve o estabelecimento de condicionantes no processo de parcelamento e quais foram; em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça Metropolitana de Habitação Urbanística e ao Promotor de Justiça da Comarca de Sabará pedido de informações com vistas a esclarecer se, após a averbação da reserva legal pela União Rio Empreendimentos S.A., essa área poderia ser cedida para a criação da Reserva Biológica da Mata do Inferno. Solicita, ainda, que sejam verificadas as licenças ambientais concedidas, com as condicionantes impostas, bem como as medidas compensatórias para todos os empreendimentos nas proximidades da Mata do Inferno; e em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Política Ambiental pedido de informações com vistas a verificar se o empreendimento adjacente à Mata do Inferno, no Município de Sabará, está devidamente licenciado, tendo em vista a ocorrência de Mata Atlântica na área, e se o impacto do esgotamento sanitário desse empreendimento atinge o Município de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - André Quintão - Carlin Moura.

Ata da 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 30/11/2010

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a segurança no trânsito, em especial o crescente número de fatalidades e ferimentos graves em acidentes no Estado, apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.696/2010, em turno único (Deputado Rômulo Veneroso); e 4.904/2010, no 1º turno (Deputada Maria Tereza Lara). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Leida Camatta e Márcia Barreto, Assessoras do Núcleo de Educação para o Trânsito do DER-MG, ambas representando Rosely Fantoni, Coordenadora do Núcleo de Educação para o Trânsito do DER-MG; e os Srs. Ten.-Cel. PM Roberto Lemos, Comandante do Batalhão de Trânsito de Belo Horizonte, Ricardo Azevedo, Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais - PRF-MG -, representando Aristides Amaral Júnior, Chefe da Assessoria de Comunicação da PRF-MG, Paulo Ademar de Souza Filho, Perito Criminal Estadual, Paulo Sérgio Borba Rocha, Coordenador Socioeducativo da Associação Brasileira de Educação no Trânsito - Abetran -, José Aparecido Ribeiro, especialista em Trânsito e Assuntos Urbanos e fundador da ONG SOS Mobilidade Urbana, e José Pacheco Júnior, médico ortopedista do Pronto-Socorro João XXIII, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispõem a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.990/2009 com a Emenda nº 1, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado o Requerimento nº 6.791/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Tenente Lúcio (4) em que solicitam sejam encaminhados ao Subsecretário de Administração Prisional cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em Caxambu, e pedido de providências com vistas a que seja sanado o problema da alimentação dos presos em Aiuruoca, que se encontra suspensa; sejam encaminhados ao Presidente do Tribunal de Justiça cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para implantar a 2ª Vara Judicial em Caxambu, sejam encaminhados ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais, ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal - PRF - e ao Ministro da Justiça cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências com vistas a que seja avaliado o aumento dos efetivos da PRF na região de Caxambu; sejam encaminhados ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Defesa Social cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências com vistas a que seja avaliado o aumento do efetivo, equipamentos, estrutura e recursos financeiros da Polícia Civil, e

providências com vistas a que seja construída sede física para a Delegacia de Polícia, seja implantada uma unidade do Corpo de Bombeiros, seja transformado o Pelotão da PMMG de Caxambu em Companhia, seja implantada uma unidade da Polícia Ambiental, sejam criados uma base móvel, no centro de Caxambu, e um sistema de videomonitoramento da violência, com base na experiência do Projeto Olho Vivo; seja construída uma unidade prisional padrão na região e seja instalada uma unidade para internação de adolescentes em conflito com a lei; do Deputado Tenente Lúcio (4) em que solicita seja encaminhada ao Sr. César Augusto Monteiro Alves Júnior manifestação de congratulações por sua nomeação para o cargo de Delegado da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Araguari; seja encaminhada ao Sr. Moacyr Lobato Campos Filho, Secretário de Defesa Social, manifestação de congratulações pela efetivação da nomeação do Sr. César Augusto Monteiro Alves Júnior para o cargo de Delegado da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Araguari; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - pedido de providências com vistas a que sejam efetuados estudos de viabilidade com o objetivo de elevar a Companhia da PM de Ituiutaba e a 9ª Companhia de PM Independente de Araguari à condição de Batalhão de Polícia; do Deputado Sargento Rodrigues (2) em que solicita sejam encaminhadas manifestações de aplauso aos policiais civis lotados no Departamento de Investigação Antidrogas, em Belo Horizonte, pela atuação na prisão de um dos maiores traficantes do País, e ao 2º-Sgto. PM Carlos Roberto de Souza, lotado na 126ª Companhia do 5º Batalhão da PMMG, por ter impedido um furto em uma construção civil, nesta Capital; da Deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Associação Mineira dos Municípios - AMM - e ao Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - solicitação para que seja incluído na pauta das próximas reuniões dessas entidades o tema "A importância da implementação e aplicação de medidas socioeducativas pelos Municípios". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2010.

Maria Tereza Lara, Presidente - Ademir Lucas - Rômulo Veneroso.

Ata da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 1º/12/2010

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Wander Borges (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BPS), membros da Comissão de Segurança Pública; os Deputados João Leite (substituindo o Deputado Marcus Pestana, por indicação da Liderança do BSD) e Wander Borges (substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS), membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Estão presentes, também, os Deputados Domingos Sávio e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião conjunta. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação de rampas de escape de caminhões nas rodovias situadas no território mineiro e comunica o recebimento de ofício do Pe. José Ferreira Filho, Missionário dos Operários, justificando sua ausência na reunião; e abaixo-assinado em prol de melhorias de tráfico do Anel Rodoviário. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Marília Fernandes Zaza Von Dolinger, Supervisora da Superintendência Regional do DNIT-MG, representando Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do DNIT-MG; e dos Srs. Tomás Alexandre Ahougie, Assessor de Relações Metropolitanas e Metrô da BHTRANS, representando Márcio Araújo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Haroldo Carlos da Costa, Diretor do Projetos do DER-MG, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; José Marcos Souto e Valter BARRUECO Filho, consultores do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra -, representando José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindiextra -; José Geraldo de Castro Gonçalves, Diretor do Sinditanque representando Irani da Silva Gomes, Presidente do Sindicato das Empresas e Transportadores de Combustível e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais - Sinditanque -; Ulisses Martins Cruz, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais - SETCEMG -; e José Acácio Carneiro, Presidente do Sindicato de Transportadores Autônomos de Cargas no Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem à reunião, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Wander Borges.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009, em 14/12/2010

Às 17 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Lafayette de Andrada, Agostinho Patrus Filho (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BPS) e Alencar da Silveira Jr. (substituindo o Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer para o 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, que conclui pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009 com as Emendas nºs 1 e 2, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1, do Deputado Agostinho Patrus Filho, 2, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e 3, do Deputado Lafayette de Andrada. Submetidos a votação, são aprovados o parecer e as referidas propostas de emenda. É aprovada a nova redação do parecer, que conclui pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2009 com as Emendas nºs 1 a 5 (relator: Deputado Ademir Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Lafayette de Andrada - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 15/12/2010

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Gil Pereira e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gil Pereira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.011 a 7.016, 7.018 a 7.026, 7.028, 7.031, 7.036 e 7.037/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado

Fábio Avelar, em que solicita sejam encaminhados aos Secretários de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Defesa Social e ao Superintendente da Supram Norte ofícios solicitando especial atenção ao processo de licenciamento do empreendimento da empresa Ibérica Agropecuária Ltda., no Município de Miravânia, em face de denúncias encaminhadas pela Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente - Amda. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Fábio Avelar, Presidente - Luiz Humberto Carneiro - Gil Pereira.

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 9h24min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, Sebastião Costa (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do BPS), e Gustavo Corrêa (substituindo o Deputado Jayro Lessa, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 59/2010 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 58/2010 (relator: Deputado Zé Maia). Registra-se a presença dos Deputados Jayro Lessa e Inácio Franco. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.034/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias da mesma data, às 14h15min e às 20h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrus Filho - Gustavo Corrêa - Lafayette de Andrada.

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Braulio Braz e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BSB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.470/2009, 4.365, 4.447, 4.499, 4.696, 4.705, 4.712, 4.713, 4.722, 4.725, 4.732, 4.742, 4.747, 4.773, 4.803, 4.809, 4.825, 4.835, 4.853, 4.889, 4.915, 4.922, 4.930, 4.934/2010 (Deputada Ana Maria Resende); 4.935, 4.941, 4.944, 4.952, 4.960, 4.962, 4.963, 4.966, 4.967, 4.974 a 4.979, 4.983, 4.985, 4.987, 4.996, 4.997, 4.998, 5.000, 5.001, 5.005, 5.036/2010 (Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.470/2009, 4.365, 4.447, 4.499, 4.696, 4.705, 4.712, 4.713, 4.722, 4.725, 4.732, 4.742, 4.747, 4.773, 4.803, 4.809, 4.825, 4.835, 4.853, 4.889, 4.915, 4.922, 4.930, 4.934, 4.935, 4.941, 4.944, 4.952, 4.960, 4.962, 4.963, 4.966, 4.967, 4.974 a 4.979, 4.983, 4.985, 4.987, 4.996, 4.997, 4.998, 5.000, 5.001, 5.005, 5.036/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias de hoje, às 14h30min e às 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Gilberto Abramo - Ademir Lucas.

Ata da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente agradece a presença dos Vereadores Vilmar Resende e Adicionaldo dos Reis Cardoso, da Câmara Municipal de Uberlândia. A Deputada Maria Tereza Lara retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.708/2009 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Tenente Lúcio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

Ata da 9ª Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados Ivair Nogueira e Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Suspende-se a reunião. Às 15h27min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa (substituindo o Deputado Jayro Lessa, por indicação da Liderança do DEM) e Adalclever Lopes (substituindo o

Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB). O Presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres que concluem pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.894/2010 com as Emendas nºs 10 e 37, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 164, 165, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224 e 225, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 226 a 290, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8, 25, 28, 55, 81, 83, 87, 99, 134, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 178, 183, 203, 208 e 218, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142 e 143 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 4.895/2010 com as Emendas nºs 1 a 7, 9 a 27, 30 a 36, 52, 55 a 92, 100 a 102, 104 a 128, 130 a 146, 148 a 186, 189 a 191, 196 a 207, 212 a 220, 224 a 311, 373 a 389, 391, 393 a 401, 403 a 411, 491 a 499, 505, 506, 510, 511, 515 a 534, 553, 554, 563, 582, 584 a 594, 596 a 601, 607 a 612, 618 a 625 e 627, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 638 a 662, 664 a 674, 676 a 697, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 698 a 739, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 43 a 48, 50, 53, 80, 103, 129, 187, 188, 192 a 195, 385, 501, 512 a 514, 564 a 572, 578 a 581, 626, 628, 663 e 675 apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 8, 28, 29, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 49, 51, 54, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 147, 221, 222, 223, 273, 274, 275, 276, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 392, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 500, 502, 503, 504, 507, 508, 509, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 573, 574, 575, 576, 577, 583, 595, 602, 603, 604, 605, 606, 613, 614, 615, 616, 617, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636 e 637 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoa a reunião marcada para a mesma data, às 20h30min, convoca os membros da Comissão para reunião na mesma data, às 21h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Jayro Lessa - Inácio Franco - Lafayette de Andrada - Rosângela Reis.

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Célio Moreira (substituindo o Deputado Walter Tosta, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, no 2º turno, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 59/2010 (Délio Malheiros). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2010 (relator: Deputado Délio Malheiros) na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Adalclever Lopes, Presidente - Célio Moreira - Délio Malheiros.

Ata da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Neider Moreira e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei Complementar nºs 58 e 66/2010, este na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 5.036/2010, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Délio Malheiros, Presidente - Domingos Sávio - Neider Moreira - Ivair Nogueira - Ademir Lucas.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta, realizar audiência pública para debater e dar encaminhamentos à realização de concurso público pela Secretaria de Estado de Educação, para preenchimento de vagas nas áreas de filosofia, sociologia e ensino religioso, e deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lumena Santos Chaves, Diretora Central de Provisão, representando a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena; Maria de Lourdes Carvalho, Subsecretária de Gestão de Pessoal, representando a Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães Pinto; Beatriz Silva Cerqueira, Presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE-MG - e Irmã Márcia Maria Lobo Leite, integrante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs de Minas Gerais - Conic -, e os Srs. Darci Alves da Silva, Presidente do Sindicato dos Sociólogos de Minas Gerais - Sinds-MG -, e Arnaldo Hoffman Filho, Presidente do Conselho do Ensino Religioso de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Padre João e Carlin Moura, coautores do requerimento que deu origem ao debate, para

suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.365, 4.447, 4.499, 4.705, 4.712, 4.713, 4.722, 4.725, 4.742, 4.747, 4.773, 4.809, 4.825, 4.835, 4.853, 4.889, 4.922, 4.930/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido requerimento da Deputada Gláucia Brandão, em que solicita seja encaminhada à família do Sr. Kássio Vinicius Castro Gomes manifestação de pesar pelo seu falecimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Carlin Moura - Gláucia Brandão.

Ata da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita sejam encaminhados ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF -, ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, à Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas - Supram Norte de Minas -, à Prefeitura Municipal de Miravânia e à unidade da Polícia Militar local pedidos de providências, conforme denúncias encaminhadas pela Associação Mineira de Meio Ambiente - Amda -, com vistas a que sejam verificados a implantação na região de um projeto de plantio de eucaliptos pela empresa Ibérica Agropecuária e o desmatamento do cerrado do platô. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2010.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura - Duarte Bechir.

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 20h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Braulio Braz, Gilberto Abramo e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Resolução nºs 4.004/2009 e 5.017/2010; Projetos de Lei nºs 294, 335, 684/2007, 2.122, 2.333, 2.344/2008, 3.126, 3.218, 3.391, 3.540, 3.666, 3.777, 3.783/2010 (Deputado Ademir Lucas); 3.785, 3.787, 3.814, 3.935, 3.963, 4.032, 4.222, 4.249, 4.255, 4.256, 4.462, 4.513, 5.035, 5.038, 5.050/2010 (Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.004/2009 e 5.017/2010; e dos Projetos de Lei nºs 294, 335, 684/2007; 2.122, 2.333, 2.344/2008; 3.126, 3.218, 3.391, 3.540, 3.666, 3.777, 3.783, 3.785, 3.787, 3.814, 3.935, 3.963, 4.032, 4.222, 4.249, 4.255, 4.256, 4.462, 4.513, 5.035, 5.038, 5.050/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 17/12/2010, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Lafayette de Andrada - Ademir Lucas.

Ata da 10ª Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno - na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 16/12/2010

Às 21h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Inácio Franco, Lafayette de Andrada e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e a Deputada Rosângela Reis, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.894/2010 com as Emendas nºs 10 e 37 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 145 a 148, 151 a 158, 160, 162, 164, 165, 168, 172 a 177, 179 a 182, 184 a 200, 202, 204 a 207, 210 a 217, 219 a 225 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 226 a 290, as emendas nº 1 às Emendas nºs 3 a 8, 25, 28, 55, 81, 83, 87, 99, 134, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169 a 171, 178, 183, 203, 208 e 218, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 9, 11 a 24, 26, 27, 29 a 31, 34 a 36, 38 a 50, 52 a 54, 56 a 79, 82, 84 a 86, 88 a 91, 93 a 98, 100 a 112, 114 a 133, 136 a 143 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e 4.895/2010 com as Emendas nºs 1 a 7, 9 a 27, 30 a 36, 52, 55 a 92, 100 a 102, 104 a 128, 130 a 146, 148 a 186, 189 a 191, 196 a 207, 212 a 220, 224 a 311, 373 a 389, 391, 393 a 401, 403 a 411, 491 a 499, 505, 506, 510, 511, 515 a 534, 553, 554, 563, 582, 584 a 594, 596 a 601, 607 a 612, 618 a 625 e 627 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 638 a 662, 664 a 674, 676 a 697 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 698 a 739, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 43 a 48, 50, 53, 80, 103, 129, 187, 188, 192 a 195, 385, 501, 512 a 514, 564 a 572, 578 a 581, 626, 628, 663 e 675 apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 8, 28, 29, 37 a 42, 49, 51, 54, 93 a 99, 147, 221 a 223, 273 a 276, 312 a 372, 392, 413 a 490, 500, 502 a 504, 507 a 509, 536 a 552, 555 a 562, 573 a 577, 583, 595, 602 a 606, 613 a 617, 629 a 637. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2010.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Inácio Franco - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Agostinho Patrus Filho.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.894/2010, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 –, para o exercício 2011, foi aprovado em turno único com as Emendas nºs 10 e 37, 145 a 148, 151 a 158, 160, 162, 164, 165, 168, 172 a 177, 179 a 182, 184 a 200, 202, 204 a 207, 210 a 217, 219 a 290, e com as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 3 a 8, 25, 28, 55, 81, 83, 87, 99, 113, 134, 144, 149, 150, 159, 161, 163, 166, 167, 169 a 171, 178, 183, 203, 208 e 218.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.894/2010

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 –, para o exercício de 2011.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 –, para o exercício de 2011, conforme determina o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16 de janeiro de 2008.

Art. 2º – Integram esta lei os Anexos I, II e III, nos seguintes termos:

I – O Anexo I contém os programas e as ações da administração pública organizados pelas áreas de resultados definidas na Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –;

II – O Anexo II contém os programas e as ações da administração pública organizados por setor de governo;

III – O Anexo III contém as alterações introduzidas no âmbito do Poder Legislativo a serem incorporadas pelo Poder Executivo ao texto dos Anexos I e II desta lei.

§ 1º – Os Anexos I e II desta lei atualizam os Anexos I e II da Lei nº 17.347, de 2008, contendo as respectivas inclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas em programas, indicadores, ações e demais atributos.

§ 2º – Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 17.347, de 2008, os demonstrativos de que tratam os incisos I e II deste artigo adotam uma perspectiva de planejamento de quatro anos, especialmente no que diz respeito aos valores físicos e financeiros das ações, como referência permanente para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º – Consideram-se dispositivos do inciso III deste artigo os itens constantes do Anexo III desta lei.

Art. 3º – Os Poderes Legislativo e Executivo efetuarão os ajustes necessários à compatibilização do planejamento para o exercício de 2011 contido na revisão do PPAG 2008-2011 e na Lei Orçamentária para o mesmo exercício.

Art. 4º – Serão realizadas em 2011, no âmbito do Poder Legislativo, audiências públicas de avaliação dos resultados alcançados pelos programas estruturadores.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Domingos Sávio, relator - Gilberto Abramo.

ANEXOS I E II

- Os Anexos I e II desta lei encontram-se disponíveis no "site" da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - www.almg.gov.br.

ANEXO III

(a que se refere o inciso III do art. 2º da Lei nº de.....de.....de 2010)

Área de Resultado: Defesa Social

Ação: - OLIMPIADA ESTADUAL SUPERAÇÃO

Unidade Orçamentária: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Garantir o treinamento e a consequente realização de olimpíada para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação com vistas à recuperação e à reinserção social dos adolescentes.

Produto: ATLETA PARTICIPANTE

Unidade de medida: ADOLESCENTE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	300	1.000,00

2

Programa: 004 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - Ação: 1205 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	0,00
Estadual	0	0,00
Noroeste de Minas	0	8.490.000,00
Rio Doce	1	10.000,00
Sul de Minas	0	0,00

3

Programa: 004 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - Ação: 1206 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS - SEDS

Mudança de finalidade para: GARANTIR ESTRUTURAS FÍSICAS ADEQUADAS AO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL, POR MEIO DE REFORMAS EM UNIDADES EM FUNCIONAMENTO e da construção de novas unidades.

4

Programa: 004 - ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - Ação: 4362 - APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	120	124.950,00
Central	740	570.647,00
Centro Oeste	60	37.500,00
Estadual	220	301.715,00

Jequitinhonha / Mucuri	60	37.500,00
Mata	60	63.559,00
Noroeste de Minas	60	54.810,00
Norte de Minas	180	162.426,00
Rio Doce	60	47.250,00
Sul de Minas	210	176.211,00
Triângulo	120	92.610,00

5

Programa: 020 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: - REFORMA DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO JUDICIÁRIO JORGE VAZ EM BARBACENA

Unidade Orçamentária: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Reformar o Hospital Psiquiátrico Judiciário Jorge Vaz em Barbacena, para garantir melhores condições de atendimento aos internos

Produto: Hospital reformado

Unidade de medida: HOSPITAL

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	300.000,00

6

Programa: 020 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL - Ação: 1081 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL (SETOP)

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0,00
Central	0	0,00
Centro Oeste	0	10.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	302	12.000.000,00
Mata	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00
Triângulo	0	0,00

--	--	--

7

Programa: 020 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL - Ação: 1129 - IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ENSINO E PROFISSIONALIZAÇÃO NAS UNIDADES PRISIONAIS

Mudança de finalidade para: AMPLIAR O NÚMERO DE PRESOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO De NÚCLEOS DE ENSINO E PROFISSIONALIZAÇÃO e de núcleos culturais, EM TODAS AS UNIDADES PRISIONAIS.

8

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL - Ação: 1029 - IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTAS INTEGRADAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	12	2.473.970,00
Triângulo	2	576.030,00

9

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL - Ação: 1037 - MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DE UNIDADES OPERACIONAIS QUE COMPÕEM AS ÁREAS INTEGRADAS (CBM)

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	1.000,00
Estadual	0	0,00
Norte de Minas	1	1.643.000,00

10

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL - Ação: 1111 - MODERNIZAÇÃO LOGÍSTICA DE UNIDADES PREDIAIS INTEGRADAS (PC)

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	1.050.000,00
Central	3	2.233.829,00
Centro Oeste	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	0	0,00

Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	0	50.000,00
Triângulo	0	0,00

11

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL - Ação: 4572 - TERCEIRIZAÇÃO DA FROTA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	15	387.368,00
Central	592	15.288.121,00
Centro Oeste	20	516.491,00
Estadual	0	60.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	15	387.368,00
Mata	68	1.756.069,00
Noroeste de Minas	15	387.368,00
Norte de Minas	50	1.291.227,00
Rio Doce	70	1.807.718,00
Sul de Minas	75	1.936.840,00
Triângulo	80	2.065.963,00

12

Programa: 034 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE - Ação: 1188 - DEFESA DOS PRESOS PROVISÓRIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	5.000	10.000,00
Rio Doce	1.000	200.000,00

13

Programa: 141 - POLÍCIA OSTENSIVA - Ação: 4232 - POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	166.215	2.670.978,00
Central	2.458.076	39.564.972,00
Centro Oeste	253.821	4.078.755,00
Estadual	0	235.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	135.274	2.173.774,00
Mata	502.785	8.079.461,00
Noroeste de Minas	105.001	1.687.305,00
Norte de Minas	180.499	2.900.513,00
Rio Doce	473.142	7.603.117,00
Sul de Minas	664.260	10.674.270,00
Triângulo	455.346	7.317.144,00

14

Programa: 152 - FOMENTO À GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: - Capacitação de profissionais envolvidos nas políticas públicas para usuários de álcool e outras drogas.

Unidade Orçamentária: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Finalidade: Capacitação continuada de profissionais envolvidos nas políticas públicas, com ênfase na reinserção social, na prevenção, no tratamento e no combate às drogas.

Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO

Unidade de medida: PROFISSIONAL

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	200	130.000,00

15

Programa: 152 - FOMENTO À GESTÃO LOCAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: - Formulação do Plano Estadual Interdisciplinar sobre Drogas.

Unidade Orçamentária: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Finalidade: Contribuir para a construção de políticas públicas e de um sistema estadual com ações integradas de prevenção, de tratamento e de combate ao uso de drogas, que articule as áreas de defesa social, saúde, assistência social, educação, cultura e políticas para a juventude, constituindo uma rede de atendimento aos usuários de drogas.

Produto: PLANO ELABORADO

Unidade de medida: PLANO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	50.000,00

16

Programa: 160 - REDE COMPLEMENTAR DE SUPORTE SOCIAL E ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO - Ação: 4082 - PREVENÇÃO AO USO/ABUSO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS E ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO E SEUS FAMILIARES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	7.000	3.050.000,00

17

Programa: 189 - PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - Ação: 1329 - CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO FÍSICA DE GRANDE PORTE DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	0	160.000,00
Rio Doce	0	1.000,00
Sul de Minas	1	10.000,00

Área de Resultado: Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce

18

Programa: 059 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Mudança de objetivo para: PROVER ALTERNATIVAS PARA A CONVIVÊNCIA COM A SECA E AS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUDENTE DA PRODUÇÃO LOCAL E PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO CAMPO, inclusive no que tange ao modo de produção agroecológico/orgânico, COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NA PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO E DO EMPREENDEDORISMO E NA IDENTIFICAÇÃO E ACESSO A MERCADOS, COM VISTAS À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO POVO DE MINAS GERAIS.

Área de Resultado: Educação de Qualidade

19

Programa: 014 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES - Ação: 1387 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AVALIAÇÃO DE PROFESSORES - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: Aprimorar a qualificação dos professores do ensino fundamental com a participação dos profissionais da educação no desenvolvimento da metodologia adotada e com a avaliação da comunidade escolar.

Programa: 014 - DESEMPENHO E QUALIFICAÇÃO DE PROFESSORES - Ação: 1388 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AVALIAÇÃO DE PROFESSORES - ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: Elevar a qualificação profissional dos professores do ensino médio com a participação dos profissionais da educação no desenvolvimento da metodologia adotada e avaliação da comunidade escolar.

Programa: 030 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mudança de objetivo para: MELHORAR O DESEMPENHO DAS ESCOLAS POR MEIO DA DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PADRÕES BÁSICOS RELACIONADOS À GESTÃO ESCOLAR, À REDE FÍSICA, AOS RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS, às condições de trabalho dos profissionais de educação, ORIENTADOS PARA O APRENDIZADO DO ALUNO E A EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

Programa: 030 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Ação: 1024 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: Melhorar a infraestrutura física das escolas de ensino fundamental, inclusive as rurais e dos sistemas prisional e socioeducativo, implantando padrões básicos de rede física, mobiliário, equipamentos e recursos didáticos e pedagógicos, dotando as escolas de refeitórios e instalações sanitárias, cozinhas, quadras poliesportivas e bibliotecas adequadas e realizando as adaptações necessárias à promoção da acessibilidade dos alunos com deficiência, a partir de demandas definidas pelos colegiados escolares.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	39	3.871.880,00
Central	166	16.582.820,00
Centro Oeste	17	3.268.714,00
Estadual	0	1.405.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	42	6.115.672,00
Mata	60	8.714.666,00
Noroeste de Minas	38	3.583.028,00
Norte de Minas	98	11.432.682,00
Rio Doce	63	11.167.104,00
Sul de Minas	73	8.850.412,00
Triângulo	54	4.353.022,00

Programa: 030 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Ação: 1109 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: Melhorar a infraestrutura física das escolas de ensino médio, inclusive as rurais e as dos sistemas prisional e socioeducativo, implantando padrões básicos de rede física, mobiliário, equipamentos, e recursos didáticos e pedagógicos, dotando as escolas de refeitório e instalações sanitárias, cozinhas, quadras poliesportivas e bibliotecas adequadas, e realizando as adaptações físicas necessárias à promoção da acessibilidade dos alunos com deficiência, a partir de demandas definidas pelos colegiados escolares.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	18	2.490.724,00
Central	218	16.051.454,00
Centro Oeste	39	6.128.522,00
Estadual	0	435.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	40	5.679.674,00
Mata	27	4.528.114,00
Noroeste de Minas	11	2.597.924,00
Norte de Minas	43	6.158.116,00
Rio Doce	91	14.652.723,00
Sul de Minas	101	14.540.832,00
Triângulo	62	9.411.917,00

24

Programa: 030 - NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Ação: 4479 - SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO OCUPACIONAL

Mudança de finalidade para: Promover a certificação dos profissionais da educação, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, prevendo-se a participação desses profissionais na definição dos critérios e da metodologia adotados nos processos de certificação.

25

Programa: 170 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - CTPM - Ação: 2057 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - COLÉGIO TIRADENTES DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	286	344.044,00
Central	6.799	8.178.860,00
Centro Oeste	432	519.675,00
Estadual	0	200.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	434	522.081,00
Mata	1.157	1.391.814,00

Norte de Minas	511	614.708,00
Rio Doce	1.670	2.008.927,00
Sul de Minas	870	1.046.567,00
Triângulo	374	449.903,00

26

Programa: 180 - MELHORIA DO ENSINO MÉDIO - Ação: 4189 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	74	26.073.886,00
Central	630	295.272.059,00
Centro Oeste	120	42.281.975,00
Estadual	0	100.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	160	56.375.961,00
Mata	248	87.382.758,00
Noroeste de Minas	45	15.855.741,00
Norte de Minas	253	89.144.490,00
Rio Doce	219	77.164.606,00
Sul de Minas	242	85.268.660,00
Triângulo	104	36.644.377,00

27

Programa: 232 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Ação: - Atendimento Escola Família Agrícola - Ensino Fundamental Rural em Tempo Integral

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA CONFORME A MODALIDADE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

Produto: ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL BENEFICIADO

Unidade de medida: ALUNO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	287	583.809,66
Mata	257	522.784,26

28

Programa: 232 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Ação: - Atendimento Escola Família Agrícola Ensino Médio Rural Integrado à Educação Profissional Rural em Tempo Integral

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA CONFORME A MODALIDADE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

Produto: ALUNO DO ENSINO MÉDIO BENEFICIADO

Unidade de medida: ALUNO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	535	1.131.819,25
Mata	185	391.376,75
Noroeste de Minas	76	160.781,80
Norte de Minas	174	368.105,70
Sul de Minas	65	137.510,75

29

Programa: 232 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - Ação: 4587 - ATENDIMENTO ÀS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Mudança de finalidade para: Repassar recursos financeiros para apoio às escolas família agrícola conforme a modalidade ensino médio integrado à educação profissional do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - Fundeb

Mudança de produto para: ALUNO DO ENSINO MÉDIO BENEFICIADO

Mudança de unidade de medida para: ALUNO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	6	152.139,00
Mata	6	152.139,00
Noroeste de Minas	1	25.358,00
Norte de Minas	1	25.358,00

Sul de Minas	1	25.358,00

30

Programa: 233 - COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL

Ação: - Apoio aos Municípios na aquisição de veículos para transporte escolar.

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Dotar de veículos as regiões com o maior número de alunos dependentes de transporte escolar, priorizando-se os municípios mais carentes e com as áreas rurais mais distante da sede.

Produto: MUNICÍPIO APOIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	10.000,00

31

Programa: 233 - COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO NA ÁREA EDUCACIONAL - Ação: 4191 - ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS

Mudança de finalidade para: Disponibilizar recursos humanos, materiais e financeiros aos municípios, visando à melhoria dos padrões de qualidade do ensino no Estado.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	30.000,00
Estadual	100	25.485.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	30.000,00
Sul de Minas	0	50.000,00
Triângulo	10	390.000,00

32

Programa: 234 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Ação: - Capacitação continuada de recursos humanos envolvidos na alimentação escolar

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Capacitar os profissionais envolvidos na execução do programa de alimentação escolar na rede estadual, com a colaboração de nutricionistas e técnicos de nutrição e dietética.

Produto: ESCOLA ATENDIDA

Unidade de medida: ESCOLA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	3.594	250.000,00

33

Programa: 235 - MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL - Ação: 2010 - XADREZ NA ESCOLA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	500	80.000,00

34

Programa: 235 - MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL - Ação: 2096 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	1.500.000,00
Central	19	30.620.000,00
Centro Oeste	1	1.590.000,00
Estadual	0	120.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	8	2.830.000,00
Norte de Minas	10	5.690.000,00
Rio Doce	6	2.170.000,00
Sul de Minas	2	100.000,00
Triângulo	2	2.500.000,00

35

Programa: 241 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mudança de objetivo para: Desenvolver ações que promovam a formação integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

36

Programa: 241 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - Ação: 4187 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mudança de finalidade para: Estabelecer diretrizes e orientações pedagógicas na educação infantil que priorizem a formação das crianças e a sua socialização.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
--------	--------------	------------------

Central	1	15.934.030,00
Centro Oeste	0	30.000,00

 Área de Resultado: Inovação, Tecnologia e Qualidade

37

Programa: 003 - ARRANJOS PRODUTIVOS, POLOS DE EXCELÊNCIA E POLOS DE INOVAÇÃO - Ação: 4699 - INDUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	7	11.470.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	3	3.000.000,00
Mata	2	3.500.784,00
Norte de Minas	5	7.500.000,00
Rio Doce	1	2.000.000,00
Sul de Minas	2	4.000.000,00
Triângulo	2	4.500.000,00

38

Programa: 043 - REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - Ação: 1202 - APOIO AOS PROJETOS DE CARÁTER ESTRUTURANTES DO SISTEMA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	900,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	2	501.600,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	2	1.700,00

Triângulo	1	800,00

39

Programa: 050 - CERTIFICA MINAS - Ação: 1047 - CERTIFICAÇÃO DO CAFÉ - EMATER

Mudança de finalidade para: IDENTIFICAR AS PROPRIEDADES PRODUTORAS DE CAFÉ, inclusive orgânico, VISANDO À RASTREABILIDADE, MANUTENÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DOS CAFÉS MINEIROS; MANUTENÇÃO E CONQUISTA DE NOVOS MERCADOS POR MEIO DA QUALIDADE; MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS EMPREGOS GERADOS E APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS APPS, RESERVAS LEGAIS E MANEJO ADEQUADO DE SOLO.

40

Programa: 050 - CERTIFICA MINAS - Ação: 1145 - CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES DE CAFÉ - IMA

Mudança de finalidade para: Auditar as propriedades produtoras de café assistidas pela Emater, inclusive aquelas produtoras de café orgânico, visando a sua certificação.

41

Programa: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: - Construção, ampliação, reforma e aparelhamento das unidades e dos campi da Uemg

Unidade Orçamentária: 2351 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construir, ampliar, reformar e aparelhar os campi da Uemg para atender à demanda das unidades da capital mineira e do interior do Estado.

Produto: UNIDADE ATENDIDA

Unidade de medida: UNIDADE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	410.000,00
Estadual	1	1.000.000,00
Triângulo	1	500.000,00

42

Programa: 143 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL - Ação: 4254 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2.098	944.722,00
Norte de Minas	100	50.000,00

43

Programa: 199 - INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - Ação: 4471 - SUPORTE A PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS INOVADORES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	1.000,00

44

Programa: 210 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA - Ação: 4042 - TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ATRAVÉS DE SEMENTES

Mudança de finalidade para: Apoiar o desenvolvimento do agronegócio mineiro, através de fornecimento de sementes, INCLUSIVE CRIOLAS.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	82	121.606,00
Jequitinhonha / Mucuri	97	143.873,00
Mata	37	54.871,00
Norte de Minas	97	143.873,00
Sul de Minas	114	169.062,00
Triângulo	53	78.599,00

45

Programa: 211 - INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - Ação: 4517 - APOIO TECNOLÓGICO A PROJETOS ESPECIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	50.000,00
Estadual	1	10.000,00

46

Programa: 228 - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Ação: - Formação de profissionais especializados em tecnologia aeronáutica

Unidade Orçamentária: 2081 - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Viabilizar a formação de profissionais (tecnólogos) em cursos superiores de tecnologia voltados para a área aeronáutica, a fim de apoiar a implantação do Pólo Aeronáutico de Minas Gerais.

Produto: ALUNO ATENDIDO

Unidade de medida: ALUNO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
--------	--------------	------------------

Central	150	2.000.000,00

 Área de Resultado: Investimento e Valor Agregado da Produção

47

Programa: 013 - DESCOMPLICAR - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS - Ação: 1280 - IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - UAI

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	6	72.926.719,00
Rio Doce	1	10.000,00

48

Programa: 040 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

Ação: - Implementação do Centro Tecnológico de Solda de Ipatinga

Unidade Orçamentária: 1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Desenvolver e aperfeiçoar técnicas de soldagem com o objetivo de aumentar o valor agregado das peças produzidas na região do Vale do Aço.

Produto: CENTRO IMPLANTADO.

Unidade de medida: CENTRO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Rio Doce	1	1.000,00

49

Programa: 040 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS - Ação: 4655 - CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE NÚCLEOS DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA SETORIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	4	744.282,00
Rio Doce	1	10.000,00

50

Programa: 161 - GESTÃO DO AGRONEGÓCIO - Ação: 4423 - APOIO A INFRA-ESTRUTURA E A EVENTOS DO AGRONEGÓCIO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	6	1.525.000,00
Estadual	0	1.300.000,00
Triângulo	1	200.000,00

51

Programa: 195 - CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM - Ação: 4472 - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA CADEIAS PRODUTIVAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	500.000,00
Estadual	8	3.210.000,00

Área de Resultado: Logística de Integração e Desenvolvimento

52

Programa: 216 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS - Ação: 4550 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE ESTADUAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	2.000,00
Mata	3	1.140.800,00
Rio Doce	0	2.000,00

Área de Resultado: Protagonismo Juvenil

53

Programa: 018 - ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE - Ação: 4306 - ATENDIMENTO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	9.139	8.455.651,00

Central	54.866	50.791.572,00
Centro Oeste	8.145	7.537.154,00
Jequitinhonha / Mucuri	6.204	5.741.707,00
Mata	11.316	10.465.413,00
Noroeste de Minas	5.634	5.213.572,00
Norte de Minas	15.317	14.178.772,00
Rio Doce	14.123	13.067.826,00
Sul de Minas	20.915	19.349.700,00
Triângulo	16.740	15.487.633,00

54

Programa: 027 - MINAS OLÍMPICA

Ação: - Promoção do Esporte Indígena

Unidade Orçamentária: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Finalidade: Propiciar condições para a prática esportiva nas comunidades indígenas, inclusive dos esportes específicos dos povos indígenas e realizar os jogos indígenas de Minas Gerais, com garantia de participação nos jogos indígenas do Brasil.

Produto: INDÍGENA PARTICIPANTE

Unidade de medida: INDIGENA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	200	100.000,00

55

Programa: 027 - MINAS OLÍMPICA - Ação: 1214 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADES FÍSICAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	544.900,00
Centro Oeste	0	50.000,00
Estadual	0	2.183.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	150.000,00

Mata	2	252.450,00
Sul de Minas	2	252.450,00

56

Programa: 027 - MINAS OLÍMPICA - Ação: 1215 - CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	38	29.000,00
Central	337	135.888,00
Centro Oeste	100	47.465,00
Jequitinhonha / Mucuri	200	20.000,00
Mata	183	90.436,00
Noroeste de Minas	100	10.000,00
Norte de Minas	51	23.500,00
Rio Doce	200	20.000,00
Sul de Minas	580	269.644,00
Triângulo	211	104.067,00

57

Programa: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: - Apoio à estruturação dos conselhos municipais e tutelares dos direitos da criança e do adolescente

Unidade Orçamentária: 4091 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Finalidade: Apoiar a estruturação dos conselhos, possibilitando melhor desempenho de suas atribuições.

Produto: Conselhos fortalecidos

Unidade de medida: CONSELHO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	105	600.000,00

58

Programa: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: - Capacitação continuada dos operadores da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - Escola de Conselhos

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Capacitar continuamente os operadores da política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente nos respectivos municípios, por meio de Escolas de Conselhos.

Produto: CONSELHEIRO CAPACITADO

Unidade de medida: CONSELHEIRO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	900	100.000,00

59

Programa: 266 - GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Ação: 4696 - APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	56	8.060.000,00

Área de Resultado: Qualidade Ambiental

60

Programa: 010 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Ação: - INCORPORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - BOLSA VERDE

Unidade Orçamentária: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Finalidade: INCENTIVAR A AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA ATRAVÉS DE ADOÇÃO DE MECANISMOS ECONÔMICOS

Produto: RECURSO DESEMBOLSADO

Unidade de medida: PERCENTUAL

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	70	100.000,00

61

Programa: 010 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Ação: - MONITORAMENTO ELETRONICO DO TRANSPORTE DO CARVAO VEGETAL

Unidade Orçamentária: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Finalidade: MONITORAR ELETRONICAMENTE O TRANSPORTE DO CARVÃO VEGETAL, VISANDO A INTENSIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO E CONSUMO DO CARVÃO VEGETAL.

Produto: VEÍCULO MONITORADO

Unidade de medida: VEÍCULO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	100.000,00

62

Programa: 010 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA - Ação: 1052 - AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - FHIDRO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1.220	820.758,83
Noroeste de Minas	530	356.559,17

63

Programa: 010 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA - Ação: 1058 - CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	50.000	1.260.000,00

64

Programa: 010 - CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA - Ação: 1060 - AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	600	413.899,13
Central	6.030	4.159.686,25
Centro Oeste	1.500	1.034.747,82
Estadual	2.000	1.379.663,76
Jequitinhonha / Mucuri	1.500	1.034.747,82
Mata	1.500	1.034.747,82

Noroeste de Minas	2.870	1.979.817,50
Norte de Minas	1.000	689.831,90

65

Programa: 045 - RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: - APOIO ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Unidade Orçamentária: 2091 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Finalidade: APOIAR AS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, VISANDO À SUA INSERÇÃO NA GESTÃO MUNICIPAL INTEGRADA DE RESÍDUOS, COM ÊNFASE NA COLETA SELETIVA E RECICLAGEM

Produto: ASSOCIAÇÃO E OU COOPERATIVA ATENDIDA

Unidade de medida: ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	50	200.000,00

66

Programa: 045 - RESÍDUOS SÓLIDOS - Ação: 1066 - MANUTENCAO DO CENTRO MINEIRO DE REFERENCIA EM RESIDUOS E ALCANCE DE AUTO-SUSTENTABILIDADE.

Mudança de finalidade para: APOIAR A MANUTENÇÃO E GESTÃO DO CENTRO MINEIRO DE REFERÊNCIA EM RESÍDUOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE DE APOIO À GESTÃO

INTEGRADA DE RESÍDUOS, COM ÊNFASE NA RECICLAGEM, POR MEIO DA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CAPACITAÇÃO TÉCNICA, GERENCIAL E

PROFISSIONALIZANTE, DE ACORDO COM A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INCLUINDO-SE OS CATADORES ORGANIZADOS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, VISANDO À GERAÇÃO DE TRABALHO E À MELHORIA

DA QUALIDADE DE VIDA.

67

Programa: 045 - RESÍDUOS SÓLIDOS - Ação: 1067 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS E GESTÃO COMPARTILHADA DA DESTINAÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Mudança de finalidade para: Apoiar as administrações municipais na implementação de medidas tecnicamente adequadas para disposição final de resíduos urbanos.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	2	22.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	300.000,00
Triângulo	1	800.000,00

68

Programa: 045 - RESÍDUOS SÓLIDOS - Ação: 1072 - IMPLANTACAO DA COLETA SELETIVA, REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	20	300.000,00

69

Programa: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA - Ação: 4056 - EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	54.000,00
Central	1	54.000,00
Centro Oeste	1	54.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	54.000,00
Mata	1	67.000,00
Noroeste de Minas	1	54.000,00
Norte de Minas	1	54.000,00
Rio Doce	1	54.000,00
Sul de Minas	1	54.000,00
Triângulo	1	54.000,00

70

Programa: 109 - PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ação: - COFINANCIAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PESQUISA E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO DA BIODIVERSIDADE

Unidade Orçamentária: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Finalidade: REGISTRAR E DOCUMENTAR ESPÉCIES DE PLANTAS EM UM ACERVO VEGETAL (HERBÁRIO), VISANDO À SUA CONSERVAÇÃO E AO RESGATE DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA CIENTÍFICA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL; PROMOVER PESQUISA SOBRE A BIODIVERSIDADE E PROTEGER ESPÉCIES SILVESTRES RARAS; MANTER BANCOS DE GERMOPLASMA "EX SITU" E RESERVAS GENÉTICAS "IN SITU"; E PROMOVER O INTERCÂMBIO INTERINSTITUCIONAL, A CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E O LAZER.

Produto: CENTRO DE PESQUISA IMPLANTADO

Unidade de medida: CENTRO DE PESQUISA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Mata	1	500.000,00

Área de Resultado: Rede de Cidades e Serviços

71

Programa: 007 - COPA DO MUNDO 2014

Ação: - Sustentabilidade social da copa do mundo 2014

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Garantir a sustentabilidade social do evento para enfrentamento dos impactos decorrentes da intensificação do turismo, como trabalho infantil e exploração sexual infantojuvenil.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	10.000,00

72

Programa: 007 - COPA DO MUNDO 2014 - Ação: 2033 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	2.000.000,00

73

Programa: 007 - COPA DO MUNDO 2014 - Ação: 2034 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	5.000.000,00

74

Programa: 007 - COPA DO MUNDO 2014 - Ação: 2037 - AMPLIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	300.000,00

75

Programa: 007 - COPA DO MUNDO 2014 - Ação: 4325 - REDE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	1.000.000,00

76

Programa: 007 - COPA DO MUNDO 2014 - Ação: 4329 - ESTÁDIO ALTERNATIVO - INDEPENDÊNCIA

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	70	5.000.000,00

77

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 1294 - ADEQUAÇÃO DA ÁREA E DOS EDIFÍCIOS DO CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	50	800.000,00

78

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 1298 - ADEQUAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO E DO MUSEU MINEIRO

Mudança de produto para: PROJETO DE INCÊNDIO EXECUTADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	100	130.000,00

79

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 1301 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTE POPULAR

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	52	3.103.000,00

80

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 2026 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	500.000	4.086.600,00
Estadual	0	50.000,00

81

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 4204 - IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DO HOMEM BRASILEIRO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	100	10.000,00

82

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 4459 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRADIÇÃO CULTURAL DO JEQUITINHONHA

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	100	500.000,00

83

Programa: 009 - CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS - Ação: 5007 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	60	0,00

84

Programa: 016 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS - Ação: 4015 - DESENVOLVIMENTO E MARKETING DE PRODUTOS TURÍSTICOS

Mudança de finalidade para: APOIAR O DESENVOLVIMENTO E FORMATAÇÃO DE PRODUTOS E ROTEIROS TURÍSTICOS ALINHADOS À DEMANDA E CRIAR ESTRATÉGIAS PARA A OFERTA DOS PRODUTOS NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL CONTRIBUINDO PARA A ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA

CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, com foco no Turismo da Melhor Idade, Turismo Rural, Turismo de Estudo e Intercâmbio, Turismo GLTB e Turismo Solidário.

85

Programa: 016 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS - Ação: 4016 - POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS EM MINAS GERAIS NOS ÂMBITOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	10	2.611.000,00

86

Programa: 016 - TURISMO COMPETITIVO EM MINAS GERAIS - Ação: 4323 - ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Mudança de finalidade para: ARTICULAR E APOIAR OS MUNICÍPIOS NA MELHORIA DE INFRAESTRUTURA BÁSICA, PROVER INFRAESTRUTURA TURÍSTICA E AÇÕES CORRELATAS, especialmente na implantação de projetos de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação de postos de informação turística, PARA EXPANSÃO DA ATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	15.825.000,00
Noroeste de Minas	7	179.375,00
Norte de Minas	9	230.625,00

87

Programa: 047 - RMBH

Ação: - REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS NA VIA BARRAGINHA

Unidade Orçamentária: 1471 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Finalidade: Remover e reassentar as famílias que ocupam a Via Barraginha, em Sabará.

Produto: OBRA EXECUTADA

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	1.000,00

88

Programa: 047 - RMBH

Ação: - Integração do Planejamento Metropolitano - Sedru

Unidade Orçamentária: 1471 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Finalidade: Finalizar a elaboração de Planos de Regularização Fundiária para os Municípios da RMBH. Conduzir, em conjunto com a Agência, a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, respondendo pela sua gestão. Apoiar tecnicamente os municípios no processo de regularização fundiária.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO.

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
--------	--------------	------------------

Central	18	10.000,00

89

Programa: 114 - ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO MINEIRO - Ação: 4105 - ESTRUTURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	2	2.286.321,00

90

Programa: 120 - APOIO AO FORTALECIMENTO DA REDE DE CIDADES - Ação: 4458 - AÇÕES URBANÍSTICAS PONTUAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	10.025.000,00
Sul de Minas	0	200.000,00

91

Programa: 121 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA - Ação: 4405 - PROMOÇÃO DE AÇÃO EDUCATIVA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	75	2.952,00
Central	186	7.369,00
Centro Oeste	75	2.952,00
Estadual	0	300.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	75	2.952,00
Mata	75	2.952,00
Noroeste de Minas	37	1.476,00
Norte de Minas	112	4.425,00
Rio Doce	75	2.952,00
Sul de Minas	75	2.952,00

Triângulo	75	2.952,00

92

Programa: 123 - FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL - Ação: 4407 - GESTÃO DE MECANISMOS DE INCENTIVO À CULTURA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1.392	3.838,00
Central	3.474	9.577,00
Centro Oeste	1.392	3.838,00
Estadual	0	10.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1.392	3.838,00
Mata	1.392	3.838,00
Noroeste de Minas	696	1.919,00
Norte de Minas	2.086	5.753,00
Rio Doce	1.392	3.838,00
Sul de Minas	1.392	3.838,00
Triângulo	1.392	3.838,00

93

Programa: 123 - FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL - Ação: 4409 - ESTÍMULO À PRODUÇÃO CULTURAL

Mudança de unidade orçamentária para: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Mudança de finalidade para: INCENTIVAR E APOIAR A PRODUÇÃO CULTURAL EM SUAS VÁRIAS MODALIDADES, CONTRIBUINDO PARA A MANUTENÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL E ARTÍSTICA DE MINAS GERAIS.

Mudança de produto para: PROJETO APOIADO

Mudança de unidade de medida para: PROJETO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	13	505.601,00
Central	32	1.261.673,00

Centro Oeste	13	505.601,00
Estadual	0	1.080.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	14	555.601,00
Mata	13	505.601,00
Noroeste de Minas	7	252.800,00
Norte de Minas	20	757.820,00
Rio Doce	13	505.601,00
Sul de Minas	13	505.601,00
Triângulo	13	505.601,00

94

Programa: 131 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - Ação: 4514 - APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA IMATERIAL

Mudança de nome para: Promoção da memória indígena de Minas Gerais.

Mudança de finalidade para: Promover a valorização da cultura indígena, suas festas e rituais tradicionais, inclusive por meio da produção de mídias para utilização de professores e alunos da rede estadual de ensino.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	10	18.836,00
Central	29	47.000,00
Centro Oeste	10	18.836,00
Estadual	0	640.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	18.836,00
Mata	10	18.836,00
Noroeste de Minas	5	9.416,00
Norte de Minas	16	28.232,00
Rio Doce	10	68.836,00
Sul de Minas	10	18.836,00
Triângulo	10	18.836,00

Programa: 132 - O ESTADO PARA OS CIDADÃOS - Ação: 1107 - APOIO AOS MUNICÍPIOS EM OBRAS DE INFRA ESTRUTURA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	1.050.000,00
Centro Oeste	1	40.000,00
Estadual	0	17.652.000,00
Sul de Minas	0	600.000,00

Programa: 132 - O ESTADO PARA OS CIDADÃOS - Ação: 4449 - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES COM EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO DE SUAS ATIVIDADES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	1.660.000,00
Estadual	104	18.429.500,00
Rio Doce	0	500.000,00
Sul de Minas	0	100.000,00

 Área de Resultado: Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Programa: 023 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Ação: - Piso Mineiro de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 4251 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Implantar o piso mineiro de assistência social, por meio de cofinanciamento da rede de proteção social nos 853 municípios em complementariedade aos recursos federais e municipais.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	331.821,00

Central	27	2.876.064,00
Centro Oeste	9	1.096.876,00
Estadual	114	2.736.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	751.855,00
Mata	13	2.027.284,00
Noroeste de Minas	2	376.912,00
Norte de Minas	14	1.473.897,00
Rio Doce	9	974.330,00
Sul de Minas	8	818.782,00
Triângulo	7	1.491.338,00

98

Programa: 023 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS - Ação: 1104 - PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE - PPCAAM

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	220	2.400.000,00

99

Programa: 023 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS - Ação: 4234 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA

Mudança de finalidade para: PREVENIR SITUAÇÕES DE RISCOS ATRAVÉS DO COFINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL) DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, OFERTANDO SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS CONTINUADOS QUE POSSIBILITAM A SOBREVIVÊNCIA, O ACOLHIMENTO, A CONVIVÊNCIA E A SOCIALIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRAGILIDADE DE VÍNCULOS e do cofinanciamento dos benefícios eventuais.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	11.280,00
Central	41	2.424.060,00
Centro Oeste	3	80.160,00
Estadual	29	3.062.841,00
Jequitinhonha / Mucuri	8	288.000,00
Mata	13	207.360,00

Norte de Minas	15	472.320,00
Rio Doce	7	171.600,00
Sul de Minas	12	157.680,00
Triângulo	3	107.280,00

100

Programa: 023 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS - Ação: 4236 - CO-FINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL

Mudança de finalidade para: CONCRETIZAR AÇÕES DE PROTEÇÃO ESPECIAL POR MEIO DO COFINANCIAMENTO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NA EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA (REDE SOCIOASSISTENCIAL), OFERTANDO SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE POSSIBILITEM O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS QUE SOFRERAM VIOLAÇÃO DE DIREITOS DECORRENTES DE SITUAÇÃO DE ABANDONO, MAUS-TRATOS FÍSICOS E/OU PSÍQUICOS, ABUSO SEXUAL, SITUAÇÃO DE RUA, MIGRANTE, ENTRE OUTRAS, e famílias que se encontram em acampamentos e áreas ocupadas, ASSEGURANDO A MANUTENÇÃO DOS CREAS.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	6	378.510,00
Central	96	8.794.463,00
Centro Oeste	14	874.483,00
Estadual	24	2.063.717,00
Jequitinhonha / Mucuri	9	830.571,00
Mata	10	427.747,00
Noroeste de Minas	1	15.428,00
Norte de Minas	9	627.651,00
Rio Doce	9	538.181,00
Sul de Minas	9	470.666,00
Triângulo	12	1.089.345,00

101

Programa: 025 - LARES GERAES - Ação: 1022 - PROGRAMA LARES GERAES SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de finalidade para: PROMOVER E VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS DE POLICIAIS CIVIS E AGENTES

PENITENCIÁRIOS E SOCIOEDUCATIVOS, EM CONDIÇÕES FLEXÍVEIS E COMPATÍVEIS COM A REALIDADE E A NECESSIDADE DOS SERVIDORES.

102

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	0,00
Estadual	1	80.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	0	0,00

103

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: - INCENTIVO AO PROJETO INTEGRADO - PROMALC (PROGRAMA MINEIRO DE ALCOOL, LEITE E CACHAÇA)

Unidade Orçamentária: 3041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: IMPLANTAR O PROJETO PILOTO INTEGRADO - PROMALC (PROGRAMA MINEIRO DE ALCOOL, LEITE E CACHAÇA) NO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO

Produto: MUNICÍPIO ENVOLVIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	1.000,00

104

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: - Apoio à comercialização direta

Unidade Orçamentária: 3041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Apoiar a organização formal dos agricultores familiares para a realização de venda direta de seus produtos, inclusive de matriz orgânica, para a alimentação escolar, programas públicos de abastecimento e demais oportunidades de comercialização.

Produto: ASSOCIAÇÃO E OU COOPERATIVA ATENDIDA

Unidade de medida: ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	200	100.000,00

105

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: - Incentivo à produção de plantas medicinais para o SUS em Minas Gerais

Unidade Orçamentária: 3041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Apoiar projetos para produção de espécies de plantas medicinais por agricultores familiares e para o desenvolvimento de tecnologias para cultivo dessas espécies.

Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA

Unidade de medida: FAMÍLIA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	50	50.000,00

106

Programa: 028 - MINAS SEM FOME - Ação: 4147 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS - PISCICULTURA

Mudança de finalidade para: Incentivar a produção de pescado em tanques-rede e em reservatórios construídos para o enfrentamento da seca, como alternativa de ocupação e renda para agricultores e jovens rurais.

107

Programa: 028 - MINAS SEM FOME - Ação: 4169 - APOIO AO ARTESANATO

Mudança de finalidade para: DISPONIBILIZAR EQUIPAMENTOS PARA ASSOCIAÇÕES e comunidades indígenas QUE TRABALHAM COM ARTESANATO, VISANDO INCREMENTAR A PRODUÇÃO E A RENDA.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	90	21.200,00
Mata	80	20.000,00
Norte de Minas	80	21.400,00
Rio Doce	80	20.000,00
Triângulo	70	17.400,00

108

Programa: 028 - MINAS SEM FOME - Ação: 4447 - APOIO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	20	10.000,00
Centro Oeste	20	10.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	180	45.000,00

Norte de Minas	95	30.000,00
Rio Doce	70	30.000,00
Sul de Minas	35	15.000,00

109

Programa: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Ação: - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE FEIRAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: INSTALAR FEIRAS REGIONAIS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PROMOVER A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, BEM COMO APOIAR OS FÓRUMS REGIONAIS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO.

Produto: FEIRA REGIONAL INSTALADA

Unidade de medida: FEIRA REGIONAL

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	35.000,00
Central	1	35.000,00
Centro Oeste	1	35.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	35.000,00
Mata	1	35.000,00
Noroeste de Minas	1	35.000,00
Norte de Minas	1	35.000,00
Rio Doce	1	35.000,00
Sul de Minas	1	35.000,00
Triângulo	1	35.000,00

110

Programa: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - Ação: 4106 - FOMENTO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Mudança de unidade orçamentária para: 2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Mudança de finalidade para: PROMOVER A INCLUSÃO PRODUTIVA DE AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS, INCLUSIVE AQUELES DE MATRIZ ORGÂNICA, MELHORAR A SEGURANÇA ALIMENTAR DE SUAS FAMÍLIAS E GERAR

RENDA PARA OS BENEFICIADOS.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	180	280.280,00

111

Programa: 117 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - Ação: 4149 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	119	89.052,00
Central	1.738	673.203,00
Centro Oeste	435	325.526,00
Estadual	0	1.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	198	148.170,00
Mata	277	207.289,00
Noroeste de Minas	119	89.052,00
Norte de Minas	317	237.222,00
Rio Doce	237	177.355,00
Sul de Minas	515	385.392,00
Triângulo	237	177.355,00

112

Programa: 144 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL AGRARIO - Ação: 4451 - APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS OCUPADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	500	100.000,00

113

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - MOBILIZAÇÃO PELO REGISTRO CIVIL

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: DESENVOLVER AÇÕES QUE VISEM À OBTENÇÃO DE CERTIDÕES DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE

POBREZA OU COMPONENTES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS, COMO QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

Produto: DOCUMENTO EMITIDO

Unidade de medida: DOCUMENTO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	10.000,00

114

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Operacionalização dos conselhos vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: DESENVOLVER AÇÕES QUE VIABILIZEM O BOM FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS ESTADUAIS DO IDOSO, DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA, DA MULHER, DOS DIREITOS HUMANOS, DOS

DIREITOS DIFUSOS, DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS ESTADUAIS E O FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS CORRELATOS

Produto: CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: CONSELHO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	496.000,00

115

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS - Ação: 2112 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1.100	216.200,00

116

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS - Ação: 4110 - PROMOÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de finalidade para:

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	2.000	648.981,00

117

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS - Ação: 4132 - PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DIREITOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	12.000	1.707.630,00

118

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS - Ação: 4554 - INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	12.000	71.930,00

119

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS - Ação: 4697 - INDENIZAÇÕES A VÍTIMAS DE TORTURA

Mudança de finalidade para: Pagar indenizações às vítimas de tortura, praticadas por agentes do Estado.

120

Programa: 732 - SEGURANÇA ALIMENTAR - Ação: 1140 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CRESANS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	101.000,00

Área de Resultado: Vida Saudável

121

Programa: 044 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4192 - REDE DE ATENÇÃO AO IDOSO - MAIS VIDA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	12.368.000,00
Centro Oeste	0	0,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	1	3.332.000,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	1	2.606.000,00

Rio Doce	1	7.460.000,00
Sul de Minas	1	2.055.000,00
Triângulo	0	0,00

122

Programa: 044 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4208 - REDE VIVA VIDA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	2	7.574.768,00
Central	4	20.626.893,00
Centro Oeste	3	4.931.101,00
Jequitinhonha / Mucuri	3	6.786.638,00
Mata	6	20.428.035,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	5	8.841.848,00
Rio Doce	1	5.821.357,00
Sul de Minas	3	9.265.539,00
Triângulo	1	1.968.821,00

123

Programa: 044 - REGIONALIZAÇÃO - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4308 - FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRO-HOSP

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	4	4.183.302,00
Central	34	45.557.224,00
Centro Oeste	8	8.265.324,00
Estadual	0	400.000,00

Jequitinhonha / Mucuri	12	8.823.478,00
Mata	22	15.629.182,00
Noroeste de Minas	2	1.996.745,00
Norte de Minas	15	14.437.268,00
Rio Doce	13	11.815.371,00
Sul de Minas	19	16.280.519,00
Triângulo	5	9.515.587,00

124

Programa: 048 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS

Ação: - Implantação, ampliação e melhoria de sistemas de esgotamento sanitário em localidades fora da área de concessão da Copasa

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, viabilizando investimentos em localidades fora da área de concessão da Copasa.

Produto: SISTEMA IMPLANTADO

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Centro Oeste	18	10.000,00

125

Programa: 048 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS - Ação: 4172 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES FORA DA ÁREA DE CONCESSÃO DA COPASA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	7	9.000.000,00
Centro Oeste	4	2.311.174,00
Estadual	5	1.480.000,00
Noroeste de Minas	1	0,00
Triângulo	1	0,00

126

Programa: 048 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS - Ação: 4200 - INSTALAÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS EM RESIDÊNCIAS DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Mudança de finalidade para:

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	20	0,00
Central	136	0,00
Estadual	471	2.844.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	48	0,00
Norte de Minas	22	0,00
Rio Doce	17	100.000,00

127

Programa: 049 - SAÚDE EM CASA

Ação: - ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Prestar acompanhamento nutricional à população, fundamentalmente crianças, adolescentes, gestantes e idosos; garantir a atualização permanente do banco de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, incentivando a contratação de profissionais da área de vigilância nutricional nas equipes de saúde da família e promovendo a qualificação dessas equipes para esse fim; realizar diagnóstico e avaliação do funcionamento do Sisvan no Estado.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	1.000.000,00

128

Programa: 049 - SAÚDE EM CASA - Ação: 1117 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ PLANO DIRETOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	2	195.058,00
Central	5	543.895,00
Centro Oeste	5	543.895,00
Jequitinhonha / Mucuri	9	1.009.012,00

Mata	11	1.241.570,00
Noroeste de Minas	1	78.779,00
Norte de Minas	8	892.733,00
Triângulo	2	195.058,00

129

Programa: 049 - SAÚDE EM CASA - Ação: 1127 - FINANCIAMENTO DE REFORMA, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO PSF

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	17	2.035.750,00
Central	85	10.178.750,00
Centro Oeste	29	3.472.750,00
Estadual	0	300.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	38	4.550.500,00
Mata	51	6.107.250,00
Noroeste de Minas	13	1.556.750,00
Norte de Minas	48	6.248.000,00
Rio Doce	40	4.790.000,00
Sul de Minas	61	7.304.750,00
Triângulo	18	2.155.500,00

130

Programa: 049 - SAÚDE EM CASA - Ação: 4334 - APOIO PROFISSIONAL À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	41	1.891.016,00
Jequitinhonha / Mucuri	146	7.092.396,00
Mata	31	1.395.646,00

Norte de Minas	216	10.559.983,00
Rio Doce	65	3.079.902,00
Sul de Minas	1	49.537,00

131

Programa: 053 - VIDA NO VALE - COPANOR

Ação: - Atendimento a pequenas comunidades

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Abastecimento de água para consumo humano em comunidades de até 200 habitantes com a utilização de soluções técnicas adequadas às aglomerações de baixa densidade populacional.

Produto: SISTEMA IMPLANTADO

Unidade de medida: SISTEMA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	50	530.000,00

132

Programa: 133 - OBRAS PREDIAIS NA REDE FHEMIG - Ação: 1239 - PROJETOS, CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DAS UNIDADES PREDIAIS DA REDE FHEMIG

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	7	17.000.000,00

133

Programa: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO - Ação: 4047 - INCENTIVO A PROJETOS ESPORTIVOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	2	7.223.226,00

134

Programa: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO - Ação: 4115 - PROMOÇÃO DO ESPORTE EDUCACIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	100.000,00
Centro Oeste	0	10.000,00

Programa: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO - Ação: 4270 - PROMOÇÃO DO DESPORTO DE RENDIMENTO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	51.750,00
Central	1	779.000,00
Centro Oeste	1	51.750,00
Estadual	20	430.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	90.563,00
Mata	1	71.156,00
Noroeste de Minas	1	51.750,00
Norte de Minas	1	90.563,00
Rio Doce	1	71.156,00
Sul de Minas	1	71.156,00
Triângulo	1	71.156,00

Programa: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO - Ação: 4330 - PROMOÇÃO DO DESPORTO DE PARTICIPAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	12	277.776,00
Central	0	195.000,00
Centro Oeste	2	292.778,00
Estadual	40	5.862.500,00
Jequitinhonha / Mucuri	12	277.778,00
Mata	12	277.778,00

Noroeste de Minas	12	277.778,00
Norte de Minas	12	277.778,00
Rio Doce	12	277.778,00
Sul de Minas	12	277.778,00
Triângulo	12	277.778,00

137

Programa: 159 - DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO E ENTREGA DE MEDICAMENTOS E IMUNOBIOLOGICOS

Ação: - CONSTRUÇÃO DE FÁBRICA DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO E CONTROLE DE ASMA E DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA - DPOC

Unidade Orçamentária: 2261 - FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS

Finalidade: Elaboração de estudo sobre a viabilidade de implantação de fábrica de medicamentos para tratamento e controle de asma e doença pulmonar obstrutiva crônica - DPOC.

Produto: PROJETO/ESTUDO REALIZADO

Unidade de medida: PROJETO / ESTUDO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	10.000,00

138

Programa: 187 - ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPICA - Ação: 4025 - MANUTENÇÃO DA INFRA ESTRUTURA FÍSICA DA HEMORREDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0,00
Central	1	2.837.697,00
Centro Oeste	0	0,00
Mata	2	476.634,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	1	156.001,00
Sul de Minas	1	100.000,00
Triângulo	1	455.040,00

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO DE IPATINGA

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: IMPLANTAR O HOSPITAL METROPOLITANO DE IPATINGA QUE SERVIRÁ COMO REFERÊNCIA PARA TODA A MACRORREGIÃO

Produto: MUNICÍPIO BENEFICIADO.

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Rio Doce	1	1.000,00

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: - Apoio Técnico e Financeiro à Implantação de Centros de Atenção Psicossocial

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Incentivar técnica e financeiramente os municípios e os consórcios intermunicipais de saúde a implementarem Centros de Atenção Psicossocial - CAPS i -, para atenção à saúde mental infanto-juvenil, e Centros de Atenção Psicossocial - CAPS ad -, para atenção à saúde mental dos usuários de álcool e outras drogas.

Produto: MUNICÍPIO/CONSÓRCIO BENEFICIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	15	900.000,00

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: - Atenção à Saúde das Comunidades Indígenas e Quilombolas

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Estruturar a atenção primária à saúde nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas, garantindo a equidade e a qualidade de acesso dessas populações à saúde.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Centro Oeste	1	83.334,00
Jequitinhonha / Mucuri	6	500.000,00

Mata	1	83.333,00
Norte de Minas	1	83.333,00
Rio Doce	2	166.667,00
Sul de Minas	1	83.333,00

142

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4335 - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Mudança de produto para: HOSPITAL IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	40	20.000.000,00

143

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4336 - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE DIVINÓPOLIS

Mudança de produto para: HOSPITAL IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Centro Oeste	40	20.000.000,00

144

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4337 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JANUÁRIA

Mudança de produto para: HOSPITAL REFORMADO/AMPLIADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Norte de Minas	40	3.351.000,00

145

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4338 - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE JUIZ DE FORA

Mudança de produto para: HOSPITAL REFORMADO/AMPLIADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Mata	70	6.707.000,00

146

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4341 - AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA

Mudança de produto para: HOSPITAL AMPLIADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Mata	70	8.010.000,00

147

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4343 - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE SETE LAGOAS

Mudança de produto para: HOSPITAL IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	40	21.000.000,00

148

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4344 - IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE UBERABA

Mudança de produto para: HOSPITAL IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: % DE EXECUÇÃO FÍSICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Triângulo	40	10.000.000,00

149

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4388 - FORTALECIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	6	4.052.603,00
Central	44	26.690.413,00

Centro Oeste	16	8.706.597,00
Estadual	0	250.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	14	10.205.204,00
Mata	41	20.883.818,00
Noroeste de Minas	1	6.075.092,00
Norte de Minas	14	11.427.402,00
Rio Doce	14	10.729.402,00
Sul de Minas	31	16.424.110,00
Triângulo	9	7.085.716,00

150

Programa: 706 - ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4391 - PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	3	810.250,00
Central	70	28.165.833,00
Centro Oeste	3	810.250,00
Estadual	80	34.025.697,00
Jequitinhonha / Mucuri	3	810.250,00
Mata	3	810.250,00
Noroeste de Minas	3	1.000.000,00
Norte de Minas	3	1.000.000,00
Rio Doce	3	1.010.250,00
Sul de Minas	4	5.630.333,00
Triângulo	5	4.350.417,00

151

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	10	105.265,00
Central	90	947.368,00
Centro Oeste	10	105.263,00
Estadual	0	300.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	10	105.263,00
Mata	10	105.263,00
Noroeste de Minas	10	105.263,00
Norte de Minas	10	105.263,00
Rio Doce	10	105.263,00
Sul de Minas	20	210.526,00
Triângulo	10	105.263,00

 Área de Resultado: Programas Especiais

152

Programa: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Ação: 2002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	6.607.820,00
Estadual	0	600.000,00

153

Programa: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Ação: 2009 - DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	16.997.500,00

Estadual	0	19.614.250,00

154

Programa: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Ação: 2071 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS À SUBSECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	24	90.735,00
Estadual	0	1.000,00

155

Programa: 723 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - Ação: 2117 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	2.543.989,00
Central	13	27.207.900,00
Centro Oeste	2	4.089.632,00
Estadual	4	14.440.283,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	0	14.451.017,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	2	814.503,00
Rio Doce	2	1.607.843,00
Sul de Minas	2	4.964.303,00
Triângulo	0	30.501.282,00

156

Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA - Ação: 4150 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
--------	--------------	------------------

Alto Paranaíba	38.865	154.766,00
Central	796.735	3.172.710,00
Centro Oeste	97.163	386.916,00
Estadual	10	10.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	38.864	154.766,00
Mata	330.354	1.315.514,00
Norte de Minas	58.298	232.150,00
Rio Doce	58.298	232.150,00
Sul de Minas	349.786	1.392.897,00
Triângulo	174.893	696.449,00

157

Programa: 727 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Ação: - ELABORAÇÃO DE PROJETOS VISANDO A AMPLIAÇÃO DO CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI EM DIVINÓPOLIS

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: ELABORAR OS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS PARA AMPLIAR O CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI NO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS

Produto: PROJETO ELABORADO.

Unidade de medida: PROJETO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Centro Oeste	1	10.000,00

158

Programa: 727 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - Ação: 2065 - ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES FÍSICAS DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	24	5.881.700,00
Sul de Minas	1	190.000,00

Programa: 733 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM - Ação: 1167 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	666.665,00
Estadual	0	47.463.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	2	240.000,00
Mata	0	600.000,00
Norte de Minas	1	70.000,00
Rio Doce	0	1.500.000,00
Sul de Minas	0	1.000.000,00

160

Programa: 750 - GERENCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PÚBLICA - Ação: 4498 - CONSULTORIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	3	9.212.851,00
Mata	0	100.000,00

161

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	0	461.477.729,00

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/12/2010

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para fazer as minhas despedidas, uma vez que não estarei nesta Casa, no próximo mandato.

Fui consagrado com 28 anos de mandato. Os eleitores me deram autoridade para discutir vários assuntos no meu Estado. Acredito que somei muito. Da mesma forma como entrei pela porta da frente, saio pela porta da frente, sem nenhuma mácula no meu nome e no meu mandato, porque nunca me envolvi em absolutamente nada de errado.

Ontem estive conversando com alguns Deputados, e um deles me disse que estava preocupado porque o Judiciário iria me perseguir. Srs. Deputados, se eu acreditar nisso, acreditarei que a sentença que recebi do Judiciário no ano passado foi uma encomenda. Não posso acreditar

nisso! Se eu acreditar nisso, acreditarei que o mesmo grupo que me sentenciou poderia ter modificado o resultado das urnas, porque estas não falam a verdade. Elas dizem o que são programadas para dizer. Quero sair daqui com a cabeça erguida, com o sentimento do dever cumprido.

Como disse o pessoal da minha casa hoje, estou parecendo um pintinho no lixo, porque a minha vida desde os 32 anos de idade aconteceu dentro de Parlamentos - Câmara Municipal de Belo Horizonte, esta Casa, Congresso Nacional e novamente esta Casa. Quero dizer que de política ninguém sai; só quando morre. Logo, participarei ativamente, talvez até com maior intensidade que no momento em que estive no Parlamento. Isso porque, na política, quando recebemos para fazer as coisas, todos são jogados no mesmo balaio. Hoje perdemos muito em virtude da vontade da imprensa. Quando entrei na política, era muito difícil negociar algum recurso do governo para pagar a jornais. Hoje, quando a Prefeitura de Belo Horizonte aumenta a verba de R\$4.000.000,00 por ano para R\$32.000.000,00, não faz isso para beneficiar o povo. Quando o Estado destina quase R\$600.000.000,00 para bancar publicidade institucional, obviamente isso não trará benefício para a saúde nem para a educação.

Gostaria de dizer que sairei da mesma forma como entrei, sem nenhum sentimento de perda; muito pelo contrário, para mim será uma vida nova, e penso que isso é importante para o Parlamento. Não nasci aqui; obviamente não morreria aqui. Quero estar atento. Continuarei honrando esta Casa como sempre o fiz durante os cinco mandatos que exerci aqui. Deixo um forte abraço para todos. Desejo-lhes um feliz Natal, um próspero Ano-Novo e um feliz mandato.

Penso que a minha presença não seria mesmo muito benéfica aqui. Outro dia assustei-me, ao ler um jornal da nossa Capital, quando vi, estampada na primeira página, uma entrevista com um traficante de uma favela local. O traficante disse: "Nós estamos preparados para nos defender dos bandidos do Rio de Janeiro. Eles não entrarão aqui, a não ser que tenham muito dinheiro e muitas armas para negociarem". No mesmo jornal, outro dia, vimos que os apartamentos da Vila São José foram invadidos por traficantes. Realmente este não era lugar para o Irani. Muito obrigado a todos os senhores.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Irani, neste momento gostaria de demonstrar um sentimento muito profundo que tenho por V. Exa. já há muito tempo e enaltecer sua figura não apenas pelo discernimento das coisas públicas, mas também pela coragem, que sempre foi sua marca. Sua coragem para falar e para realizar com determinação é incomum entre nós. V. Exa. tem um diferencial: não tem "papas na língua", fala o que vem do coração sem medo.

Entendemos muito bem sua posição porque também somos seu colega de derrota eleitoral. Sabemos como é difícil fazer política hoje; é muito complicado. Se não houver esquema, não levamos adiante nossos propósitos. Por isso devemos elogiar todos os que foram eleitos, pois conseguiram superar essa dificuldade, que é imensa e terrível na Pátria brasileira.

Receba meu cumprimento, meu abraço de amigo e companheiro, que com você conviveu ao longo de muitos anos em nosso velho MDB, no PMDB e no PL. Estivemos juntos ao longo deste tempo, em tantas lutas, desde o governo Tancredo Neves. Conte comigo quando e onde quiser, pois sou seu amigo, companheiro e o admiro muito. Um abraço.

O Deputado Irani Barbosa* - Fomos companheiros até mesmo em Brasília.

A vida não é o Parlamento; ela acontece lá fora. Às vezes, o Parlamento nos distancia da realidade e até da família. Não há males que não venham para que coisas melhores aconteçam. Talvez, eu, com 60 anos, recomece do lado de fora. Talvez interfira mais na política do que podemos interferir hoje nesta Casa, que sentimos que não é mais aquele Parlamento que conhecemos em nosso tempo.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Trago meu abraço, meu carinho e minha admiração. V. Exa. nos ajudou como Deputado Federal, e fomos contemporâneos no PMDB. São 28 anos de vida pública, e isso não é para qualquer um. É um sinal que uma construção foi feita como um todo nesse período. Como V. Exa. já disse: "É um sentimento de dever cumprido". Entretanto, como só largamos isso, quando morremos, continuaremos com ou sem mandato trabalhando em prol de Minas, das nossas cidades e da Nação. Parabéns pela sua caminhada.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Wander Borges.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Irani, ouço V. Exa. falar e tenho a tranquilidade de saber que isso não é uma despedida, mas apenas um momento. Estamos aqui há 12 anos e, logo que aqui entramos, tivemos a oportunidade de conversar com V. Exa. Ouvimos seu posicionamento e conhecemos sua maneira franca de olhar nos olhos, V. Exa. é realmente um homem que aprendi a admirar.

Creio que posso dizer que tenho a sua amizade, pois a minha V. Exa. a tem há muito tempo. Não só a minha, mas também a de minha esposa, Lais, de minha filha Laisinha, de Luísa, Lara e até de meu neto, que hoje tem três anos. V. Exa. é um homem de quem temos a alegria de sermos amigos. V. Exa. plantou muito bem sua semente, cuidou muito bem de seus amigos e sabe ter a amizade e a lealdade no coração. Às vezes, compra brigas que nem são suas, mas realmente luta para combater as injustiças. Topa entrar em briga sem ser chamado porque sabe que algum lado está injustiçado. Tenho uma profunda admiração por V. Exa., pela maneira como conduz sua vida e trata seus amigos. E me incluo entre eles. Considerando que isso não seja uma despedida, quero ter a oportunidade de conviver cada vez mais com V. Exa. e sua família.

Há também a alegria de V. Exa. ter plantado sementes que germinaram em muitos lugares. Um exemplo é seu filho, aquele belo rapaz, grande Vereador, que tem seguido os seus passos, talvez de uma maneira até melhor.

Irani, quero continuar sendo seu amigo, mais a cada dia. Toda a minha família defende V. Exa. Tenho a certeza de que em algum dia e em algum lugar poderei retribuir tudo aquilo que fez por mim.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado Arlen Santiago, o que fazemos na vida é com convicção. Aprendi que, se podemos, temos de ajudar as pessoas nos momentos difíceis e não importa se haverá retribuição. Tenho um carinho muito grande por V. Exa. Sinto que também é um homem atrevido, dinâmico e persistente. Isso não faz bem ao poder em Minas Gerais. Tanto é que V. Exa. começou a tomar algumas chicotadas um dia desses porque pôs as "manguinhas de fora" e não aceitou o jogo do sistema. Isso é assim mesmo. Vale a pena continuar. Essa coragem que adquirimos na vida obviamente não vem do poder, mas sim da formação que tivemos - e ela continuou na vida comum. Da mesma maneira que vim ao poder, saio dele de cabeça erguida. Mantenho a minha coragem do mesmo jeito - aliás, mantenho-me talvez mais na atividade política fora do Parlamento do que dentro. Deputado Arlen Santiago, muito obrigado. Pode ter certeza de que V. Exa. compartilha da minha amizade, do meu carinho e respeito, pois sei da sua luta e garra. É óbvio que V. Exa. incomoda também seriamente algumas pessoas.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Na pessoa do Deputado Walter Tosta, em meu nome e do PMN, queria dizer-lhe que, como está fazendo uma despedida, V. Exa. sabe melhor do que qualquer pessoa neste Plenário o que ocorreu nestes seus 28 anos de vida pública, dos feitos, das realizações e de tudo de bom que ocorreu no seu trabalho. Na verdade, é inegável a qualidade de combativo e independente. V. Exa. é muito rico na sua persistência. Se não fomos persistentes, nem acreditarmos naquilo que desejamos fazer, não construímos nada.

Portanto, pela sua história política e pela fama, as quais deixa - e bem sei que elas não estão terminando - construídas até a presente data, receba os elogios e o reconhecimento do PMN na pessoa do nosso Presidente Walter Tosta e do seu amigo Duarte Bechir.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. É muito importante ter amigos como V. Exa. e que entraram para este Parlamento também com aquela inocência dos que querem mudar as coisas. No entanto, infelizmente o nosso Parlamento atualmente não é esta Casa. Nada mais é decidido aqui dentro, mas num outro Poder, numa outra esfera onde funcionam outras coisas que não é aquela liberdade que pensávamos que poderia haver num parlamento. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Caro Deputado Irani Barbosa, queria, neste momento, trazer-lhe o meu abraço como amigo e companheiro de tantos anos. Convivemos juntos e passamos por momentos importantes nesta Casa, assim como de amizade. Se V. Exa. está deixando esta Casa, pode ter certeza de que a marca que aqui deixou foi da amizade e da lealdade. Está-se despedindo momentaneamente deste Parlamento um ex-Vereador de Belo Horizonte, um Deputado Estadual por vários mandatos e um Deputado Federal, que, sem dúvida nenhuma, escreveu o seu nome na história deste Estado, aliás, uma história diferente de muitas outras. Há pessoas que por aqui passam, mas nem mais nos lembramos delas depois de algum tempo. V. Exa. deixará uma marca profunda e indelével. Todos se lembrarão da sua atuação de coração, lealdade e amizade. Queria deixar-lhe essa impressão. Tenho a honra de ter convivido com V. Exa. e de chamá-lo de amigo e companheiro. Receba em particular o nosso abraço. Que Deus o acompanhe e proteja, juntamente com Gracinha e os seus filhos, para que V. Exa. conquiste novos terrenos e uma nova vida.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. sempre foi um grande amigo e companheiro nesta Casa e pode ter certeza de que um Deputado valoroso.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)* - Primeiramente quero dizer que V. Exa. é representado, nesta Casa, por oito Deputados, oito amigos e companheiros. Nós, do PMDB, continuamos aqui, onde V. Exa. plantou uma semente muito grande de amizade, de companheirismo. Queria dizer o que canta Milton Nascimento: "amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração". V. Exa. será sempre nosso amigo e companheiro. O nosso mandato é o seu mandato; foi isso que V. Exa. fez por Minas. Tenho certeza de que V. Exa., juntamente com a Gracinha, continuará fazendo diferença na política de Minas, pela sua coragem, lealdade e vontade de transformar a política em coisa boa. Foi uma honra ser aprendiz de V. Exa. por todos esses anos; V. Exa. sempre foi o mestre da política de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa* - Muito obrigado, Deputado Adalclever Lopes. Tenha certeza de que V. Exa. tem em mim um amigo e um respeito muito grande. V. Exa. é um camarada lutador, também perseverante, obviamente bem jeitoso para lidar com este Parlamento e com o poder. É uma honra muito grande ter sido seu companheiro. Tenha certeza de que lhe devo muitos favores que dinheiro não paga, V. Exa. sabe muito bem. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Caro Deputado Irani Barbosa, na verdade não assisti à íntegra de seu pronunciamento porque estava participando de reuniões e de uma entrevista para a imprensa. Mas não poderia deixar de fazer aqui o registro do profundo vácuo que sua ausência deixará na próxima legislatura. A marca de sua atuação parlamentar é a coragem, o destemor, a desvinculação; a recusa ao cabresto e ao mandonismo e a negativa da subjugação do Poder que V. Exa. representou por tantos anos. Nessa quadra da vida política nacional em que os Legislativos se atrofiaram diante de Executivos hipertrofiados - em Minas Gerais esse quadro se pinta ainda com tintas mais fortes. Até já sugeri mudarmos o nome da Assembleia para Assembleia Homologativa, já que ela só faz homologar as vontades de um Executivo hipertrofiado -, o seu destemor, a sua coragem e o seu sentido de independência farão muita falta.

Mas se sua presença física não se fará tão frequente a partir do início do próximo ano, seu exemplo fica aqui marcado. Sua participação em outra instância da política e marcadamente na instância do nosso partido, será como um lume a nos guiar. Independentemente de V. Exa. se posicionar em matérias de forma correta ou errada na visão de quem quer que seja, V. Exa. sempre o fez com coragem e com o melhor de seus esforços. Saiba que V. Exa. deixará um vácuo neste seu amigo, se me permite tratá-lo assim, e neste seu admirador. Fará falta o Deputado Irani Barbosa na Casa Legislativa do povo de Minas. Vá com Deus, que continuaremos juntos.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Tenha certeza de que a vida não encerra. Eu definiria essa clareza nos posicionamentos talvez não como um posicionamento ideológico ou idealista, mas mais como um posicionamento anarquista, porque o poder sempre incomoda. Vemos grupos que se beneficiam do poder, que se enriquecem, locupletam-se e tentam escravizar, principalmente os que formam a grande horda de zumbis tocados pelo poder maior no silêncio, na quietude, na covardia e no anonimato. Esse é o pior do ser humano. Prefiro ser o que sou, continuar independente com ou sem poder, não faz diferença. Tenha certeza que V. Exa. também tem em mim um amigo; e continuaremos amigos por muitos anos. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Irani Barbosa, desejo a V. Exa. muito sucesso, pois sabemos que ficará próximo da política e orientando seu filho, que vem seguindo seus passos. Uma coisa que sempre admirei em V. Exa. é enfrentar e expor sua posição. Às vezes não concordamos, mas sabemos que está falando o que sente e que não guarda o que pensa. V. Exa. é alguém que podemos enfrentar frente a frente, pois sabemos que se posiciona.

Hoje é um dia marcado pela sua despedida, pois Minas Gerais sofre um grande golpe, perdendo a Fiat, da qual V. Exa. sempre foi defensor. Uma empresa tão importante e que fará uma nova fábrica no Brasil. Em Brasília, à noite e às escondidas, após tudo acertado para que a Fiat continuasse em Minas Gerais, o Presidente Lula levou-a para Pernambuco. Essa é uma grande derrota para Minas Gerais, pois muitos empregos seriam gerados. Deputado Irani Barbosa, sei que V. Exa. sempre fez essa defesa no seu trabalho parlamentar, mas Minas Gerais sofre esse golpe. Tanto ouvimos dizer que a nova Presidente é mineira, e agora Minas perde investimento, empregos e recursos. Parece que, neste dia em que V. Exa. está se despedindo de nós - não da vida pública -, acontece isso que atinge a todos os mineiros e a V. Exa., um grande defensor do nosso Estado. Felicidades. Sabemos que V. Exa. estará sempre próximo, algumas vezes vindo contestar posições nossas, mas sempre com a sinceridade, uma marca que admiro.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado. Como jogador, V. Exa. sabe que sempre joguei pesado, mas joguei limpo e de frente. Nem sempre o que pensamos é o certo, mas a vida nos ensina que devemos ser claros. Seja bravo ou o que for, mas jogue de frente, não é preciso fazer jogo pelas costas. Isso é muito comum em Minas Gerais, a terra da conspiração, mas não sou mineiro nesse aspecto. Sou muito diferente, muito transparente e franco. Bravo às vezes, mas como qualquer ser humano. Obrigado.

O Deputado Agostinho Patrus Filho (em aparte)* - Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras dos Deputados João Leite e Irani Barbosa e gostaria de fazer alguns esclarecimentos a respeito da Fiat Automóveis. A Fiat se fortalece e faz em Minas e no Brasil o maior investimento de toda sua história. De 2014 a 2019, investirá no Brasil cerca de R\$10.000.000.000,00, o que trará a Minas Gerais R\$7.000.000.000,00. Cerca de R\$2.500.000.000,00 a R\$3.000.000.000,00 serão usados em uma nova filial da empresa em Pernambuco. O fortalecimento da Fiat no Brasil é importante para Minas Gerais. Quanto mais forte ela estiver, melhor para Minas. Portanto, não vejo como problema os investimentos fora de Minas. A GM fez investimentos no Sul, a Ford fez investimentos na Bahia. Os mercados vão sendo ocupados, e é importante a distribuição no extenso território brasileiro dos diversos investimentos na área automobilística. Portanto, esse investimento de mais de R\$7.000.000.000,00 em Minas, o maior de sua história, fortalece a empresa e Minas, pois, de todas as montadoras, a Fiat é a mais mineira.

Quero aproveitar a oportunidade para saudar o Deputado Irani Barbosa, companheiro nesta Casa - também do meu pai, por várias legislaturas

-, por seu desempenho e pela forma correta e transparente com que pautou o seu trabalho na Assembleia de Minas e na Câmara Federal. É um Deputado único no Parlamento mineiro e, sem dúvida, vai deixar uma grande lacuna nesta Casa, por seus pronunciamentos em que chama atenção para assuntos importantes, que precisam ser sempre debatidos. Tenha certeza, Deputado Irani Barbosa, de que seus ensinamentos e sua trajetória servirão de exemplo para os novos Deputados que aqui chegam e para os que chegaram na atual legislatura e que têm em V. Exa. e em seus inúmeros mandatos um parâmetro de como conduzir a vida pública e como dar continuidade a uma carreira de tanto sucesso. Também desejo ainda mais sucesso a seu filho, Iran, uma revelação da política mineira como Vereador na Câmara de Belo Horizonte, onde em primeiro mandato já se destaca, trazendo à baila, como seu pai, temas muitas vezes polêmicos e evitados por outros parlamentares, mas que são fundamentais na discussão do dia a dia do Parlamento mineiro.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, padrinhozinho. V. Exa é muito competente e também um grande companheiro.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Irani Barbosa, homem brigão de Venda Nova; homem que chegou no Parlamento para mostrar que Venda Nova existia e que essa região da cidade precisava ter um representante. O Deputado Irani Barbosa fez por Venda Nova o que poucos fizeram até hoje, embora afirmem que fizeram. Acho que todos já disseram isso, mas o Deputado Irani Barbosa - meu amigo, companheiro, confidente, meu irmão - fará falta. É um caboclo que sabe chegar, permanecer e agradar em todas as rodas desta Casa, em todos os segmentos, com todos os colegas. O Deputado Irani Barbosa nunca foi um espalha-bolinho, como outros aqui. O Parlamento mineiro sentirá sua falta; sentirá falta de seu jeito doido de chegar, de mostrar e falar a verdade. O Deputado Irani Barbosa saiu de uma Câmara Municipal, veio para a Assembleia e foi para Brasília, onde marcou sua presença com realizações, mas voltou para cá, porque o povo pediu. Para mim, os que dizem que o Irani vai deixar a política estão enganados. Nunca a deixará; isso é momentâneo. Mas Irani Barbosa já preparou isso. Os mais chegados sabemos que V. Exa. já quis parar na eleição passada. Acho que isso tinha que ter sido explicado, como fez o Deputado Adalclever. Ora, quantas vezes V. Exa. disse que não lidaria com isso mais, que havia parado e que colocaria em seu lugar um menino muito melhor do que V. Exa.? Posso dizer que vi nascer e crescer esse menino, que está trabalhando e fazendo bonito. É um menino muito melhor do que o pai, porque juntou a esperteza, a qualificação e a palavra cumprida que tem o pai com todo o trabalho que tem a mãe. V. Exa. hoje se afasta um pouquinho do Parlamento, mas ficará sempre em cima. Terá nesta Casa amigos que estarão do seu lado quando precisar; V. Exa. nunca estará sozinho. O Irani Barbosa é uma pessoa que, onde estiver, sempre terá a seu lado companheiros e amigos, que gostam de conviver com ele, que gostam do seu jeito e o respeitam. O Deputado Irani Barbosa se afasta da política, mas nos deixa o Iranzinho. Repetirei mais uma vez: Iranzinho é muito melhor que V. Exa. O Iran será a grande revelação da política neste ano, como já está sendo, e nos próximos anos. Iranzinho sabe fazer política, pois nasceu no meio dela e, acima de tudo, viu com o pai que palavra que é dada deve ser cumprida, compromisso que é feito deve ser cumprido. Além disso, é uma pessoa que tem gratidão. Hoje V. Exa. deixa a Assembleia e amigos dentro deste Parlamento. Tenho certeza de que daqui a quatro anos, se cismar, V. Exa. disputará a eleição e estará aqui de volta, pois tem capacidade e amigos para isso, além de eleitores fiéis.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado, não conheço nenhum programador, então é difícil voltar a esta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - O problema não é um bom programador, mas uma boa campanha política, e V. Exa. sabe fazer campanha. Quando se sabe fazer, se faz. V. Exa. e a Gracinha tenham o meu abraço, a minha gratidão, o meu companheirismo. Pode ter certeza absoluta: foi muito bom conviver com V. Exa. desde a primeira hora. Há 25 anos, na Rádio Capital, levava-o a meu programa e lhe perguntava: "Vereador, o senhor não acha que Vereador ganha muito?". Então escutava: "Por isso é que o senhor quer ir para lá, não é mesmo?". Parabéns.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado, pode ter certeza de que o senhor será um grande companheiro, principalmente porque puxa o saco e está tendo essa oportunidade.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte) - Para o amigo de verdade e colega Deputado Irani Barbosa, graças a Deus temos uma amizade que dura cerca de 28 anos, que é do tempo do Tancredo Neves ou do Itamar Franco como Senador. Quero dizer com isso que a nossa amizade é atemporal, não depende de tempestade ou de bonança. É uma amizade com V. Exa. e a Gracinha, por quem tenho grande apreço. Quando começamos e marchamos juntos como Vereadores, lembro-me de que já lutava por Venda Nova, que era prioridade em seu trabalho. Falarei uma coisa que não sei se a imprensa aproveitará de forma negativa, usarei como figura de linguagem para falar de meu apreço por sua pessoa. Costumo dizer que V. Exa. é como uma cascavel, mas uma cascavel honesta. Essa é uma cobra honesta, avisa antes de atacar, pois tem um guizo para isso. Você, Deputado Irani - desculpe-me não o chamar de V. Exa., pois abomino esse negócio. Quem, como ser humano, é excelência neste mundo? Ninguém, apenas Jesus Cristo foi a excelência. O Parlamento mineiro perderá, pelo menos nos próximos anos, um Deputado corajoso, que não tem papas na língua. Irani Barbosa nunca se amedrontou ou se acovardou diante de qualquer situação. Nem mesmo diante de Governadores, Deputados, Delegados ou Juizes. Como o conheço há 28 anos e o acompanho, a Gracinha e sua família, talvez essa seja uma das despedidas mais difíceis. Para mim isso não é despedida, mas apenas uma pausa que só Deus sabe. Deputado Irani, fico emocionado por causa da nossa amizade, de como conheço você e a Gracinha. Vocês trouxeram grande contribuição para o Estado de Minas, não apenas para Venda Nova. Quero dizer que, na pessoa do Deputado Antônio Genaro, você tem um amigo para todas as horas. Não é amigo apenas para um momento, mas para todas as horas. A qualquer momento estou à disposição. Tenho a impressão de que V. Exa. ainda volta para cá. Só Deus sabe disso, porque o futuro está nas mãos. Que Deus, então, o abençoe e guie iluminando seus pensamentos e a Gracinha. Não quero fazer pausa na nossa amizade porque amizade não tem pausa, será para sempre. Conte comigo.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Antônio Genaro. Pode ter a certeza de que a amizade continuará sólida pela vida inteira. Essa questão de ser político ou não, quero dizer que a política só deixa o sangue quando morre. Acho que hoje, com o advento da internet, está muito mais fácil, às vezes, fazer política sentado em um cantinho e colocando o que se sabe para que todos realmente tomem conhecimento do que acontece. Acho que Minas precisa de alguém que dirija os bastidores. Sobre tudo que pode ser falado, vemos que a imprensa recebe muito para isso, muito dinheiro, e acho que podemos contribuir com isso falando um pouco com mais liberdade, pois não estarei participando nem do Parlamento nem do governo. Acho que teremos mais liberdade para contar as histórias, documentá-las e exibi-las para todos os mineiros e brasileiros, se Deus quiser. Que Deus continue a proteger V. Exa. Tenha certeza de que V. Exa. é um dos grandes amigos que respeitamos e de que essa é uma das grandes amizades sólidas que temos na vida. Deus o abençoe. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar o ilustre Deputado. Estava aguardando os outros colegas Deputados se pronunciarem e percebi que, na fala do Deputado Sávio Souza Cruz, me identifiquei muito mais com as suas palavras. O nobre Deputado teve a oportunidade de dizer que, pela sua origem rude - e aí talvez haja algumas coisas que nos identifiquem - e franqueza e por termos esse perfil, possuímos uma capacidade muito maior de enfrentar e também encontrar obstáculos pela frente. Não os contornamos muito, porque falamos de peito aberto. Na política, logo quando chegamos, as pessoas - e utilizarei uma linguagem mais nossa -, os mais velhacos, aqueles mais espertos para driblar os obstáculos fazem disso o dia a dia, uma rotina. Contudo, não damos conta de fazer isso, até pelo caráter, personalidade, formação e adversidades enfrentadas ao longo de muito tempo. Não nos permitem, após posse e no exercício do mandato, ter uma nova postura, uma nova personalidade. Não damos conta de fazer esse tipo de pessoa. Também sou assim, e o Deputado sabe disso. Assim encontramos muito mais obstáculos, mas é a característica. Talvez o Deputado Sávio Souza Cruz tenha tido a maior felicidade de não aceitar o cabresto, de não ser submisso, de não aceitar imposições. Ontem mesmo, ao ocupar essa tribuna durante a discussão de uma matéria, disse que a minha maior decepção, em 12 anos sendo Deputado e convivendo com V. Exa., foi não ter a independência de que todos nós gostaríamos. É óbvio que brigamos muito mais por isso, até pelo perfil que temos. Brigamos todos os dias, a todo minuto, em qualquer instante, porque não aceitamos as formas colocadas. Quero fazer este registro. Nunca tivemos uma proximidade maior, mas não poderia deixar de fazer este registro, até porque, quando percebemos que naquela outra pessoa há características que se identificam com as suas, seria de bom alvitre chegar aqui e dizer isso. E isso incomoda muita gente, mas é a marca que temos e deve ser ressaltada.

Se V. Exa. perceber, verá que a maioria dos Deputados que ocuparam a tribuna para apartear-lo ressaltou... Muitas vezes, utilizaram outras

palavras que talvez não gostemos de usar. Muitas vezes, o português é mais claro e objetivo. Alguns se sentem doloridos e incomodados de falar um português mais aberto. Não é o seu perfil nem o meu, e acho que deveria ser exaltada e registrada sua passagem por esta Casa. Convivemos aqui por 12 anos e nos respeitamos. Tivemos divergências, mas o respeito se manteve. Cumprimento V. Exa. especialmente pela marca da sua personalidade em não aceitar imposição. No dia em que o parlamentar que ocupa a Presidência, não os demais, adotar esse tipo de postura, o Poder Legislativo retomar a sua origem de Poder independente. Infelizmente, há muito tempo, não vemos isso no Legislativo. Quero cumprimentá-lo e desejar-lhe muita luz e paz em sua vida.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Sobre o que V. Exa. disse em relação a sua identificação comigo, realmente, todos os dias, V. Exa. terá de provar que é competente. A cada dia do seu mandato terá de provar que não é o sargento da Rotam que está aqui, é um parlamentar que entende, luta e acredita no que faz, pois não fazemos parte da elite, a forjadora do atual sistema parlamentar em nosso país. Tenha certeza disso. V. Exa. tem o meu apoio, admiração e respeito. Pode ter certeza de que é competente. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Ilustre Deputado Irani Barbosa, como disse ontem na despedida do nosso Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, talvez as minhas palavras reflitam o sentimento de todos os colegas novatos que estão encerrando o primeiro mandato. O nosso sentimento é que convivemos durante quatro anos com um lutador. O Deputado Irani Barbosa é um lutador. Termina neste momento uma batalha, como disse o Deputado Antônio Genaro - temos certeza disso -, mas um lutador nunca encerra a guerra. V. Exa. é um lutador. Conhecendo-o como o conhecemos, sabemos que seguirá lutando.

Deputado Irani Barbosa, quero dizer que para nós, novatos, a sua presença neste Parlamento foi um ensinamento. Todos temos nossas virtudes e defeitos. Cabe a cada um aprender com os companheiros. Tenha certeza de que a sua presença foi um aprendizado para nós. V. Exa. seguirá o seu caminho, mas levará a saudade de muitos companheiros que ficam e que talvez não tenham a coragem que teve quando esteve neste Parlamento. Parabéns, Deputado Irani Barbosa. Vá com Deus e felicidades.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado Lafayette de Andrada, V. Exa. vem de uma família, como dissemos, que já tinha um líder quando os portugueses chegaram aqui. Quero dizer que também fiquei preocupado com V. Exa., mas obviamente é o mesmo caso do Deputado Arlen Santiago, que tentou colocar as manguinhas de fora, mas apareceram com alguma coisa para lhes dar uma porretada. Fui votado em cidades com o seu pai, que, como eu, não é comprador de votos. Porém, quando alguém quer arrumar algo para a cabeça de outrem, tenha certeza de que neste Estado é muito fácil. Tenho respeito por V. Exa., por sua família, por seu pai, por seu tio, que também foi meu companheiro nesta Casa, um grande homem, respeitador e valente, dentro de suas características, com a sabedoria que têm os Andradas. Pode ter certeza de que estarão presentes e terão o respeito de toda a população mineira. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Irani Barbosa, também aproveito este momento para parabenizar a sua postura nos Legislativos Municipal e Estadual. Com toda certeza, V. Exa. ensinou a muitos Deputados. Alguns estão neste mandato, outros já saíram e outros ainda não quiseram mais concorrer nas eleições. Sem dúvida V. Exa. ensinou, com autoridade, poder e sabedoria, como agir na Casa Legislativa, embora às vezes não tenha sido compreendido.

V. Exa. já falou do seu jeito combativo e determinado, às vezes não entendido. Não tem medo de enfrentar ninguém. Lembro aqui o regimentalista, que ajudou muito nas comissões e nas articulações. Portanto, quero parabenizar V. Exa. por toda a contribuição que deu ao Estado. E, na sua pessoa, quero cumprimentar toda a sua assessoria, competente, amiga, que, com toda certeza, ajudou-o durante esses mandatos na Assembleia Legislativa. Parabenizo-o também pelo muito que levou para as cidades que lhe confiaram o voto: mais cidadania, segurança, saúde e infraestrutura. Acredito, por seu estilo, que continuará a fazer seu trabalho, apesar de não ter o mandato. V. Exa. é um homem trabalhador e dedicado. Independentemente de estar nesta Casa, continuará lutando pelos que lhe confiaram o voto e que não o perderam. V. Exa., com toda certeza, continuará a trabalhar para garantir cidadania a essas pessoas.

Peço a Deus que lhe dê muita saúde, sabedoria e discernimento, juntamente a sua esposa e seu filho, que certamente está seguindo seu rastro. Ele já mostrou isso na Câmara Municipal. Para mim, foi uma alegria muito grande, nesses oito anos, estar a seu lado, aprendendo. Como já disse ontem ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, às vezes até o seu silêncio nos faz parar para refletir: por que não tomamos aquela decisão como o Deputado Irani Barbosa? Às vezes, ficamos em dúvida e não somos bem interpretados, mas vimos aqui a sua luta, defendendo a vida, a cidadania e projetos sociais, cobrando políticas públicas do governo, sempre, como disse o Deputado Antônio Genaro, sem medo de discutir com o Executivo, com o Judiciário, com o Ministério Público e com os parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados.

V. Exa. está de parabéns. Desejo-lhe toda a sorte. Até breve, pois acredito que V. Exa. retornará a esta Casa. Muito obrigado por sua amizade.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado Célio Moreira. Pode ter certeza de que, como V. Exa. disse, a vida inteira nos pautamos por isso. Opinião é opinião. Nunca me vendi nem cedi favores para obter benefícios. Sou de um tempo em que Parlamento era Parlamento. Escolhíamos quem seria o Presidente, os Secretários, os suplentes de Secretários, o Vice-Presidente e tudo o mais. A partir do momento em que o Parlamento aceita indicação, ele perde sua essência, ou seja, deixa de ser Parlamento. Vimos isso na Câmara de Belo Horizonte, onde já enfrentamos lutas memoráveis para eleger Presidentes. Quando aceitamos a indicação, quando o Presidente simplesmente é ungido, obviamente o Parlamento não prestará para nada, ficará muito falho. Obrigado, Deputado Célio Moreira.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Irani Barbosa, já estava aqui para lhe prestar minhas homenagens e fui incumbido pelo Líder de nossa Bancada, Deputado Elmiro Nascimento, de falar em nome dela. Portanto, falo em meu nome, no do Deputado Gustavo Corrêa e no do Deputado Elmiro Nascimento, que já havia passado por aqui e tinha sido seu colega. Voltou há oito anos. Tive a oportunidade de ser seu colega durante esses últimos oito anos e, assim como disse o Deputado Lafayette de Andrada, no pronunciamento de despedida do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, aprendi com os colegas mais experientes da Casa. Cometi inúmeros equívocos e erros, frutos de minha inexperiência e juventude, mas gostaria de dividir meus acertos e vitórias com aqueles que me ensinaram a caminhar pelos corredores desta Casa. O Presidente Alberto Pinto Coelho é uma dessas pessoas, e V. Exa., outra, principalmente por sua coragem e pela forma franca com que conduz e leva à frente suas bandeiras.

Portanto, queria prestar aqui minhas homenagens e dizer que este Parlamento, nos próximos anos, sentirá falta de sua presença. Tenho certeza de que esse será apenas um lapso temporal, pois, daqui a quatro anos, teremos a sua volta a este Plenário ou a vinda de seu filho, que carregará, com muito brilhantismo, como já faz na Câmara Municipal de Belo Horizonte, suas melhores qualidades e maiores virtudes.

Fica um até breve em meu nome e no de nosso DEM. Tenho certeza de que ainda nos encontraremos nesses próximos anos, defendendo, acima de tudo, os interesses do povo de Minas. Parabéns pela sua história e pela sua vida pública.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Deputado. Fui companheiro do seu pai na época em que trabalhava como assessor do PMDB. Ele foi um grande político da sua época. V. Exa. se destaca e continua o que ele começou. Pode ter a certeza de que o País precisa desses meninos, mas com menos submissão, com mais garra, com mais tenacidade e talvez com mais independência. O poder embriaga. Às vezes as pessoas pensam que esta Casa é o paraíso, onde poderão locupletar-se e fazer grandes coisas. Tudo é momentâneo. O poder passa, não se leva nada daqui. As pessoas que querem sobreviver têm de continuar com suas atividades, da mesma forma como fizemos, do lado de fora deste

Parlamento. Assim, quando o deixarem, não ficarão com sentimento de perda. Saio daqui como um pintinho no lixo. Começarei vida nova, com o gás todo. Podem ter certeza de que, com a internet, estaremos muito próximos da política e desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte) - Deputado Irani, falo em meu nome e em nome de minha família. Meu pai foi seu colega na Câmara dos Deputados. Minha mãe teve maior convivência com V. Exa. - de quem obteve grandes ensinamentos -, assim como com sua esposa, Gracinha, e com o Iran.

Dirijo-me a V. Exa. fazendo minhas as palavras do Deputado Gustavo Valadares. Nós, Deputados de primeiro mandato - V. Exa. também já passou por isso no seu roubo de juventude em 1982, quando se elegeu Vereador e meu pai, Deputado Federal, pelo antigo MDB, hoje PMDB -, sabemos que o maior ensinamento que obtemos se dá pelos erros que cometemos, no Parlamento ou na vida particular. Temos de aprender com os mais experientes.

Quando entrei neste Parlamento, minha mãe, sua colega, dizia o seguinte: "Sairei do Parlamento, mas não da política". Se alguma virtude tenho, aprendi com ela e com os ensinamentos obtidos por intermédio dela, fora do mandato. Muitas pessoas estão se despedindo de V. Exa., que, acredito, não abandonará a política, que não é representada apenas pelo mandato, mas pela participação e cidadania. Tenho em mente que V. Exa. não abandonará a política, já que assumiu mandatos nos três níveis: municipal, estadual e federal.

O maior ensinamento que guardo deste primeiro mandato é o aprendizado da característica de cada colega desta Casa. V. Exa. guarda uma dessas características, que marcou muito a minha mãe, que conviveu muito com V. Exa. Refiro-me à maior de todas: a sinceridade. Mesmo quando estivemos em posições divergentes, V. Exa. jamais deixou de me dizer a verdade, fosse para o sim, fosse para o não, mesmo que me machucasse.

Como a Deputada Maria Olívia dizia, fale e encare os fatos. Eis o meu respeito, e não um até breve, pois continuaremos convivendo com V. Exa. e com sua família. Tenha a certeza de que a política é um permanente contato. V. Exa. nos deixou o Iran. Há espaço para V. Exa., para o Iran e para toda a família participarem ativamente das políticas federal, estadual e municipal. Conhecimento e inteligência V. Exa. os possui, o que não é questão de mandato, mas de pessoa.

Expresso-lhe a minha compreensão, deixo-lhe o meu abraço amigo e o da sua amiga Maria Olívia, principalmente pela sinceridade com que V. Exa. sempre se conduziu diante de seus colegas.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado, Tiaguinho. Seu pai e sua mãe foram, ou melhor, são dois grandes amigos. Tenho por V. Exa. também o maior carinho em razão de suas características. Nunca tive papas na língua para falar as coisas. Quando tenho vontade, falo mesmo, seja contra quem for, seja o que for. Isso ficará em mim, nasci assim e não mudarei minha personalidade. Não foi o Parlamento que forjou isso em mim, pode ter certeza, foi a vida.

Tenho grande respeito e admiração por V. Exa. V. Exa. tem a mesma característica de seu pai, aproveite-a bem, porque V. Exa. é uma pessoa bem-informada, que sabe das coisas e pode ser muito mais útil do que é o Parlamento. Muito obrigado e felicidades.

Sr. Presidente, muito obrigado. Gostaria de me despedir dizendo que estaremos presentes na política, não desta tribuna, mas certamente vamos conviver com todos. Muito obrigado, feliz Natal a todos e boas festas.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Deputado Irani Barbosa, sabedoria e coragem foi sua marca, vamos continuar. Deus o abençoe!

*** - Sem revisão do orador.**

O Deputado Ruy Muniz - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, nesta semana vários Deputados, vários colegas estão se despedindo, e eu não poderia deixar também de me despedir. Quero, com muita alegria, cumprimentar e parabenizar o trabalho do Deputado Alberto Pinto Coelho e dizer que ele vai brilhar também como Vice-Governador de Minas Gerais. Digo também ao nosso amigo, Deputado Irani Barbosa, que ele continuará a ter um papel importante na política por intermédio de seu filho, e de si próprio, pois brevemente voltará.

Meus amigos, entrei para a vida pública, por entender ser este espaço propício para buscar as transformações tão necessárias à vida do nosso povo. Sinto orgulho ao lembrar que iniciei meus trabalhos no Parlamento municipal, sendo o Vereador mais votado da história de Montes Claros. Como Deputado Estadual, procurei honrar a confiança em mim depositada por quase 50 mil eleitores. Acredito, ter correspondido, a contento, a expectativa dos que em mim acreditaram.

O Parlamento mineiro é de fato uma escola de democracia. Aqui, aprendi, e muito, sobre a importância do Legislativo como um espaço de representatividade e consolidação dos valores democráticos. Nesta Casa, Sr. Presidente, fui testemunha de debates memoráveis, em que o interesse público sempre esteve em primeiro lugar. Muito me orgulha ter alçado a posição de líder do meu partido, o Democratas, e também a Presidência da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, em que modestamente julgo ter contribuído sobremaneira para a construção e a aprovação do Plano Decenal da Educação, que direcionará a educação mineira nos próximos anos. Durante minha passagem por esta Casa, nobres colegas, sempre coloquei minha conduta sob o pálio da ética e da defesa do interesse público. Aqui, aprovamos projeto de lei de minha autoria que institui a política estadual de saúde do homem, por acreditar ser oportuno que o poder público atue de modo preventivo, cuidando da saúde daqueles que, por uma série de questões culturais e educacionais, só procuram os serviços de saúde, quando perdem sua capacidade de trabalho. Com isso, perde-se um tempo precioso de diagnóstico precoce ou de prevenção, já que chegam ao serviço de saúde em situações limites.

Apresentei projeto que concede isenção do ICMS nas saídas internas de veículos automotores de fabricação nacional, quando destinados a representante comercial, por entender que esses profissionais usam o veículo como ferramenta de trabalho. Apresentei também, Srs. Deputados, projeto que cria a política estadual de prevenção e combate ao furto e roubo de veículos, objetivando combater esse grande mal que assola nosso Estado. No tocante à questão da segurança pública, Sr. Presidente, tivemos a preocupação com a vida dos nossos policiais, ao apresentar, nesta Casa, projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de blindagem nas viaturas das Polícias Civil e Militar, bem como nos postos de observação e vigilância do Estado.

Daqui deste Parlamento, vimos o ex-Governador Aécio Neves sancionar lei que dispõe sobre a isenção de taxas e do custo para se tirar, junto ao Detran, placas novas e documentos para o proprietário de veículo automotor vítima de clonagem. A lei, já em vigor, determina que o Detran proceda à alteração de dados e à substituição de placas sem ônus para o proprietário, o que é por demais relevante.

Preocupado, Sr. Presidente, em fazer valer o direito constitucional de todos, no que diz respeito à inclusão e à acessibilidade, apresentamos projeto que dispõe sobre a adaptação dos veículos do sistema estadual de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, com dispositivos

de acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos obesos, às gestantes e aos idosos.

Por fim, levamos à apreciação deste, que é um dos mais respeitados Parlamentos do Brasil, projeto de lei, que, com fulcro nas premissas constitucionais de liberdade de culto e de direito à educação, possibilita aos membros de igrejas adventistas, matriculados na rede pública estadual de ensino, dispensa de exames de avaliação curricular às sextas-feiras à noite e aos sábados, bem como proibindo concursos públicos nesse período.

Espero, caríssimos colegas, que esses e tantos outros projetos de relevância para a vida dos mineiros sejam levados adiante por esta Casa, que representa o poder do povo honesto e trabalhador de Minas Gerais.

Acreditamos, Sr. Presidente, ter contribuído para o debate político estadual, quer na participação das comissões como a de Direitos Humanos e a de Saúde, quer na Presidência da Comissão de Educação, responsável pela elaboração do Plano Decenal da educação, que trouxe inovações consideráveis para a educação mineira nos próximos anos.

Aqui não poderíamos deixar de mencionar o novo plano de carreira para os trabalhadores da educação, que, ao ser implantado no ano que vem, melhorará de modo significativo os salários desses profissionais, tão importantes para o desenvolvimento do Estado e do País.

Como Líder do meu partido, não me furtei a trabalhar para que o Democratas pudesse fazer valer nesta Casa os compromissos assumidos com o Governador Aécio Neves, em especial os que tinham como propósito fazer de Minas Gerais um grande Estado da Federação. Temos a certeza de que ajudamos esse governo. Defendemos o governo, com a lealdade peculiar aos que fazem da sua militância política instrumento ético e transformador.

Acredito, Sr. Presidente, ter honrado os que em mim confiaram, já que procurei exercer meu mandato de Deputado, principalmente, com sabedoria, dedicação, discernimento e democracia. Fui vanguardista ao distribuir as emendas parlamentares, constitucionalmente a mim garantidas, a associações que prestam relevantes serviços públicos e a outros agentes políticos, independentemente das cores partidárias que defendiam, pois acredito, colegas parlamentares, que política se faz sem perder a sensibilidade e o respeito pela diversidade. O poder que nos foi atribuído vem do povo e para ele deve ser exercido.

Agradeço a todos os servidores e Diretores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em especial os colaboradores do nosso gabinete, que tanto nos ajudaram neste mandato.

Por isso, senhoras e senhores, cômico do dever cumprido, despeço-me desta Casa, mas não da vida pública. Tenho um dever para com mais de 50 mil eleitores, que acreditaram no projeto que lideramos: de poder a Minas Gerais, especialmente ao Norte de Minas, representatividade política na Câmara Federal.

Tenho compromisso, Sr. Presidente, com minha querida Montes Claros, Município que modestamente tenho ajudado a construir, por meio da minha atividade parlamentar e empresarial, formando cidadãos capacitados e bem-preparados para redefinir os destinos da nossa cidade.

Continuarei, por meio de ação político-empresarial, a não medir esforços para socialmente ajudar os mais necessitados, por acreditar que não existe atividade empresarial sem a devida responsabilidade social.

Sr. Presidente, daqui levarei a mais nobre de todas as lições: que política se faz com ética, lisura e respeito e que a vida pública não tem sentido, sem a perspectiva de servir a todos sem distinção, utilizando o poder como instrumento de transformação econômica e social.

No limiar de um novo ano, acreditamos que o Governador Antonio Anastasia e o nobre colega Alberto Pinto Coelho darão continuação a um governo consagrado nas urnas, e que fará com que Minas continue a ocupar lugar de destaque no cenário político nacional. Ouso acreditar, meus amigos, que este país, agora sob o comando da Presidente Dilma, continuará dando passos largos em direção à superação dos seus problemas e à sua condição de economia emergente no cenário internacional. Sr. Presidente, na era do pré-sal, acredito que o Brasil será um país que investirá mais na educação e no desenvolvimento econômico, continuando, assim, a ser um ótimo lugar para se viver.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os que colaboraram e ainda colaboram em nossa caminhada política. Um agradecimento muito especial à minha esposa, Raquel Muniz, a meus filhos, a minha mãe, a meus irmãos, a meus amigos e colaboradores. A todos vocês, o meu muito-obrigado pelo trabalho, pela dedicação e, principalmente, pela lealdade. Saibam todos que me sinto honrado de poder liderar um grupo sem os vícios da política tradicional e que acredita ser possível a construção de um projeto político alternativo para a nossa Minas Gerais, para o Norte de Minas e, especialmente, para a nossa Montes Claros.

Gostaria muito, Sr. Presidente, de poder ter tido a oportunidade de representar o nosso Estado na Câmara Federal. Mas quis o Criador que eu me encontrasse com meu destino, que é fazer da nossa querida Montes Claros o melhor lugar para se viver. Volto às minhas atividades empresariais com a certeza de que meu povo ainda precisa muito do nosso trabalho, em especial do compromisso para com a nossa Montes Claros, que há muito padece da inoperância de um governo municipal omissivo, populista e que não cuida a contento da cidade e da sua gente. Continuarei a minha militância por entender que política não se faz apenas com mandato. Política se faz no dia a dia, conversando com as pessoas, discutindo e buscando alternativas para os problemas do cotidiano. Ainda irei, Sr. Presidente, caso Deus permita - e Ele há de permitir - dar minha parcela de contribuição para que nossa cidade se desenvolva econômica e estruturalmente, para que a educação seja, de fato, levada a sério e para que o nosso povo seja tratado com mais dignidade e decência. Esse é o nosso sonho que, com a ajuda de Deus, iremos realizar.

Muito obrigado a todos. Desejo a vocês um feliz Natal e um 2011 repleto de alegrias e realizações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Sr. Presidente, serei muito breve. Hoje é mais um dia de despedida de alguns colegas, e eu não poderia deixar de homenagear o Deputado Ruy Muniz, meu colega de bancada e de partido, um empresário muito bem-sucedido, um dos maiores na área educacional do nosso Estado e, por que não, do País. Ele é um homem corajoso, audacioso, emprestou parte de seu tempo, além de deixar de lado seus negócios e sua família, para fazer o melhor para o povo de Minas ao longo dos últimos quatro anos.

Saiba, Deputado Ruy Muniz, que foi um prazer estar ao seu lado aqui na Assembleia Legislativa, em nossa Bancada do DEM, nesta última legislatura. Assim como disse a outros colegas, tenho certeza de que esta despedida será apenas um até breve, pois V. Exa. estará conosco antes mesmo que imaginamos. V. Exa. ainda fará muito pelo povo do Estado de Minas Gerais e, em especial, pelo povo de sua terra natal, Montes Claros. Vá com Deus, muito sucesso, e conte conosco sempre ao seu lado em sua caminhada.

O Deputado Ruy Muniz - Muito obrigado, Gustavo Valadares. Deus o abençoe sempre.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Ruy Muniz, quero prestar uma homenagem a V. Exa. em nome do PSDB, de todos aqueles que tiveram o prazer de conviver com V. Exa. e, particularmente, da nossa Comissão de Educação, tão bem comandada por V. Exa. e com tanta dedicação, maestria e conhecimento da área.

Quero destacar neste momento a nossa sincera homenagem a V. Exa.

Tive o prazer de visitar sua região, sua cidade, sua casa, sua distinta esposa, D. Raquel. Deixo a V. Exa. a nossa sincera homenagem.

V. Exa. escreveu uma história bonita na educação de Minas Gerais. Agora há pouco, falava do Plano Decenal, e quantas e quantas audiências V. Exa. fez para ouvir todo o segmento da educação. Anteontem V. Exa. novamente abriu as portas da nossa comissão para discutir o consórcio das universidades federais, apresentando sugestões muito úteis em razão da experiência que tem como grande educador que é.

V. Exa. está fazendo uma passagem bonita, que ficará registrada nos anais da Casa, e não somente na Comissão de Educação. Os seus pronunciamentos e a sua luta em favor da sua querida Montes Claros, do seu povo e da nossa gente, não serão esquecidos. Em nome do PSDB e da nossa Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, agradeço a V. Exa. prestando esta homenagem muito significativa.

V. Exa. é um homem determinado na educação, porque tem o comando, a direção de muitas instituições de ensino. Com certeza, após esse período de mandato, saberá dar o testemunho de grande educador para Minas e para o Brasil.

Muito obrigado pela convivência feliz e prestimosa que tivemos ao lado do ilustre amigo.

O Deputado Ruy Muniz - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Neste momento em que V. Exa. faz uma prestação de contas do seu trabalho ao longo de quatro anos, também quero dar o meu testemunho da sua presença, da sua preocupação e da competência do seu gabinete. Foram várias, inúmeras as vezes que V. Exa. participou das reuniões deste Plenário e das Comissões, sempre visando a nosso Estado, de maneira global, e particularmente a nossa cidade de Montes Claros e região.

V. Exa. poderia ter sido reeleito Deputado Estadual, dada a belíssima votação que teve, mas optou pelo Congresso, pela Câmara Federal. No ano que vem, deixará esta Casa Legislativa, e com um belo trabalho prestado. A nossa região fica um pouco mais enfraquecida sem a presença de V. Exa. no Parlamento, mas, dada a sua inquietude nata, sei que não deixará de participar das muitas atividades que ainda virão, seja como educador ou professor à frente de vários cursos. Aliás, hoje o curso de Medicina da Funorte é referência em medicina, com uma grade curricular bastante avançada. Conheço vários filhos e filhas de amigos que estudam na faculdade de medicina da Funorte. Certamente esses jovens farão bonito não só na profissão mas também nos concursos de que irão participar daqui para a frente.

V. Exa. é um grande empresário da comunicação e está à frente do jornal "O Norte", que também é uma das maiores referências do Norte de Minas e de Montes Claros, com uma equipe formada por grandes repórteres e jornalistas. O Deputado Ruy Muniz é essa pessoa leal, companheira, amiga, que pensa longe, para a frente. V. Exa. deixará uma lacuna muito grande neste Parlamento, mas, com certeza, vamos encontrá-lo muitas outras vezes em Montes Claros, à frente dos vários e importantes empreendimentos e acontecimentos.

Confesso a alegria de ter convivido com V. Exa. nesta Casa nos últimos quatro anos. V. Exa. é um antigo conhecido de Montes Claros, de muitos anos. Conheço toda a sua família. Sua esposa Raquel é uma grande médica e também uma grande educadora e profissional.

Seus filhos brilham pelos vários cursos que fazem. Enfim, é uma família vitoriosa. Sua irmã Ariadna Muniz, uma pessoa por quem tenho um carinho muito especial, trabalhou comigo no meu gabinete durante muitos anos. Seu irmão Carlos é um dos maiores cirurgiões plásticos que temos em nossa cidade, em nossa região. Enfim, essa é a família de Ruy Muniz.

Foi um prazer conviver com V. Exa. Mesmo não estando aqui, conte com minha lealdade, meu trabalho e minha presença. Pode ter certeza de que, se acionado, estarei também ajudando na defesa da nossa cidade e região, e à disposição de V. Exa. no Parlamento mineiro. Que Deus o abençoe. Desejo-lhe e a sua família muita sorte. Muito obrigado.

O Deputado Ruy Muniz - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Que Deus o abençoe e também a Dra. Cláudia e toda sua família.

O Deputado Wander Borges (em aparte) - Quero também, Deputado Ruy Muniz, do PSB, trazer todo o nosso apreço e nossa admiração por V. Exa., pelo seu trabalho à frente da Comissão de Educação, pelo seu trabalho como profissional da iniciativa privada, pela sua luta na questão educacional por este país afora, principalmente aqui em Minas Gerais.

A política tem desses casos. Às vezes em determinado momento não deu certo e voltamos para dar certo. V. Exa. tinha uma eleição garantida aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Todos sabemos disso, mas tentou um voo maior, em outra esfera. Talvez a estratégia adotada não tenha alcançado o resultado desejado, mas fica uma grande experiência.

Deputado Ruy, um dia, quando disputávamos uma eleição, eu disse para o meu pai, que foi Vereador e Vice-Prefeito de Sabará: "Há momentos em nossa história, em nossas vidas, em que a derrota pode significar uma grande vitória, dependendo do ângulo pelo qual enxergamos." Ali, temos o Deputado Getúlio Neiva, que foi Deputado Federal, Estadual e Prefeito de Teófilo Ottoni e teve toda chance de ser Prefeito novamente nessa cidade - um municipalista convicto que fará falta nesta Casa, assim como V. Exa. Fique tranquilo porque, às vezes, Deus está reservando - sobretudo para as pessoas de bem - momentos de maior alegria e compreensão e maiores desafios. Ficamos realmente tristes e chateados porque, em princípio, a derrota traz para nossos corações uma desmotivação, um desânimo, mas temos de caminhar, porque o futuro nos espera. E esse futuro depende também de V. Exa. por essas Minas Gerais, por esse Brasil afora. Que Deus o acompanhe. Saúde e paz para você e toda sua família.

O Deputado Ruy Muniz - Obrigado, Deputado Wander Borges. Deus o abençoe também. Muito obrigado pela força.

O Deputado Elmiro Nascimento (em aparte)* - Meu caro Deputado Ruy Muniz, quero cumprimentá-lo por ter convivido com V. Exa., que tem sido um dos Deputados mais atuantes, experientes e brilhantes deste Parlamento, por quatro anos. Infelizmente não teve condições de prosseguir em sua vida pública e dará uma parada, como vários disseram. Mas sabemos que V. Exa., pela sua experiência e competência, dará continuidade a ela em um futuro bem breve. Quem sabe, amanhã, como Prefeito, e depois voltando a este Parlamento ou à Câmara Federal, seu sonho. V. Exa. é um rapaz jovem, experiente, um grande empresário e um médico profissional. Gostaria de cumprimentá-lo pelos seus quatro anos como um dos Deputados deste Parlamento.

Quero dizer que foi uma alegria muito grande conviver no Democratas, nosso partido, com uma pessoa tão boa de lidar, amável e delicada como foi. Parabéns. Que Deus possa abençoar o seu futuro e de toda sua família. Meu abraço a Dra. Raquel e a seus filhos. Quero dizer que estaremos juntos o mais breve possível, para realmente continuar esse trabalho em prol da grandeza do nosso Estado. Parabéns. Deus o abençoe, que tenha um futuro brilhante pela frente.

O Deputado Ruy Muniz - Muito obrigado pela convivência e pelo carinho. Quero agradecer realmente a todos. Agradeço também à Presidência da Mesa pela paciência. Desejo, mais uma vez, a todos um Feliz Natal e um 2011 cheio de realizações. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, o que nos traz a esta tribuna é a oportunidade de refletir sobre algo extremamente grave, que deve ser objeto de preocupação de todos os mineiros e, por que não, de todos os brasileiros. Estamos diante de uma ação que pode gerar efeitos implacáveis, terríveis para Minas Gerais. Essa ação de alguma forma alimenta algo que vem sendo condenado pela própria sociedade, especialmente pelo Parlamento: a prática da guerra fiscal. Só que agora ela traz a complacência, por que não dizer, a iniciativa, o DNA do mais alto Poder da República, sob a tutela do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República. É algo que pode gerar um prejuízo gravíssimo para todas as Minas Gerais.

No meu entendimento, algo foi tramado fora dos princípios republicanos e sem debate, vindo a público como um grande presente de papai Noel que o Presidente Lula preparou para o seu Estado natal. Que o Presidente tenha um gesto por Pernambuco, ainda que não tivesse nascido lá, não seria nada demais, pois é bom quando alguém se dispõe a ser generoso. É perfeitamente compreensível que o Presidente queira fazer algo pelo Estado onde nasceu, mas é duro perceber que essa atitude representa uma verdadeira apunhalada nas costas do povo mineiro. Isso revela um absoluto descompromisso com o pacto federativo, criando desequilíbrios fiscais e aprofundando a guerra fiscal.

Não quero que isso pareça mero discurso de Oposição, pois não o é. Trata-se de uma reflexão a respeito do que o nosso país está vivendo. O Presidente, no apagar das luzes, por meio de medidas provisórias e atos construídos sem debate, estabelece a possibilidade de tramitar um prejuízo enorme para Minas Gerais e um desequilíbrio competitivo na Federação. A lei que trata dos incentivos fiscais no País estava prestes a ter concluída sua vigência. O Presidente Lula toma a iniciativa, por meio de medida provisória, de prorrogá-la até 2020. O primeiro ato dessa trama é prorrogar até 2020 o incentivo fiscal. Muitas vezes, a Bancada do PT criticou insistentemente a política de incentivo fiscal, querendo dizer que se tratava de coisa dos neoliberais.

Além disso, de maneira tramada, o Presidente acrescenta alguns artigos a essa lei e estabelece que a empresa que adquirir alguma unidade de qualquer atividade industrial até 29/12/2010 terá essa unidade como beneficiária do incentivo fiscal e, inclusive, poderá ampliar ou modificar a produção. Isso foi feito de maneira tramada. Obviamente, a Fiat, como uma multinacional, uma empresa de capital, sensível ao capital e ao lucro, vai em Jabotão de Guararapes, em Pernambuco, compra uma pequena indústria de cabos elétricos, chamados chicotes, e dá uma verdadeira chicotada em Minas Gerais. Compra uma indústria de chicotes, enquadra-a na lei que trata dos incentivos fiscais e que o Presidente Lula acaba de prorrogar para 2020 e já anuncia que irá fabricar veículos e instalar uma fábrica de automóveis a partir de uma indústria de chicotes. Como se isso não afetasse em nada Minas Gerais.

Ora, se o Presidente, generoso com seu Estado, quer construir uma fábrica de automóveis em Pernambuco, ótimo, que busque uma fábrica que não exista no Brasil. No entanto, buscou a Fiat, pela qual os mineiros lutaram e com a qual diversos governos - não só o que acolheu há três décadas - atuaram como parceiros na viabilização de investimentos. A Fiat, que recebeu tudo de Minas, agora, por um gesto do Presidente Lula, prepara-se para levar seus investimentos para Pernambuco. Isso é uma traição ao povo mineiro, é um absurdo. Eu disse que isso foi tramado sem nenhum debate. Se alguém sabia disso, seguramente eram os Ministros ou ex-Ministros do PT de Minas. É preciso alertar essas lideranças. Se ainda há alguma luz no fim do túnel, é preciso que essas lideranças mostrem a cara e defendam Minas Gerais, sob pena de sua credibilidade ser comprometida diante dos mineiros.

Antes de conceder aparte aos Deputados, quero apenas concluir o raciocínio. Além da questão dos Ministros, é importante alertar que Betim é hoje administrada por uma ex-Deputada Federal do PT: Maria do Carmo. Ainda assim, a cidade de Betim e o Estado de Minas Gerais estarão sendo feridos de morte com o direcionamento de investimentos da Fiat para Pernambuco.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Dada a exiguidade do tempo, caro colega Domingos Sávio, quero apenas somar a minha voz à de V. Exa. Lamentavelmente, o Presidente Lula nos dá um presente de grego neste Natal de 2010 com a decisão, tomada por medida provisória, de levar parte dos investimentos da Fiat para o Nordeste.

Numa irônica coincidência, a Fiat comprou ali, como V. Exa. bem colocou, uma fábrica de chicotes, o que me faz entender que essa medida provisória na verdade ressuscitou a lei da chibata. Ora, agora, numa triste coincidência, o movimento dos marinheiros contra essa lei foi iniciado em um navio chamado Minas Gerais. Como aqueles marinheiros, precisamos mostrar a nossa reação, a nossa indignação. Como V. Exa. bem disse, Minas Gerais cedeu muito para a Fiat, abriu muitas portas para a Fiat, que deve muito ao nosso Estado. No entanto, agora, na hora de fazer um investimento de alto vulto, esse investimento vai para o Nordeste. O mais vergonhoso nisso tudo é que se abriu uma janela que cria um mecanismo que permite que essa indústria passe a ter direito aos incentivos e mude até mesmo o objeto da sua produção: deixa de fabricar chicotes para fabricar automóveis. Portanto, como V. Exa. disse, o Presidente Lula nos dá uma chicotada e, a meu ver, com a medida provisória, ressuscita a lei da chibata contra nós, mineiros. Só nos resta a indignação.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao nobre Deputado Vanderlei Miranda, que, além de fazer uma analogia apropriada, insiste na linha de raciocínio que tentei transmitir a quem nos acompanha. Se estivéssemos falando da aquisição de uma empresa para produzir chicotes ou cabos elétricos que apenas fosse ampliar a sua produção com benefício fiscal, seria uma coisa. Mas o Presidente Lula emendou a Lei de Incentivo Fiscal dizendo que a empresa que se adequar a ela até 29 de dezembro fará jus ao incentivo fiscal, podendo até ampliar e modificar a sua linha de produção. Como Minas Gerais, que hoje tem a fábrica da Fiat, vai competir com a fábrica que a Fiat, graças a essa iniciativa do Presidente Lula, vai montar em Pernambuco, se ali o governo federal não vai cobrar nada dela, vai-lhe dar isenção de IPI? Mas o governo federal vai cobrar da Fiat em Minas. É o mesmo que o Presidente Lula dizer que, a partir de agora, quer tirar de Minas, tomar de Minas para dar para Pernambuco. Isso rompe com o pacto federativo; é mais sério que discutir apenas uma atitude de incentivo fiscal. É uma traição ao povo mineiro. Curiosamente, quem assume no próximo dia 1º, quem recebe das mãos do Presidente Lula o comando do País veio aqui pedir o voto dos mineiros dizendo "eu sou mineira". Não é possível que a Presidente Dilma não sabia de uma coisa tão grave como essa, agora, se sabia, deve uma resposta aos mineiros; não pode permitir que Minas Gerais seja apunhalada.

Vou conceder aparte ao prezado Deputado Gustavo Valadares e, na sequência, aos outros colegas, porque percebo que esse tema nos deixará, a todos nós, às vésperas do final dos nossos trabalhos, chocados. Estamos chocados, é certo, mas, ao mesmo tempo, temos de ficar indignados e reagir. Minas tem de virar uma única voz contra essa atitude absurda do governo federal contra os mineiros.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, nesta tarde na Assembleia Legislativa, V. Exa. traz tão bem esse assunto à tona, mas queria apenas completar. Não bastasse a inércia quanto à BR-381 e ao nosso metrô; não bastasse a falta de investimentos por parte do governo federal na segurança pública do nosso Estado; não bastasse o pós-eleição com a vitória de Dilma e nós, mineiros, termos apenas um Ministério; não bastasse estarmos perdendo espaço no governo federal, o governo do Presidente Lula é da Presidente eleita Dilma e

nos dá mais esse presente de grego. Esse é o retrato do que foi o tratamento do Presidente Lula e de seu governo para com os mineiros. Fomos tratados como Estado de segunda classe, sem o respeito e a dignidade que merecemos. A medida provisória a que V. Exa. se refere foi feita na calada da noite, já previamente combinada. O que me deixa mais assustado e indignado é que foi combinada entre quatro paredes com executivos da própria Fiat, que, há 30 anos, foram recebidos aqui com todas as benesses que um governo podia dar. Benesses que, naquela época, para que trouxessem indústrias, beiraram à irresponsabilidade fiscal; mas nós, mineiros, concedemos todos os benefícios possíveis para que a Fiat se instalasse no Estado. Hoje essa empresa está instalada em Betim, que é administrada por uma Prefeita do PT, colega de Congresso Nacional do Presidente Lula, quando foi Deputado, e de todos os Deputados que acompanham o governo hoje. A partir de janeiro, o PT tem e terá um Ministro de Desenvolvimento Econômico que foi Prefeito da nossa Capital e que, com certeza, Deputado Gil Pereira, desde o início sabia das articulações nebulosas que estavam sendo feitas às escondidas, no final da noite, nas madrugadas, sem terem, no mínimo, a dignidade de comunicar no tempo certo aos nossos representantes, como nosso Governador, nossos Senadores eleitos e nosso Vice-Governador. Nenhum deles sabia da manobra que estava sendo feita. Fomos todos pegos de surpresa ao mesmo tempo. Espero que o pronunciamento de V. Exa. e que as vozes desses Deputados que irão apartear-lo ultrapassem os limites desta Assembleia Legislativa e que ecoem pelos quatro cantos de Minas. Que antes do final do ano possamos demover a Fiat de dar esse passo atrás e de praticar essa infidelidade com Minas e com os mineiros. Parabéns a V. Exa. Conte comigo, pois a qualquer hora e a qualquer tempo estarei pronto para, junto a V. Exa., trabalharmos para que atos como esse, praticados milhares, centenas de vezes ao longo desses oito anos pelo Presidente Lula, não venham a ocorrer mais. Nós, mineiros, não podemos aceitar traição. Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, serei breve para não tirar o tempo de V. Exa. Quero dizer que isso foi uma indignidade. Minas se sente traída. Lembramos que, durante as eleições, a candidata Dilma veio a Minas Gerais pedir os votos dos mineiros tentando convencê-los de que nasceu, passou sua infância e juventude aqui, que se sentia mineira e que por isso queria os seus votos. E os mineiros os deram, e ela foi vencedora em Minas Gerais. Agora, esse é o presente de final de ano que o governo do PT e de Dilma dá aos mineiros, uma verdadeira traição, Deputado Domingos Sávio. Traindo Minas Gerais, fazendo um acordo às escuras, na surdina e dando esse anúncio às vésperas do Natal para todos os mineiros: a partir de agora, a Fiat irá para Pernambuco. A grande verdade é que uma parcela da Fiat irá montar uma nova fábrica, um novo centro industrial no Estado de Pernambuco. Quero saber onde estão os membros do PT de Minas. O que dirão as lideranças mineiras do PT sobre isso? Não vejo neste Plenário nenhuma voz indignada. Será que os petistas mineiros são mais petistas que mineiros? Cadê eles para defender Minas Gerais? Cadê as lideranças do PT para defender o nosso Estado? Silenciam vergonhosamente, traidores que são do nosso Estado. Essa é a grande verdade. A nossa indignação expressa a indignação de todo o povo mineiro, Deputado Domingos Sávio. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, a presença de V. Exa. no Congresso Nacional será extremamente importante. O pronunciamento que V. Exa. faz aqui traz à luz essa grave denúncia. Temos de tratar isso como denúncia, porque o Presidente Lula, caro Deputado Domingos Sávio e companheiros presentes no Parlamento, além de não ter tido a coragem de, com a ampla maioria que possuía no Congresso Nacional, aprovar a reforma tributária, um compromisso do Presidente no seu programa de governo, incendeia a guerra fiscal do País. E, como bem lembrou V. Exa., esse é um problema federativo. Ele coloca Estados contra Estados, regiões contra regiões, beneficiando, caro Deputado Domingos Sávio - se olharmos o mapa eleitoral - com essa medida os Estados em que a sua pupila, a Presidente eleita Dilma Rousseff, teve melhor desempenho eleitoral. É muito grave o que o Presidente Lula faz no apagar das luzes do seu governo. É um fim melancólico de um homem que posou como estadista. Ele toma uma medida, uma decisão muito pouco republicana e muito mais grave que as suas consequências. Traz enormes prejuízos para Minas Gerais a forma como ele foi implementada, no segredo, no sigilo, na calada da noite e nos gabinetes, sem trazer à tona um debate de uma discussão tão importante como essa. Isso é profundamente lamentável. E digo ao povo mineiro: o Vice-Presidente José Alencar, de Minas Gerais, foi um homem extremamente fiel e decisivo para as duas vitórias - sobretudo a primeira - do Presidente Lula. O pagamento que Lula dá a Minas, aos mineiros e ao Vice-Presidente José Alencar tão leal a ele é, ao apagar das luzes, "cuspir no prato que comeu", traindo o companheiro José Alencar e o povo de Minas Gerais, caro Deputado Domingos Sávio. O Presidente Lula venceu duas eleições em Minas Gerais. Os votos deste Estado foram decisivos para sua vitória, e agora com a sua candidata também venceu em Minas Gerais. Enquanto Lula e Dilma juravam amor a Minas, na calada da noite, era tramado um golpe mortal ao povo de Minas Gerais, uma verdadeira traição que haverá de entrar para a história do País. Isso é profundamente lamentável. Por que, em setembro ou em agosto, o Presidente Lula não editou essa medida? Por que não trouxe para o debate das eleições o que pretendia fazer com essa medida provisória que estendeu por mais 10 anos a guerra fiscal no Brasil, que, como Presidente da República, deveria encerrar e colocar a discussão no Congresso Nacional? Ele faz ao contrário, e é preciso fazermos esse registro. O povo de Minas deve levantar a sua voz e, sobretudo, se sentir traído por um Presidente da República que, em três eleições, saiu majoritário e vitorioso no Estado e teve, como Vice-Presidente da República, um mineiro. O pagamento é com traição. Encerro dizendo, Deputado Domingos Sávio, que pior que a traição foi como ela se perpetrou: na calada da noite, no segredo, no sigilo, nos palácios, nos gabinetes, às escondidas. É profundamente lamentável assistir a um fim melancólico de um homem que se diz estadista, o Presidente Lula. Parabéns, caro Deputado Domingos Sávio. Espero que V. Exa., da tribuna do Parlamento federal, possa levantar a sua voz como sempre tem feito na defesa dos mais altos interesses do povo de Minas Gerais. Temos uma enorme confiança de que V. Exa., para defender Minas, desempenhará esse papel com a mesma competência e o mesmo talento que tem feito nesta Casa.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Deputado Zé Maia. Com a compreensão do Presidente e dos demais colegas presentes, quero dar a palavra ao Deputado Gil Pereira e ao Deputado Neider Moreira, pois acho importante e relevante esse tema para Minas Gerais. É importante ouvir o aparte desses colegas.

Falamos da condição absurda que fere o pacto federativo, pois o Presidente objetiva destinar incentivo fiscal para a Fiat se instalar e fabricar veículos em Pernambuco, sendo que essa mesma empresa tem uma fábrica em Minas, onde não haverá esse incentivo, e entendemos que a situação é igual à da transferência de uma unidade daqui para lá. Isso não afeta apenas Betim ou o governo do Estado mas também cada cidadão que está agora nos acompanhando, cada um dos 20 milhões de mineiros. Isso significa menos arrecadação para Minas. Não é apenas o emprego da Fiat que corre risco, mas também as 20 empresas que produzem peças para a Fiat, enfim, toda a cadeia produtiva do automobilismo. Além do mais, essa atitude afeta o imposto que o governo arrecada para investir na saúde, na educação e na segurança pública. É tirar de Minas Gerais para dar a outro Estado.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Pedi para protocolar e colocar nos jornais da Assembleia a coluna que Carlos Lindenberg escreveu com muita altivez. Gostaria de falar mais um pouco sobre essa questão. Já que ele queria ajudar a Fiat, poderia muito bem colocá-la na área mineira da Sudene. São R\$4.500.000.000,00 de PIS e Cofins que serão dados para a Fiat. Poderia muito bem colocá-la em Montes Claros, no Norte de Minas, já que pertencemos a área mineira da Sudene. O Presidente Lula poderia fazer essa gentileza, pois, quando vem à Minas, sempre diz que o nosso Estado está acima de qualquer coisa. Vamos fazer ecoar essa questão em todo o Brasil.

Embora o Vice-Presidente José Alencar esteja adoentado, é um guerreiro. Então, vamos convocá-lo e pedir-lhe que dê a sua palavra em defesa de Minas. Ele, como Vice-Presidente e Senador, sempre defendeu Minas Gerais, o Norte de Minas. Peço que encaminhemos um telegrama, "e-mail" ou fax ao Vice-Presidente, que, embora esteja adoentado, está lúcido e trabalhando com garra. Da mesma forma que ele descerá a rampa do Palácio do Planalto com o Presidente Lula, poderá fazer com que Minas suba a rampa e reverta essa situação da nova fábrica da Fiat, que sai do nosso Estado, como V. Exa. disse, perdendo empregos e impostos. Se ele quer beneficiar a Fiat deverá fazê-lo incluindo a nova planta na área mineira da Sudene, e não levando-a para Pernambuco. Parabéns pelo seu pronunciamento. Tenho certeza de que, em Brasília, V. Exa. estará sempre em defesa do nosso Estado.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Deputado Gil Pereira. Antes da manifestação do Deputado Neider Moreira, gostaria de lembrar que só de incentivo fiscal, como disse o Deputado Gil Pereira, são R\$4.500.000.000,00. A Fiat será beneficiada com esse valor em Pernambuco apenas

no tocante a um imposto. Isso que estão fazendo com Minas Gerais é uma covardia. Não nos atenderam com a BR-381, com o Rodoanel em Belo Horizonte e com uma série de outras coisas.

Recentemente estive em Brasília, numa reunião da Bancada Nacional do PSDB, para a qual fui convidado como Deputado Federal recém-eleito. Lá estava o Senador Aécio Neves, também recém-eleito, articulando uma luta para conseguir convencer o governo a votar a compensação da Lei Kandir. Portanto, para garantirmos o direito de Minas, praticamente temos de mendigar junto ao governo federal. Fazemos isso para que seja votada a inclusão no orçamento de 2011, apesar de Minas ter garantido na Lei Kandir o direito de ser compensada. Temos de travar uma luta para que o governo do PT, o governo do Presidente Lula dê a Minas o que já é um direito nosso. Agora fazem isso conosco.

Concedo aparte ao Deputado Neider Moreira, que também vive em uma cidade onde sofre com esse tipo de política. Então, é preciso darmos um basta em tudo isso, não é Deputado?

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, faço coro a suas considerações e a seus argumentos extremamente significativos, consistentes e relevantes, como os de todos os colegas que o apartearam. É preciso fazermos aqui uma pequena reflexão sobre o passado que vivemos na instalação da Fiat. Primeiramente, queria falar da ingratidão da Presidente eleita, Dilma, com seu Estado natal. Quantas vezes esteve aqui para pedir votos para a Presidência da República, dizendo-se a maior mineira de todas. Em segundo lugar, cito a ingratidão do governo federal, do Presidente Lula, com o Vice-Presidente José Alencar, que, em todos os momentos difíceis do governo, com denúncias gravíssimas que sequer foram apuradas, esteve sempre a seu lado, estendendo-lhe a mão. Agora, recebe como pagamento uma obra dessa natureza, uma medida provisória absurda que só prorroga a guerra fiscal entre os Estados. Em terceiro lugar, é importante relembrarmos que, à época da instalação da Fiat em Minas Gerais, o Estado, para viabilizá-la, já que a empresa não tinha condições para tal no momento, foi seu sócio. Durante muitos anos, o governo indicava seu Presidente - meu conterrâneo, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, foi um deles. É, portanto, uma ingratidão tremenda dessa empresa com um Estado que a recebeu de braços abertos e faz com que ela tenha, no Brasil, a maior operação automotiva do grupo no mundo. Em quarto lugar, é um absurdo o que o governo federal faz com nosso Estado no momento. Quando a empresa se instalou no País, nenhum incentivo foi dado para viabilizar a instalação de suas fábricas em Minas. Agora, fazem tudo para retirar investimentos daqui. Ressalto que, naquele momento histórico, o Estado se endividou.

Há até irresponsabilidade fiscal, como bem disse o Deputado Gustavo Valadares. Precisamos levantar a voz deste Parlamento. É preciso fazer algo para evitar que a medida provisória prossiga e que a guerra fiscal entre em um círculo vicioso, e não virtuoso, comprometendo as finanças de todos os Estados nesse pacto federativo injusto, para não dizer - usarei uma palavra chula - "sacana". Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Domingos Sávio - Deputado Neider Moreira, sou eu quem agradeço. Concluo, Sr. Presidente, lembrando que, contrariando tudo o que o PT pregou contra os incentivos fiscais, o Presidente Lula, no apagar das luzes, vem com uma medida provisória e prorroga até 2020 o incentivo fiscal, ou seja, a guerra fiscal, fazendo a covardia de dar incentivo a uma empresa que já está instalada no Brasil. Por que o Presidente não foi buscar uma empresa cujas instalações ainda não estão no País? Não, ele foi buscar uma empresa mineira, para nos criar toda essa dificuldade. Com certeza, toda a Assembleia mineira e todos os 53 Deputados Federais eleitos por Minas precisam se unir e fazer uma oposição rigorosa perante o governo federal, sem aceitar essa atitude covarde contra Minas Gerais impetrada pelo Presidente Lula no apagar das luzes de seu mandato.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento em defesa das causas de Minas.

Lamento profundamente que, no apagar das luzes do seu governo, o Presidente Lula promova uma verdadeira traição ao povo de Minas Gerais. Passadas as eleições, quando não precisa mais do povo, apunhala Minas Gerais com essa atitude de alterar medidas provisórias, de conceder incentivos e de buscar aumento das próprias receitas dos Estados para atender a compromissos politicamente pessoais e prejudiciais a Minas Gerais. Em mandatos anteriores, votei neste Parlamento recursos do Estado de Minas Gerais, dinheiro do povo mineiro a ser colocado numa parceria, sem o que essa empresa não se instalaria em Minas Gerais. Isso é lamentável. Imagino até mais, Deputado Domingos Sávio: que o Presidente Lula, para fazer média, efetuou um acordo com o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, a fim de construir uma refinaria em Pernambuco. O Presidente Chávez saiu fora. Não fará mais a refinaria, não concederá recurso e, agora, o Presidente Lula quer fazer média com recursos de Minas Gerais, levando-os para Pernambuco. Joga nosso Estado contra os pernambucanos para pagar uma dívida que não é nossa.

Minas Gerais investiu muito na Fiat Automóveis e não merecia essa atitude do governo. O Presidente, ao sair, mancha sua biografia com essa atitude contra o povo e contra o Estado de Minas Gerais, que liberou seu dinheiro suado a fim de trazer a Fiat para Minas Gerais. A decisão do Presidente altera a medida provisória e cria incentivos para a aplicação de recursos, atitude que deveria ser discutida na Justiça para que os recursos fossem destinados a Minas Gerais. É lamentável que Lula, ao encerrar seu mandato, viole e manche, mais uma vez, a sua biografia, fazendo isso com Minas e com os mineiros. Essa é uma atitude de lesa-pátria contra Minas. Deveríamos aproveitar esse resto de mandato, de três ou quatro dias, para votar um ato de protesto contra o Presidente tornando-o "persona non grata" ao Estado de Minas Gerais.

O Deputado Domingos Sávio - Deputado Ademir Lucas, quero dizer a V. Exa. que encaminharei requerimento de repúdio a essa iniciativa, o qual exija tratamento adequado e justo para com Minas Gerais. Quero também deixar registrado nos anais desta Casa um apelo à Presidente que ainda não tomou posse e que veio aqui nos lembrar que é mineira. Ela tem a oportunidade de iniciar o mandato mostrando que é mineira. Mais que isso, que é uma brasileira sensata e republicana, que respeita a todos, não permitindo essa atrocidade contra Minas Gerais.

O povo mineiro é um povo generoso porque tem memória. Só pode ser generoso quem é capaz de se lembrar e reconhecer o que foi feito. É bom que o Presidente Lula saiba que somos generosos. Justamente por isso, por termos memória, não esqueceremos que fomos apunhalados pelas costas e covardemente subtraídos. Sua Excelência, por meio de uma medida provisória, promove a transferência de investimentos da Fiat, que seriam destinados a Minas, para Pernambuco, com incentivos fiscais. Todas as empresas de peças e todos os empregos gerados passarão a ter incentivo fiscal em Pernambuco por uma decisão do governo federal. Isso é traição ao povo mineiro.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Só uma informação, Deputado Domingos Sávio. A ida para Pernambuco não é uma mera coincidência. A matéria do Carlos Lindenberg destaca bem essa questão. Pernambuco é a terra natal do Presidente Lula, que está traindo Minas Gerais.

O Deputado Domingos Sávio - V. Exa. recapitula o que disse na abertura da minha fala.

O Presidente foi dar um presente para a sua terra natal - nada contra isso -, só que tirou dos mineiros, tomou de Minas Gerais. Lula apunhalou pelas costas e promoveu uma atitude não republicana, uma atitude que desequilibra o pacto federativo, que prorroga a questão do incentivo fiscal até 2020. Isso piora a situação, porque estabelece que uma simples fábrica de chicote - cabo elétrico, chicote do automóvel -, adquirida pela Fiat, possa ser transformada num montadora de automóveis. Isso é uma chicotada que o Presidente Lula está dando no povo mineiro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, queridos compatriotas da Federação hemiplégica dos Estados Unidos do Brasil, o momento, Sr. Presidente, é sobremaneira especial. Lembro-me de que, na semana passada, aqui estive e citei um dos grandes autores mineiros, quando ele perorava numa das suas frases que Minas não há mais. Por incrível que pareça, parece que

estávamos imaginando o que poderia acontecer nos dias seguintes àquele em que eu refletia sobre o alijamento de Minas Gerais do processo de formação do ministério, quando afirmávamos que a perseguição que se estabelecia contra Minas decorria apenas de um fato: Aécio Neves pode ser um transtorno, em 2014, para o retorno de Lula à Presidência da República. Eu disse isso na semana passada, Sr. Presidente, e hoje o Deputado Domingos Sávio apresenta aqui a questão da Fiat, que sabemos que estava projetada e planejada. Estava combinado - e os belos olhos verdes do Governador de Pernambuco já tinham confessado isso placidamente em entrevistas pela televisão - que a Presidência da República iria recompensar o governo de Pernambuco em função do grande apoio que o PSB outorgou a Dilma Rousseff, na sua campanha. E em Minas de nada valeram os votos dados, majoritários, à Presidente eleita. E eu refletia apenas em função do meu partido, PMDB, que não conseguiu - sabíamos que não conseguiríamos, e temos discutido isso com o Presidente Antônio Andrade - espaços de governo, embora o PMDB tenha sido peça fundamental para estruturação da campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff.

Claro, o governo Dilma nem começou, não sabemos como vai ser, mas sabemos como está sendo o final do governo Lula. Tenho de dar os parabéns ao Governador de Pernambuco, que trabalhou direitinho, foi competente. Trata-se de uma região pobre do Brasil. O que há de se estranhar é onde estão os 53 Deputados Federais de Minas Gerais. Estão fazendo o que lá em Brasília? Onde estão os nossos Senadores, à exceção do Aécio Neves, que ontem mesmo estava almoçando com o Eduardo Campos para tentar dirimir dúvidas sobre esse processo, sobre essa medida provisória. E nós ficamos aqui, Sr. Presidente, na nossa Federação hemiplégica dos Estados Unidos do Brasil, lembrando da história de quando se trabalhou pela instalação da República no Brasil e se preparava o movimento da sua formação, que culminou com exigência do afastamento do Imperador, em 24 horas, e a sua fuga para Portugal. O último Estado a aderir à Federação brasileira foi exatamente o Estado de Pernambuco. Foi exatamente lá que havia resistência à união com os outros Estados brasileiros. Na verdade, províncias naquela oportunidade.

Ficamos matutando, imaginando que, se ao longo desses anos na Assembleia Legislativa tivéssemos debatido um pouquinho mais as causas nacionais, conversado melhor com os nossos Deputados Federais, acertado um tipo de comportamento para fazer com que Minas retomasse o espaço que teve no passado na Federação brasileira, certamente, Sr. Presidente, não estaríamos aqui a reclamar que Minas não há mais.

"Saudade, palavra triste quando se perde um grande amor. Saudade, torrente de paixão, emoção diferente." Saudades não tenho, Sr. Presidente, nem do hoje, nem do ontem, mas tenho saudades dos tempos de Rondon Pacheco, de Aureliano Chaves, dos tempos em que os bancos mineiros sustentavam a indústria de São Paulo, porque tínhamos uma estrutura bancária fortíssima. Saudade dos tempos em que Minas decidia todos os assuntos nacionais ou participava de todas as decisões. E estamos a enfraquecer. No momento em que aparece um estadista com possibilidade de disputar a Presidência da República em 2014, vemos o cerceamento a Minas Gerais, não só na área econômica, mas também na política. Quantos Ministros Minas tem na República? Quantos Ministros temos no Ministério da D. Dilma? Quantos Ministros tem São Paulo? Estados pequenos, como o Maranhão, têm dois Ministérios; Minas apenas um.

Na peroração que fizemos semana passada, perguntávamos por que não um Ministério para o Patrus. Não estou preocupado com Ministério para o PMDB, mas por que Patrus não é Ministro? Nem o PT de Minas é valorizado pelo próprio PT nacional. Minas está caminhando para uma situação, Sr. Presidente, em que se pode pensar em uma nova Inconfidência Mineira. Não a fechada dentro das lojas maçônicas ou nos subterrâneos, escondida, mas uma inconfidência pública, que reúna as lideranças em defesa dos interesses do Estado, assim como fez o Deputado Domingos Sávio há pouco, não apenas no caso específico da Fiat, mas também nos espaços a que, certamente, Minas tem direito na República brasileira.

Com muito prazer, concedo aparte ao brilhante colega Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, V. Exa. contagia os companheiros que estão nesta Casa. Essa forma como traz a verdade faz com que, nessa questão, todos nós queiramos fazer coro com V. Exa.

Foi falado por quem nos antecedeu sobre a tristeza com que Minas Gerais recebe a notícia. Caro Deputado Getúlio Neiva, podemos fazer uma analogia do que foram os oito anos do governo federal, que se extinguem aos 31 de dezembro, mais precisamente nas questões dos Municípios e do pacto federativo, que V. Exa. tão bem defendeu. O Presidente Lula, além de dar esse presente para Minas Gerais, postergou a lei que acabaria com as brigas entre os Estados brasileiros - cada um querer oferecer mais que pode para gerar emprego - até o ano de 2010. Deveria ter copiado o exemplo de Tiradentes, que se reunia nas caladas, escondido com os demais companheiros para defender Minas Gerais. Minas foi muito importante na vitória do Presidente Lula, como foi dito aqui, pela companhia de José Alencar, esse mineiro sério, que vive dias difíceis, fazendo tratamento dentro e fora do País, e que certamente hoje, ao receber a notícia, deve estar, como estamos, triste com a realidade que o Presidente impõe a Minas Gerais. É mais um golpe duro.

Mas, meu caro Deputado Getúlio, o pacto federativo, tão criticado por muitos que não o querem, é também elaborado pelo Presidente Lula de forma indireta. Porque Minas Gerais tem o crédito com a Fiat por ter dado tudo que deu para que ela viesse, desde que o casamento fosse respeitado quando estivesse também em situação melhor. Assim é a nossa vida quando, de fato, casamos na alegria e na tristeza. Então, quero fazer essa analogia com a Fiat, porque, quando ela veio para cá, o governo deu tudo. Mas agora, quando cresceu, tornou-se independente, o Presidente vem e leva uma das fatias importantes do seu crescimento para o Estado do Pernambuco.

Não seria mais fácil, Deputado Getúlio Neiva, promover uma reforma tributária? Não seria mais fácil o Presidente Lula buscar em outro país uma montadora? Por exemplo, o carro mil da Índia é um dos mais baratos do mundo. Por que não trazer a fábrica desse automóvel para o Brasil, em vez de roubar a de Minas Gerais? E quero ratificar: roubar de Minas Gerais a parcela da Fiat destinada ao seu crescimento.

Meu caro Deputado Getúlio Neiva, ainda não temos o hino oficial de Minas Gerais, mas aprendemos a cantar "ó, Minas Gerais, quem te conhece, não esquece jamais". Aprendemos desde criança a cantar essa melodia. Quero dizer a V. Exa. que o Prefeito de Campo Belo é meu grande amigo, mas às vezes somos adversários nas políticas de governo do Estado, de Deputado e de Prefeito. No entanto, quero aqui suscitar uma fala de sua autoria: "Para ser mineiro, não basta nascer em Minas Gerais. É preciso que Minas Gerais também nasça no coração de cada um de nós, mineiros, e daqueles que se sentem verdadeiramente mineiros". A candidata eleita divulgou por meio de seus cartazes: "Minas terá representante". Agora pergunto a V. Exa.: É dessa forma? Quantos Ministros tivemos no passado e quantos teremos no presente? É com esse presente que fecharemos 2010.

Para encerrar, gostaria de dizer que, se esta Casa não fizer ecoar a nossa voz, se o que foi tratado não for amplamente enviado para o Congresso em Brasília, nossa voz não será ouvida, e dirão que perdemos e aceitamos. Porém, esse não é o nosso propósito. Isso não aceito. Então deixo registrada a minha insatisfação.

Deputado Getúlio Neiva, parabéns a V. Exa. por esta aula que nos dá no dia de hoje.

O Deputado Getúlio Neiva - Eu que agradeço, Deputado Duarte Bechir. Certamente Campo Belo enviou V. Exa. para cá a fim de nos ajudar a fazer um trabalho diferenciado na Assembleia de Minas Gerais.

Deputado Duarte Bechir, tenho refletido e falado de forma bastante forte sobre esse assunto. Lembro-me muito bem disso, porque fui colega do Jaques Wagner no Congresso Nacional e conheci de perto o trabalho feito por ele. Era para desconfiar, pois, há dois anos, o Governador da

Bahia está desviando para seu Estado uma estrada de ferro que foi dada como construída no Vale do Mucuri, no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas e no Noroeste do Estado. Os recursos foram desviados para Ilhéus a fim de pegar uma outra mineração da Bahia, aproveitando o gancho de que o Presidente da República é do PT. Descobriu-se no Nordeste de Minas uma jazida mineral do mesmo tamanho do Quadrilátero Ferrífero, com uma dimensão de 15.000.000.000t, e de repente o governo federal estimula a possibilidade de a estrada de ferro não ser em Minas Gerais. Vai correr 40km, 50km, de Salinas até a divisa, e o restante dentro da Bahia. O Deputado Domingos Sávio sabe muito bem disso, pois ele é votado em Salinas e visita bastante aquela cidade.

Portanto, vemos que as coisas que estão acontecendo com Minas Gerais são sintomáticas. Há mais de dois anos, o Estado da Bahia tenta direcionar a grande estrutura logística de penetração do território mineiro e brasileiro, que seria a ferrovia ligando o litoral do Sul da Bahia, o Norte do Espírito Santo, passando pelo Mucuri, Jequitinhonha, e chegando a Montes Claros, Unai e ao Distrito Federal, o grande eixo de penetração do território brasileiro na região que tem a maior província pegmatítica das Américas, os maiores e melhores jazimentos minerais do nosso Estado, mas ninguém falava nada - falei sobre isso aqui uma porção de vezes.

Posteriormente a isso, mais recentemente, o PT, que foi aliado ao PMDB, traiu o PMDB de Minas Gerais. Uma traição clara e aberta que reduziu a participação do PMDB nesta Assembleia. Uma traição do PT. E agora a segunda traição. Após o PT ter ganhado as eleições para a Presidência da República, onde estão os espaços de Minas? Deputado Domingos Sávio, o objetivo é um só: evitar que o Presidente da República, em 2014, seja Aécio Neves.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Getúlio Neiva, levarei saudade, mas também levarei os ensinamentos de V. Exa. para a minha jornada na Câmara Federal. V. Exa. já foi Deputado Federal e hoje é um dos mais brilhantes tribunos, mais que isso, um dos Deputados que mais contribui, com a sua experiência e sabedoria, para que a Assembleia mineira produza não só leis, mas também iniciativas que vão ao encontro dos interesses do povo mineiro.

Estamos absolutamente alinhados com esse sentimento. É hora de nos unirmos em Minas. Aliás, hoje, o Deputado Lafayette de Andrada fez uma indagação daquelas que irão ecoar no ouvido de vários Líderes do PT, pelos quais tenho grande respeito. Seriam os petistas mineiros mais petistas que mineiros? Será que não há aquele amor, aquele compromisso com o povo de Minas que nos elege Deputados Estaduais e Federais para trabalhar por Minas Gerais? Assim como os baianos e os pernambucanos elege seus representantes, temos de ter o brilho e a decência de honrar esse apoio, essa confiança depositada em nós pelo povo mineiro.

Não podemos assistir ao governo central fazer o que está fazendo com Minas. V. Exa. tem conhecimento da riqueza existente no Norte de Minas, na região de Salinas, no Alto do Jequitinhonha. O povo do Norte de Minas sofre, e sofre muito, com essa série de descasos ao longo do tempo, apesar de ter uma grande riqueza debaixo de seus pés. O governo federal não só os ignora, como também tenta desviar investimentos para outras partes do Brasil.

O Presidente Lula já anunciou que pretende vetar a nova decisão do Congresso que estabelece a possibilidade de partilhar os "royalties" do petróleo. Ele, que, na propaganda eleitoral, trouxe o pré-sal como a salvação de todo o País, agora diz que deverá vetar uma iniciativa da Câmara Federal de votar uma distribuição mais justa dos "royalties" do petróleo, que contemple Estados como Minas Gerais e outros. É mais uma traição ao povo mineiro, uma após outra. E agora mais essa da Fiat, uma pá de cal. Se continuarmos calados, não faremos jus à condição de mineiros, à responsabilidade de manter vivo o sentimento de Juscelino Kubitschek, de Tancredo Neves e de outros grandes estadistas que pisaram neste solo.

Hoje, liderados por Aécio Neves e com a sequência deste brilhante governo continuado com o Prof. Antonio Anastasia, estamos de fato começando a mostrar ao Brasil que existe uma nova geração de mineiros. Talvez seja esse o alerta que V. Exa. desejo trazer, esse incômodo de dizer que Minas tem lá um jovem chamado Aécio Neves e outro jovem talentoso, o Governador Antonio Anastasia. Será que eles representam algum risco? Definitivamente não. Eles são a solução para o Brasil, porque são figuras do entendimento, com sentimento de estadista. É disso que o Brasil precisa, e não dessa política feita de maneira rasteira e covarde, que tira de Minas para dar a outro Estado da Federação.

V. Exa. continuará brilhando em Minas Gerais, e estaremos juntos para fazer com que a voz de Minas seja ouvida não só pelo Presidente Lula, mas agora também pela Presidente Dilma Rousseff. Que ela possa, de fato, mostrar que tem sangue de mineiro e compromisso com a verdade, com a seriedade, não permitindo que Minas seja lesada dessa maneira. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Deputado Domingos Sávio, mesmo vergastado pelo tempo implacável, sinto-me muito bem carregado nas minhas baterias de civismo e acho que ainda tenho muito que fazer por Minas e pelo Brasil.

Não vou fazer despedida, como fizeram os Deputados Irani Barbosa e Ruy Muniz. Não sairei um minuto sequer da minha rota, do meu roteiro de trabalho. Continuarei trabalhando e me dedicando. Eu tenho absoluta convicção de que Minas Gerais terá um grande governo com Anastasia. Mas estou sobretudo enxergando - e isso foi a vida que me ensinou, e não os livros - que, ao privilegiar o Governador de Pernambuco - jovem, bonito, de olhos verdes -, o Presidente Lula está querendo apenas criar um opositor político jovem para o nosso Governador Aécio Neves.

Deputado Domingos Sávio, preste atenção ao que estou falando, porque V. Exa. irá para Brasília e sentirá o que está acontecendo. A República está se voltando para Pernambuco. Como dizia o Senador Mão Santa: "Oh, Luiz Inácio, está voltando para Pernambuco porque Pernambuco é o único lugar onde tem um sujeito que poderá topar com Aécio Neves em 2014. E o pessoal não está entendendo. É por isso que a Fiat tem de ir para Pernambuco". Ora, Pernambuco agora é o novo espaço, o novo eldorado brasileiro porque atenderá ao objetivo político daqueles que acreditaram sempre que os fins justificam os meios, daqueles que trabalham dessa sorte, dessa maneira.

Outro dia, ouvi aqui de um petista a confissão de que ele não mais aceita o dogma de que os fins justificam os meios. Mas eu vejo que o PT ainda atua da mesma forma que aprendemos na infância. Eu fico aqui me perguntando por que essas coisas acontecem quando o próprio Presidente falou, de forma bastante singela, que o cidadão não é completo se ele não foi comunista até os 25 anos; que o cidadão é muito burro se continuar comunista depois dos 40 anos. Ainda outro dia, o próprio Presidente Lula reconheceu que teve condições mais facilitadas para o seu governo ir bem em razão da melhoria da economia mundial.

Fico me perguntando o que acontece com essas pessoas que têm um discurso antes do poder e uma outra forma diferenciada de fazer quando lá chegam. Isso é o que me preocupa. Os fins justificam os meios para o Presidente Lula. E é assim também para a Presidente Dilma. Não esperem coisa diferente.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Meu caro colega Deputado Getúlio Neiva, é sempre muito bom ouvi-lo dada a riqueza de informações que V. Exa. tem e a facilidade com que expõe os seus pensamentos. V. Exa. sabe que não há aqui nenhuma intenção de jogar confetes. Eu sempre declarei ao colega a admiração que tenho pela sua espontaneidade, inteligência e clareza ao falar.

Quando V. Exa. citou que todo trabalho está sendo feito para que o poder se mova para o Nordeste, especificamente para Pernambuco, eu

estava aqui meditando. Diante dos pronunciamentos que já fizemos aqui na Casa, ao longo da semana passada e desta, a respeito da ingratidão que a Presidente eleita Dilma Rousseff tem mostrado para com Minas Gerais, depois de ter feito do nosso Estado o seu palanque político e depois de este Estado ter-lhe dado 17% de votos a mais na eleição, abro os jornais de ontem e de hoje e vejo que ela abre as portas e o coração para Ciro Gomes, que foi seu ferrenho crítico e se colocou na trincheira contra ela.

E agora vemos todas as portas abertas, de certa forma, contrariando até o irmão dele. E Minas Gerais fica à margem do processo no que toca à formação do governo. Não bastasse isso, vem agora um presente de grego que o Presidente Lula nos dá com a edição da medida provisória, que chamei de ressuscitação da lei da chibata no aparte que fiz ao pronunciamento do Deputado Domingos Sávio. Essa lei é de 1910. Quando a Marinha fazia uso da chibata para punir os marinheiros, aconteceu aquela revolta em um navio chamado Minas Gerais, por uma triste coincidência. Nós nos sentimos os marinheiros deste navio. Estamos recebendo uma chibatada.

Por uma infeliz coincidência também, isso tem a ver com o projeto da indústria de Pernambuco, que, até então, produz chicotes para a indústria automobilística. Como disse o Deputado Domingos Sávio, recebemos, além de uma chibatada, uma chicotada, que dá no mesmo. Convenhamos que se trata de uma medida provisória editada para atender exclusivamente a uma empresa - e convém dizer que não temos nada contra a Fiat. Essa empresa deve muito a Minas Gerais, qualquer um sabe disso. Digo isso com a autoridade de quem comprou um Fiat 147, prestigiando o principal e único produto que essa empresa tinha neste país, com a autoridade de quem tem um carro da marca Fiat na garagem.

Portanto, Deputado Getúlio Neiva, precisamos fazer exatamente o que está sendo feito neste momento, como os marinheiros do navio Minas Gerais fizeram há um século: mostrar a nossa indignação sem a necessidade de pegar em armas, como eles tiveram de fazer, ameaçando atacar o Rio de Janeiro para acabar com a lei da chibata. Façamos da tribuna desta Casa a nossa trincheira em defesa dos interesses do nosso Estado, por meio de outra chibata, que é o poder da nossa verve, da nossa palavra.

O nosso Estado já é muito expropriado; é responsável por 70% de toda a produção mineral do País e já é altamente prejudicado por essa exploração, pois o único retorno que temos hoje são os buracos deixados pelas grandes mineradoras. Não bastasse isso, agora uma grande parcela de recursos que poderia ser investida em Minas Gerais atenderá a um propósito do Presidente Lula. Quero crer, Deputado Getúlio Neiva, que defende tão bem a região que representa, que não caberia uma indústria, por exemplo, no Vale do Mucuri ou do Jequitinhonha. Quantas regiões do nosso Estado são tão ou mais carentes que determinadas regiões do Nordeste? Será que não caberia esse investimento aqui? Creio que sim, mas lamentavelmente recebemos de presente neste final de ano uma medida provisória que, como eu disse, ressuscita a lei da chibata, a qual podemos chamar de presente de grego do Presidente Lula. Obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Eu quem agradeço, Deputado Vanderlei Miranda. O meu pronunciamento ressalta o que disse V. Exa. Lamentavelmente, a Casa fechará nesta semana, ao final de seus trabalhos, mas é preciso chamar à luta os nossos Deputados Federais.

Não é possível mais que a bancada federal de Minas Gerais seja tão omissa, irresponsável e covarde na defesa dos interesses do nosso Estado. Tenho muitos amigos. No entanto penso que a bancada é covarde, especialmente a do meu partido - PMDB - por não pôr a boca no trombone e defender o nosso Estado. Minas não é apenas um território. Na verdade, tem de ser um Estado de espírito. A amálgama da democracia brasileira é o Estado de Minas Gerais, pois é onde estão os melhores princípios éticos e morais, que precisam prevalecer sobre a ignomínia, a bandalheira, a molecagem e o coma alcoólico que são os mensalões do governo federal. Não podemos mais nos submeter a esse tipo de comprometimento. Minas precisa levantar a cabeça. Os homens de Minas precisam ser mais corajosos. Não fosse a necessidade de ceder espaço para que o Deputado Antônio Carlos Arantes faça seu pronunciamento, alongaria a minha fala por mais meia hora ou uma hora para analisar essa situação dramática de Minas Gerais, em que seus homens não reagem, acicatados que são pelo governo federal a todo momento, retirando as oportunidades do nosso Estado, solapando as suas forças políticas e, sobretudo, mostrando que Minas faz parte de uma federação hemiplégica, castrada, caolha, o que não cabe mais nos parâmetros da democracia e na estrutura de uma República. O filósofo Hely Tarquínio sabe o que estou dizendo. Há necessidade de se refazerem os conceitos dos políticos brasileiros. É preciso ter não só voto e ganhar eleição, mas também a responsabilidade de cumprir o mandato, honrando a sua pátria, antes que esta se entregue a um sistema de fisiologismo como está sendo entregue e se transforme de novo numa republiqueta sul-americana. O Brasil está perdendo os seus valores. O problema é de ética e de moral. Estamos perdendo as condições de falar que somos realmente brasileiros. Foi por isso que, ao começar este discurso, perorei e convoquei os compatriotas da federação hemiplégica do Brasil: reajam.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente e nobres colegas, quero cumprimentar o caro amigo Deputado Getúlio Neiva por mais um brilhante pronunciamento nesta Casa. Realmente V. Exa. é diferenciado como orador, pessoa e amigo. Como V. Exa. mesmo disse, está deixando esta Casa de cabeça erguida e com o sentimento do dever cumprido. Não tenho dúvida de que o povo mineiro e de Teófilo Ottoni ainda precisa muito da sua capacidade, do seu trabalho e da sua dedicação. Nestes quatro anos, posso considerá-lo um dos melhores amigos que cultivei nesta Casa.

Eu, que já tinha boa amizade com V. Exa. quando éramos Prefeitos, tive a grata satisfação de tê-lo como parceiro na Comissão de Política Agropecuária e de aprender um pouquinho com V. Exa., principalmente na hora de usar esta tribuna. Mas quem sou eu para sonhar um dia chegar perto de sua capacidade?

Fazendo coro com nossos amigos, quero falar sobre alguns assuntos. Primeiramente, sobre a minha satisfação de ver este mandato terminando de forma muito produtiva. Agradeço ao governo Aécio Neves, cumprimento-o e o parabeno, cumprimentos extensivos ao governo Antonio Anastasia e a toda a sua equipe, que fizeram diferença no Estado. Foram oito anos de progresso, de desenvolvimento, de respeito ao cidadão mineiro, oito anos sem corrupção. Fico muito feliz porque contribuí bastante, junto com nosso Deputado Federal Carlos Melles, nosso grande parceiro, para que o desenvolvimento chegasse mais rapidamente e em maior quantidade à minha região, o Sudoeste mineiro. Não tenho dúvida de que Aécio Neves fará também mais um grande trabalho como Senador e de que nosso Governador Antonio Anastasia também fará mais um grande mandato. Nós, mineiros e produtores rurais, estamos contando, com muita esperança, com sua ajuda no que foi discutido, comprovado e prometido, que é haver uma política diferenciada, efetiva e direcionada para o produtor de café e de leite e para o setor rural, buscando também melhoria das rodovias, das estradas. Ontem foi editado um decreto, que já é parte do que foi assumido, taxando o leite que vem de fora e ao mesmo tempo incentivando a indústria mineira a aprimorar seu produto, o que é um grande avanço para a indústria e para os produtores mineiros.

Deputado Getúlio Neiva, V. Exa. deve se lembrar de quando provocamos aquela audiência pública da Comissão de Política Agropecuária e colocamos mais de mil produtores aqui. Na ocasião discutimos o empobrecimento do produtor rural, fruto da dificuldade dos produtores de café e leite, setores que são as maiores economias e que mais geram emprego. Fico feliz porque o Governador reagiu e está fazendo sua parte na questão do leite. Para o café, o mercado está fazendo sua parte hoje. O café hoje, Deputado Getúlio Neiva, custa R\$385,00 a saca. É um preço muito bom. Mas me dá tristeza ver que o produtor de café não tem mais café, porque ele já o vendeu faz tempo, e barato, porque estava endividado, pobre, sofrido, muitas vezes sem crédito, o setor todo devendo mais de 5 bilhões de reais. Ele não pode comemorar esse aumento agora. Apenas 10% dos cafeicultores têm café para vender, e são os que normalmente têm outra atividade, são os que não dependem do café. Os que dependem do café para sustentar sua família não o têm.

Entraremos depois na questão da Fiat. Uma parte dela, que poderia ficar em Minas, está indo para Pernambuco; é uma perda de 5 bilhões. O

que me assusta e me preocupa é que falam que a questão do café é de mercado, diz respeito à lei da oferta e da procura. Mas não é. Qualquer país desenvolvido faz sistemas e cria políticas de proteção a essa atividade e a esse produtor. Se o governo federal nos tivesse atendido - ele tem mais de 1 bilhão no Funcafé só para socorrer o produtor nas horas difíceis -, se ele tivesse usado esse dinheiro, não seria preciso pegar dinheiro da população, do orçamento que vai para a saúde e para a educação. Esse dinheiro é do produtor rural, do fundo que vem do café, para apoio à atividade cafeeira. Se o governo tivesse colocado recursos na hora certa para esse produtor, ele teria armazenado café e agora teria essa diferença. Todos perderam porque venderam barato o café, que hoje está na Alemanha, no Japão e na Itália. Nós perdemos no mínimo R\$100,00 por saca. Em Minas Gerais, se multiplicarmos esse valor por 20 milhões de sacas, o resultado será aproximadamente R\$200.000.000,00 por ano. Como Minas produz mais de 20 milhões de sacas de café, em seis anos, essas perdas resultam em muitos e muitos bilhões que deixarão de alimentar a economia mineira e brasileira. Quem ganha são os países europeus, principalmente.

Precisamos conscientizar-nos de que o governo federal está deixando de ganhar dinheiro. Quando o governo compra, melhora o mercado, quando vende, o governo e o País ganham. O orçamento do Estado cresce. Infelizmente, está faltando essa política, que precisa partir de uma ação governamental mineira. Temos certeza de que o Governador Anastasia, como já iniciou essa política de proteção ao produtor de leite, também o fará para o de café. Segunda-feira, fizemos uma audiência pública para debater sobre o café, pela manhã, e uma para debater sobre o leite, pela tarde. Fomos muito bem representados por produtores, cooperativas, sindicatos e pelo governo do Estado.

Essa será nossa expectativa para o próximo mandato, em que tive a felicidade de quase dobrar os meus votos, chegando nesta Casa com quase 75 mil votos para defender o produtor rural. Defendendo a atividade rural, estou defendendo a cidade. Se o trabalhador do campo tem renda, gasta-a na cidade; cada emprego gerado no campo indiretamente gera de dois a três empregos na cidade. Quando o campo vai bem, a cidade vai bem; quando o campo vai mal, a cidade vai mal. Por isso fazemos a defesa incessante do desenvolvimento do setor rural.

Deputados Getúlio Neiva e Doutor Ronaldo, grandes municipalistas, não podemos deixar de falar que os Prefeitos estão em Brasília hoje, reivindicando a partilha dos "royalties" do petróleo. É fácil entender a crise que assola as prefeituras. Existe muita incompetência de Prefeitos, mas a maioria é séria, trabalhadora e honesta. Fui Prefeito por três mandatos e conheço esse meio, a maioria dá o sangue com seriedade e respeito, praticando um sacerdócio. Hoje, seja aqui, seja lá em Jacuí, seja em Paraíso, de cada compra 45% são impostos do governo federal. Os impostos são arrecadados no Município, e, de cada R\$100,00 arrecadados, apenas R\$14,00 ficam no Município, R\$25,00 ficam no Estado e R\$60,00 ficam na mão do governo federal, que está nadando no dinheiro enquanto os Municípios estão quebrados, com o pires na mão, humilhados e sofridos.

É por isso que os Prefeitos estão lá hoje. Os "royalties" do petróleo são os impostos arrecadados pela produção de petróleo. Aí, os Estados que produzem mais petróleo, principalmente Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, querem ficar com todos esses impostos. Mas não são eles que vão consumir todo o petróleo - o óleo "diesel", a gasolina. Para que produzam, o País tem de consumir. E Minas Gerais consome muito petróleo - são bilhões de litros de combustível gastos em seus Municípios. Ou seja, se há produção, isso é porque há consumo; então nada mais justo que a divisão dos "royalties". Nós, os Deputados Estaduais, não temos o poder de nos manifestar, pelo voto, favoráveis ou contrários, mas temos companheiros federais que são nossos amigos e parceiros, como o Deputado Carlos Melles, que é a favor de repartir o "royalty" para os Municípios que consomem petróleo, e são todos. Então precisamos apoiar esse movimento e cobrar do Presidente Lula que divida o bolo com todo o mundo, porque o petróleo é consumido por todo o País.

E os Municípios pequenos, como Jacuí, minha cidade, vai arrecadar R\$600.000,00 por ano, o que vai ajudar muito a melhorar a saúde. Essa é uma obrigação do governo federal, mas ele não tem repassado aos Municípios os recursos necessários para manterem uma saúde de qualidade. E não me refiro apenas aos pequenos Municípios. O Doutor Ronaldo, que é um médico conceituado, um homem que tem um coração maior que esta Casa e que vive as dificuldades que enfrentamos no dia a dia, sabe que as santas casas estão falidas e que a saúde está em situação horrível. Tudo isso é fruto da falta de repasse por parte do governo federal. Para os Municípios, o "royalty" seria uma forma de amenizar as dificuldades que enfrentam hoje. Hoje, frequentemente, é preciso pegar um carro em Jacuí ou em São Pedro da União e trazer o doente para Belo Horizonte para fazer uma cirurgia de média complexidade, como a cirurgia de joelho. Isso não tem cabimento; essa cirurgia deveria ser feita na região. Mas, quando se faz a partilha das PPIs, AIHS e de um punhado de sigla de que o povo não quer saber - e nem precisa saber mesmo; o que ele precisa é ter saúde; precisa saber de seus direitos e ser reconhecido, atendido -, vê-se que isso ainda não é possível. É fundamental que o governo federal entenda que não pode construir um império em Brasília, com um monte de dinheiro na mão do governo, vazando pelas mãos de pessoas inescrupulosas - basta olhar os jornais para vermos que até o relator do Orçamento já caiu, porque estava repassando o dinheiro de forma ilegal para um punhado de entidades; a outra, da mesma forma, já está tendo problemas. Enquanto isso, aos governos estaduais e municipais que gastam o dinheiro honestamente, como é o caso do governo Anastasia, faltam recursos suficientes para fazer muito do que gostariam de fazer. Essas são as nossas preocupações.

Mas não podemos deixar de agradecer muito a Deus. Sou católico, cristão, praticante, e digo que, onde Deus está na frente, com gente boa do lado e muito trabalho, as coisas dão certo. Assim, em mais um mandato que se encerra com muito trabalho, guardamos a esperança de continuar a luta com nossos amigos. Lembro que deixamos de conviver também com o Doutor Ronaldo, que volta para Sete lagoas. Mas não tenho dúvidas, Doutor Ronaldo - um homem do bem, pessoa que passamos a admirar e de quem gostamos muito -, de que um futuro brilhante e muito bom é reservado ao senhor, pessoa que sempre usou o seu cargo como instrumento para melhorar a vida das pessoas, principalmente das mais humildes. Deus está do seu lado, e o senhor também terá grandes missões pela frente para construir uma Minas Gerais melhor para todos nós. Um abraço e que Deus nos proteja a todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/12/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando Rodrigo Wagner Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Tania Mara Pinheiro para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Mariana Villas Starling do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Juliana Cecília Veloso para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Juliana Cecília Veloso do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PMDB/PC do B;

nomeando Mariana Villas Starling para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PMDB/PC do B.